



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone:(54) 316 8539 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

Eduardo Roberto Jordão Knack

**Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico:
Passo Fundo, RS**

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho
Orientador

Passo Fundo
2007

Eduardo Roberto Jordão Knack

Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico:
Passo Fundo/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Haroldo Loguercio Carvalho.

Passo Fundo
2007

Agradeço o apoio da minha família, sem eles teria sido impossível realizar esse trabalho.

Agradeço a Daiane Neumann pelo apoio e compreensão durante a elaboração desse trabalho.

Agradeço ao apoio, a ajuda e as importantes discussões com o Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho para conclusão dessa pesquisa.

Agradeço a equipe do Museu Histórico Regional de Passo Fundo pela colaboração e pelo meu estágio durante a graduação, que despertou meu interesse pelo presente trabalho.

Agradeço a Prof^ª Maria de Lourdes Isaias pela colaboração e pela disponibilidade de documentos que foram imprescindíveis para conclusão da pesquisa.

RESUMO

A situação do patrimônio histórico – arquitetônico de Passo Fundo nos primeiros anos do século XXI é preocupante. A memória edificada perde espaço para um processo de modernização, urbanização e verticalização iniciado em 1950, acentuado em 1970 e 1980 devido a diferentes fatores. Não obstante, o patrimônio protegido por lei sofre com abandono do poder público. Por estar mergulhado em uma conjuntura caótica, torna-se necessário questionar qual é a identidade desses bens patrimoniais e quais são as justificativas históricas para o seu tombamento, bem como a origem desse processo de crescimento, que ameaça parte da história do município.

Procurando esclarecer essas, entre outras questões, é possível perceber a construção de um imaginário progressista por parte de políticos e intelectuais da segunda metade do século XX, expresso no título “capital do planalto”. A busca pela modernização, visando o crescimento econômico e urbano da cidade para transformá-la em um centro regional, orientou as políticas de desenvolvimento urbano, impulsionando a construção de edifícios modernos e verticais, que acabaram tornando-se símbolo do progresso urbano.

A pesquisa das justificativas históricas contidas nos projetos de lei que determinam o tombamento dos bens patrimoniais de Passo Fundo demonstra que essa memória edificada está ligada a experiências de uma elite política e econômica em busca do crescimento da cidade, para concretizar o imaginário “capital do planalto”. Paradoxalmente, é justamente esse imaginário que constitui a principal ameaça à memória edificada da cidade, inclusive dos bens protegidos por lei.

O presente trabalho procura esclarecer até que ponto, de fato, o patrimônio histórico de Passo Fundo representa a identidade e a memória da maioria de seus munícipes ou apenas está ligado a um restrito grupo que esteve a frente da busca pelo objetivo de tornar a cidade a “capital do planalto”.

Palavras – chave: patrimônio histórico, memória, identidade, modernização, capital do planalto.

ABSTRACT

The state of historical-architectural patrimony from Passo Fundo in the first years of XXI century is a really worried situation. The built memory lost space for a process of modernization, urbanization and verticalization that was initiated in 1950, accented in 1970 and 1980, due to different factors. The patrimony protected by the law suffers with the abandonment of the public power. Because the patrimony is in a chaotic juncture, it is necessary to ask what the identity of these patrimonial goods is, what the historical justifications for their registers are and the origin of this growth process, which menaces part of the history from the borough, as well.

Searching to clarify these, among other questions, it is possible to realize the building of a progressive imaginary from the politicians and intellectuals from the second part of XX century expressed in the title “Plateau Capital”. The search for modernization, seeking the economical and urban growth of the city to transform it in a regional center, directed the urban development politics, helping in the growth of moderns and verticals buildings, that became a symbol of the urban progress.

The research of the historical justifications that are in the law projects that determine the register of the patrimonial goods from Passo Fundo shows that this built memory is joined to the experiences from a political and economical elite, who was searching the growth of the city to materialize the imaginary of “Plateau Capital”. Paradoxically, it is this imaginary that is the main menace to the built memory of the city, including the goods protected by the law.

The present work seeks to clarify if the historical patrimony from Passo Fundo represents the identity and the memory of the most part of its citizens or if it is just joined to a small group who was ahead of the search for the goal of transforming the city in the “Plateau Capital”.

Key words: heritage – memory – identity – modernization – “Plateau Capital”

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Banco da Província, 1928. Atual Banco Itaú. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.p. 83.

Figura 2: Cervejaria Serrana, 1929. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.p. 85.

Figura 3: Viação Férrea da Gare. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo. p. 87.

Figura 4: Inauguração do Banco Popular, 1927, de propriedade de Gabriel Bastos. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo. p. 89.

Figura 5: Igreja Metodista, década de 1930. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.p. 91.

Figura 6: Instituto Educacional, 1957. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo. p. 92.

Figura 7: Intendência Municipal de Passo Fundo, 1914. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.p. 100.

Figura 8: Academia Passo – fundense de Letras (antigo clube Pinheiro Machado) 1970. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo. p. 101.

Figura 9: Antiga Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo. p. 102.

Figura 10: Clube Visconde do Rio Branco década de 1940. Cedida por Maria de Lourdes Isaias. p. 108.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	14
1.1 Bens culturais.....	14
1.2 Elitização do patrimônio histórico.....	20
1.3 Relações entre identidade patrimônio e memória.....	23
1.4 Ação política e “patrimonialismo” político.....	30
1.5 Sociedade civil e patrimônio histórico.....	35
2. O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL DO PLANALTO.....	43
2.1 Transformações urbanas e identidade.....	43
2.2 Instrumentos da modernização.....	53
2.3 O discurso da industrialização.....	66
2.4 Desenvolvimento urbano.....	71
3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE PASSO FUNDO.....	81
3.1 Justificativas para o tombamento.....	81
3.2 A visão elitista da historiografia regional.....	93
3.3 Descaso e abandono da memória edificada da cidade.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
LISTA DE FONTES.....	122

INTRODUÇÃO

Passo Fundo, na última década, experimentou uma grande transformação. A área central exibe os sinais do progresso, da urbanização e, acima de tudo, da modernização desmedida, com construções verticais, que mostram a todos a idéia do desenvolvimento econômico. Todos os munícipes que residem em Passo Fundo já ouviram falar que essa cidade é “capital do planalto”, a maior e mais progressista da região, deixando os municípios que se emanciparam para trás na corrida pelo progresso e crescimento. Essa identidade foi historicamente construída, própria de um determinado segmento social e, hoje, é um ponto em comum no imaginário social da cidade.

Como toda identidade, a “capital do planalto”, foi cultivada através dos anos, o crescimento urbano e industrial foi almejado pelos políticos e administradores de Passo Fundo como um incansável objetivo a ser alcançado. É possível perceber alguns efeitos dessa busca de expansão urbano-industrial. Esta pesquisa pretende analisar a perda, o esquecimento e o descaso com a história expressa no patrimônio edificado, em prol de um ideal de futuro moderno inevitável, a construção desse imaginário e como ele se relaciona com o patrimônio histórico-arquitetônico tombado pelo município de Passo Fundo.

Este trabalho procura realizar uma investigação sobre uma categoria de imagens da cidade, o espaço urbano onde estão inseridas, e as (re)formas que construíram a atual área central de Passo Fundo, estabelecendo uma ligação entre o patrimônio histórico arquitetônico, entendido como símbolo do progresso e da modernidade municipal, e as transformações que representam essas reformas urbanas, que encontram seu auge entre as décadas de 1950 e 1980. As transformações que a cidade enfrentou apagaram a maioria dos registros materiais da presença de segmentos que não condiziam com a identidade “capital do planalto”.

Os nativos e caboclos foram excluídos da história e do espaço urbano, considerados pelos primeiros historiadores do início do século XX como um entrave para civilização. Os escravos aparecem como atores secundários na construção da cidade. A única edificação que representa um registro material da presença desse segmento está esquecida e abandonada pelo poder

público. Nem mesmo os registros materiais dos operários da viação férrea e de outras indústrias, bem como casas construídas nos bairros operários não sobreviveram aos impulsos de modernização. Esses segmentos não encontraram espaço para ter sua memória representada como patrimônio histórico–arquitetônico da cidade.

A pesquisa dos projetos – de – lei que contém as justificativas para o tombamento dos bens patrimoniais demonstram uma memória oficial elitizada, que representa uma pequena parcela da comunidade, que esteve a frente da busca pelo progresso, pela modernização e industrialização da cidade. Essa elite construiu a “capital do planalto”. O patrimônio histórico é um importante instrumento que, acima de tudo, define espaços sociais e atribui a essa elite a exclusividade pelo progresso do município. Enquanto um conjunto de obras arquitetônicas, próprias dessas elites, tornaram-se patrimônio histórico, constituindo a memória patrimonial “oficial” de Passo Fundo, os outros segmentos acima citados perderam os registros materiais da sua presença e da sua importância na construção dessa identidade.

Passo Fundo nem sempre foi chamada de “capital do planalto”. O quadro atual de crescimento urbano que caracteriza a cidade hoje é fruto da ação política e dos esforços das elites do município desde o início de 1900 com a instalação da viação férrea. Porém, existe um período de expansão acentuada, que desencadeou o crescimento das periferias, período esse em que a cidade começa a ser “higienizada”. É traçado um plano para construção de novas edificações, os prédios verticais começam a ser estimulados, e tem início a valorização das áreas centrais no ápice das transformações urbanas. Esse período é delimitado aqui entre 1950 e 1980. 1950 é a data da elaboração do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado em 1957, e 1980 marca o segundo Plano, elaborado em 1979 e aprovado em 1984.

O patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo salienta o desenvolvimento político e econômico do município; essa é a identidade que está representada nesse patrimônio. No entanto, tal afirmação não pode ser feita apenas pela simples constatação, é necessário investigar as justificativas e a história dessas edificações. Esse não é o único objetivo deste trabalho, existe um elemento que torna a investigação mais complexa: o descaso dos poderes públicos com a

maioria desses bens patrimoniais, o abandono da própria memória política e econômica que cristaliza e remete às experiências que conduziram a cidade ao progresso.

Seria natural pensar que existe o interesse desses grupos em preservar sua própria memória, porém, a “capital do planalto” fala mais alto. A verticalização tornou-se um referencial para suas identidades mais importante que o próprio patrimônio. É o resultado de cinquenta anos de trabalho das elites. Frente a esse quadro, as chances de sobrevivência do patrimônio histórico são poucas, já que há falta de estímulo à educação patrimonial, que poderia trazer esperança para a preservação e valorização do patrimônio.

Para esclarecer todas as questões abordadas acima, a presente dissertação está dividida em três capítulos. Não se trata de uma abordagem cronológica, mas sim temática. O primeiro capítulo “Patrimônio, memória e identidade” objetiva elucidar esses conceitos, fundamentais para compreensão dessa temática, e as principais referências teóricas que orientaram as considerações a respeito do patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo.

Relaciona, dessa forma, as edificações históricas com a construção de identidades e imaginários através das memórias cristalizadas pela sua preservação, chamando atenção para “elitização do patrimônio histórico”, usando como exemplo o objeto de pesquisa, os prédios históricos tombados. A exclusividade que as elites políticas, culturais e econômicas da cidade tem sobre o direito à memória no centro mostram as possibilidades de pesquisa da “relação entre identidade, patrimônio e memória” das elites passo-fundenses no que tange à construção da identidade de “capital regional” do planalto. Os sub – capítulos “ação política e patrimonialismo político”, “sociedade civil e patrimônio histórico” procuram situar o patrimônio dentro da sociedade e como a sociedade política e a sociedade civil percebem a questão da preservação patrimonial.

O intuito é partir da situação atual dos bens patrimoniais do município para introduzir a reflexão sobre os estímulos ao desenvolvimento “urbano-industrial” e a conseqüente elitização desse patrimônio, que “marca” simbolicamente o progresso da cidade e como, através do próprio

patrimônio histórico, podemos ler os conflitos sociais que nascerem da modernização de Passo Fundo.

O segundo capítulo “O discurso da modernização e a construção da Capital do Planalto” procura demonstrar como as “transformações urbanas e identidade” estão relacionadas, pois juntamente com as primeiras transformações capitalistas do município que afetaram e expandiram o mundo urbano, teve início um reordenamento dos espaços na cidade, tanto materialmente quanto simbolicamente.

Enquanto a cidade, principalmente as periferias e as áreas mais antigas enfrentavam problemas básicos de infra-estrutura, o “desenvolvimento urbano” mostrou, em Passo Fundo, uma segregação tanto na definição de espaços físicos quanto simbólicos. O último tópico desse capítulo mostra que, no final da década de 1980, o município afirmava o título de “capital do planalto” e enfrentava problemas graves devido ao rápido crescimento. Fruto da busca constante pela modernidade e progresso, o aspecto da área central foi de fato modernizado e transformado, porém, cresceram as periferias e, com elas, os problemas habitacionais e de infra-estrutura. Essa é a “capital do planalto”, identidade que está baseada em experiências das elites políticas para alcançar o que denominavam de “progresso inevitável” do município, benefício que não atingiu parte significativa da população.

As fontes pesquisadas nesse capítulo são os próprios PDDU's, a publicação do Plano de 1953, e o projeto do segundo plano elaborado em 1979, disponibilizado para pesquisa pela Secretaria Municipal de Planejamento de Passo Fundo, e o processo de votação desse projeto, disponibilizado pela Câmara de Vereadores Municipal. Cabe ressaltar que o processo de votação do primeiro plano foi perdido, por isso não foi possível obter essa documentação, que seria de suma importância para complementar a pesquisa.

Entre as outras fontes estão as matérias publicadas nos jornais, que além de demonstrarem os problemas urbanos enfrentados durante o período estudado, também abordam os discursos e as posições da época de intelectuais e políticos a respeito da questão do desenvolvimento urbano, assim como as atas dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e

Desenvolvimento Integrado das décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, foi possível perceber como a necessidade do crescimento não era apenas material, mas também simbólica. Outra fonte importante para esse trabalho, tanto bibliográfica quanto documental, são os *Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo de 26 a 28 de julho de 1989*, realizado pelo *Projeto Passo Fundo Ano 2000*, um evento realizado através de uma parceria de várias entidades de Passo Fundo. O documento constitui uma análise de época sobre os problemas e os objetivos em relação à urbanização.

O terceiro capítulo, “O patrimônio histórico arquitetônico de Passo Fundo”, visa demonstrar a relação que o patrimônio histórico possui com as experiências e com os discursos da busca pela modernização da cidade. Muito embora os bens patrimoniais tenham sido tombados na década de 1990, eles representam uma memória vinculada à industrialização, ao crescimento econômico e a grupos das elites políticas da cidade. Objetiva-se analisar as justificativas para seus respectivos tombamentos, perceber qual memória está sendo representada e questionar por que edificações que poderiam representar outros segmentos da sociedade não foram tombadas e encontram-se em descaso, abandonadas pelo poder público e pela sociedade.

Edificações que lembram a existência e a importância do trabalho escravo na região já foram demolidas e as poucas que restam estão em processo de demolição. Bairros e casas operárias não conquistaram espaço frente a hegemonia das edificações que glorificam o progresso e desenvolvimento econômico da cidade. Entre outros aspectos abordados, o principal é a relação indireta que estas edificações têm com as experiências que conduziram as transformações do espaço urbano.

O sub-capítulo “justificativas para o tombamento”, do terceiro capítulo encontra na pesquisa dos projetos-de-lei, mais especificamente nas justificativas que sustentaram os tombamentos dos bens patrimoniais do município, a relação entre o patrimônio e a construção do imaginário “capital do planalto”, que encerra o lema progresso, industrialização e modernidade. Além desses projetos, são apresentadas as imagens dessas edificações, cedidas pelo Museu Histórico Regional. Para concluir o trabalho, é apresentada “a visão elitista da historiografia local e a elitização do patrimônio histórico”, mostrando que os primeiros expoentes da

historiografia municipal escreveram uma história das elites e para as elites e que foi justamente essa concepção historiográfica que orientou a construção do imaginário progressista da cidade, bem como o tombamento do patrimônio histórico.

Para isso, são comparadas duas edificações exemplares no sub – capítulo “descaso e abandono da memória edificada da cidade”, uma tombada, protegida por lei, que representa uma percepção da elite política e cultural, e outra, que representa a memória de um segmento esquecido por essa concepção historiográfica, os negros e descendentes de escravos, um prédio que está em ruínas em pleno centro da cidade. Essa comparação tem como objetivo mostrar o processo de tombamento da edificação que pertence ao patrimônio e as iniciativas do segmento de descendentes de escravos em preservar o prédio que corporifica sua memória e marca sua presença no centro de Passo Fundo.

1. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante.

Françoise Choay.

1.1 Bens culturais

Como ponto de partida deste trabalho, optou-se por delimitar conceitos que ao transcorrer da análise dos documentos pesquisados serão seguidamente mencionados, conceitos que juntos formam o referencial teórico da pesquisa. Quando o patrimônio histórico ou o que ele representa para uma comunidade é escolhido como objeto de estudo, primeiramente, é necessário esclarecer a noção de cultura e bens culturais, pois o patrimônio é um bem cultural que, teoricamente, deveria pertencer a todos os segmentos da sociedade. Por esse motivo, para entender o que é um patrimônio deve-se primeiramente compreender o que é um bem cultural, sua função, seu sentido e seu significado para a comunidade em que está inserido. As reflexões desenvolvidas por Durham transmitem a idéia de cultura que é referência para esse trabalho:

O homem é um animal que construiu, através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando. A cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial.¹

Cultura seria a forma como os homens transformam a realidade, conseqüentemente, toda produção material feita pelo homem é também “imaterial”, toda produção humana utilizada com

¹ DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 26.

regularidade dentro da sociedade e assimilada coletivamente possui uma “aura” imaterial. A cultura não é apenas o objeto produzido, mas o significado atribuído a ele pela sociedade, bem como a técnica, a arte que o produziram.

Portanto, cultura refere-se à manipulação humana e ao uso de determinado objeto que, depois de ser utilizado pelo homem, torna-se um bem cultural e exerce uma função na sociedade. Assim, ele adquire e constrói um significado no cotidiano dos sujeitos. Se ele não exercer nenhuma função, perde seu valor, seu significado para comunidade, entra em um estado adormecido mas, quando volta a ser utilizado pela comunidade, ele desperta, retorna à vida.

Podemos verificar esse processo de “despertar” um bem cultural quando um objeto é doado a um museu. Um móvel ou um instrumento de trabalho que perdeu seu uso frente às transformações tecnológicas da sociedade, quando doado a um museu para fazer parte de uma exposição, tem seu significado despertado, transformado, o que o torna agora um bem cultural novamente. Devido a sua carga simbólica impregnada por uma função já desempenhada, ele tornou-se um patrimônio histórico. Cabe chamar atenção para uma reflexão desenvolvida por Carvalho, que diz:

é preciso que se diga que a noção prevalecente de bem cultural ainda está associada a alguns poucos exemplos de bens patrimoniais que constituem símbolos da memória nacional de povos e países. Aqueles sobre os quais as relações entre o signo e o significado são amplamente divulgadas e abstraídas. Entretanto, são também os que mais se afastam de uma identificação objetiva com a realidade da vida do dia-a-dia.²

Muitos bens culturais são tombados apenas por seu valor “material”, ou seja, por seu valor documental. Por exemplo, pode-se tomba uma edificação simplesmente porque ela tem uma importância arquitetônica, no sentido do prédio ter sido construído com uma técnica singular, mesmo que tal prédio não tenha uma marca profunda na memória e, conseqüentemente, na identidade da comunidade. Porém, tal patrimônio corre o risco de cair no esquecimento e, literalmente, tomba frente à fenômenos e impulsos de modernização e urbanização. O patrimônio, em geral, não deve ser tombado apenas pelo seu valor documental, mas também pelo

² CARVALHO, Haroldo Loguercio. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 398.

seu valor espiritual, sentimental, pelo significado que a sociedade atribui a ele. Zamin explica de forma clara como valores estão envolvidos no tombamento do patrimônio histórico:

O patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade não tem uma existência *apriorística*, em si mesma; ele é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores. [...] Sendo a preservação do patrimônio cultural uma construção que envolve atores sociais, sob a gestão de instituições oficiais, os pressupostos que a ancoram, ou seja, as noções sobre valores, assim como a importância desses valores, são variáveis no tempo e no espaço.³

Justamente por esses valores serem variáveis no espaço – tempo e ressaltarem as características políticas da ação de tombamento de um patrimônio, que estudos sobre os usos da memória patrimonial são importantes. As orientações dispostas na cultura política de determinado contexto podem sofrer transformações, modificando a percepção desses atores sobre as políticas patrimoniais e mudando inclusive o sentido do próprio patrimônio (os que já se encontram tombados e aqueles que passam a representar as alterações culturais de determinado período). Possamai, colocando a cultura como “universo da escolha”, chama atenção para os valores relacionados à seleção e escolha dos bens patrimoniais que são alvos de práticas de preservação:

É na atribuição de determinados valores – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – que se opera a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. [...] Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como a identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros.⁴

As investigações sobre o valor do patrimônio histórico, e mais especificamente, quem atribui esse valor ao patrimônio e em que esse valor está baseado, seja na legislação vigente, ou na falta de uma legislação específica (como no caso de alguns municípios), são importantes indicativos para compreensão da “identidade do patrimônio”. As justificativas históricas elaboradas pela comunidade ou por vereadores são importantes para entender o sentido que o

³ ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado*. (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre:2006,p30

⁴ POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense, n. 27, jan/jun, p.17.

patrimônio histórico pretende afirmar (ou negar) frente à sociedade. Contudo, cabe lembrar, nem sempre esse sentido é o significado assimilado pela coletividade.

Uma edificação, ao ser tomada como objeto de estudo, enquanto patrimônio histórico-arquitetônico portador de identidade(s) para a cidade, tem sua compreensão ampliada para a dimensão das representações, deixa de ter apenas um sentido instrumental e passa também a ser reconhecida como parte da história e parte desse mundo simbólico, imaterial e sensível em que se encontram os bens culturais e os significados atribuídos a eles. Olhar para um prédio e compreendê-lo apenas através de uma visão funcionalista é negar aspectos históricos e culturais envolvidos na construção dessa edificação.

A própria arquitetura, como área do conhecimento, reconhece a importância do significado, a necessidade que os sujeitos têm de se identificar com o lugar que habitam. As edificações, prédios, ruas, praças, calçadas, etc. que compõem o espaço urbano de uma cidade não devem ceder radicalmente a um processo de verticalização como ocorre em Passo Fundo, mais especificamente, em seu espaço central, onde acontece um choque entre uma zona comercial e habitacional. O “centro” da cidade não pode ser compreendido apenas por um viés técnico, instrumental, servindo apenas para as necessidades profissionais e habitacionais, seu lado humano, subjetivo, simbólico deve ser considerado e conciliado à utilidade. Fiore comenta claramente sobre um dos principais objetivos da arquitetura:

Seu propósito é propiciar ao ser humano uma base existencial, um ambiente que, além de proporcionar abrigo e condições instrumentais para realização das várias atividades humanas, tenha também significado, um caráter próprio, constituindo-se em “lugar”, revelando e dando uma forma concreta a significados presentes no ambiente, com os quais as pessoas possam se identificar.⁵

Compreendidas, tais considerações justificam a natureza da presente pesquisa. Há cinquenta anos, Passo Fundo iniciou um processo de modernização e verticalização, que procurou construir um centro urbano, uma “capital do planalto”, destruindo paulatinamente os referenciais de identidade dos munícipes. As poucas edificações que sobreviveram a esse ímpeto de modernização pertenciam a sujeitos que faziam parte do restrito grupo das elites político-

⁵ FIORE, Renato Holmer. *Arquitetura e Lugar*. In: WICKERT, Ana Paula. (org.) *Arquitetura e Urbanismo em Debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 24.

econômicas da cidade, como prédios de instituições político-religiosas, que representam o desenvolvimento econômico e industrial da cidade. Esse grupo ainda leva a frente uma visão pragmática e funcionalista, que promove as reformas urbanas, derrubando seu próprio passado, seus próprios referenciais em prol do lucro pela verticalização (multiplicando espaços, principalmente na área central).

Além de serem poucas edificações que restaram para serem tombadas, elas representam uma parcela pequena da sociedade. As casas e prédios que representavam outros grupos, como por exemplo, descendentes de escravos (conflito que será aprofundado no decorrer desse trabalho), bairros operários, entre outros, foram sendo demolidas ou abandonadas pelo poder público, caindo em descaso. O patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo sobreviveu ao desenvolvimento urbano da cidade justamente por pertencer ou a instituições públicas e religiosas ou a membros das elites econômicas e políticas, que tinham recursos para manter seu patrimônio frente à crescente valorização dos espaços na área central.

Mais uma vez, concordando com Fiore, “de longe, a maior parte da arquitetura está num meio público, impondo sua presença a toda uma comunidade, a um público que não escolheu se deseja apreciá-la ou não”⁶. Além dos prédios que representam essa verticalização não serem escolhidos pela comunidade, eles foram construídos em cima dos seus referenciais históricos, da sua identidade. O descaso, a depredação que o patrimônio tombado sofre em Passo Fundo são indicativos de que talvez a comunidade não se identifique tanto com esses bens, tanto pela falta de um processo de educação patrimonial intenso, quanto pela própria elitização do patrimônio histórico.

As considerações de Ribeiro sobre cultura vão ao encontro das idéias do presente trabalho. Procurando explicar a historicidade de uma sociedade, as dinâmicas sociais, os conflitos e as disputas em torno dos valores e orientações das ações coletivas, o autor chega no conceito de “modelo cultural”. Seriam os modelos culturais, segundo Ribeiro, que orientariam as mudanças sociais, juntamente com as relações de classe:

⁶ FIORE, Renato Holmer. *Arquitetura e Lugar*. In: WICKERT, Ana Paula. (org.) *Arquitetura e Urbanismo em Debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 24.

É o modelo cultural o mecanismo de legitimação do conjunto de orientações, valores e signos sociais que definem os padrões de organização, repartição e consumo. As classes sociais se relacionam através desse modelo. Portanto, a historicidade de uma sociedade – e de uma cidade – depende do fato de as várias classes e frações, constituídas em atores sociais, compartilharem de um mesmo modelo cultural. Ao mesmo tempo, é através do modelo cultural que se reconhece, de um lado, os atores em sua pluralidade, diversidade e conflito e, de outro, os interesses comuns, ainda que as classes economicamente dominantes imponham os seus interesses e a sua visão de mundo.⁷

O patrimônio histórico arquitetônico é apenas um símbolo dentro da cidade que representa um modelo cultural maior, que mostra não apenas a identidade desse patrimônio, mas a própria identidade coletiva de Passo Fundo. A análise do patrimônio também demonstra os conflitos sociais resultantes da construção histórica de um modelo cultural que orientou as ações políticas da sociedade passo-fundense, conflitos muitas vezes silenciosos, justamente porque o modelo cultural construído/adotado pelas elites municipais dissimulou problemas e interesses divergentes aos seus objetivos. A própria elitização do patrimônio histórico, como iremos demonstrar, expõe um conflito silencioso. Possamai mostra a importância para a história de estudar os “lugares de memória”, como arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, patrimônios, entre outros:

investigar os lugares de memória pode fornecer pistas interessantes aos estudos históricos. Os processos de criação, difusão e perpetuação dos lugares, que podem estar situados no âmbito simbólico e do imaginário de uma dada sociedade, podem apontar “sintomas” sociais de camadas mais profundas.⁸

Possamai, fazendo referência a Pierre Nora, diz que os “*lugares de memória* seriam aqueles elementos destinados a fazer uma ligação entre o passado e o presente dos indivíduos, congelando o tempo”.⁹ A posição da autora vai ao encontro da noção de modelo cultural exposta por Ribeiro. A investigação do patrimônio histórico arquitetônico de Passo Fundo revelou a construção de um imaginário da cidade por parte de determinados segmentos, fruto de uma “cultura política” (ou um modelo cultural, na expressão de Ribeiro) própria das elites

⁷ RIBEIRO, Luiz Cesar de Quieroz. A Cidade, as Classes e a Política: um nova questão urbana brasileira?. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.89.

⁸ POSSAMAI, Zita Rosane. Entre lembranças e esquecimentos o Rio Grande do Sul nos lugares de memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002, p.336.

⁹Ibidem. p. 335.

econômicas, bem como uma espécie de “conflito silencioso” em torno da elitização desse próprio patrimônio, sendo ele mesmo um entre outros símbolos que expressam esse imaginário.

1.2 Elitização do Patrimônio Histórico

Determinados segmentos podem monumentalizar memórias coletivas, tomar determinadas edificações que lembrem experiências vinculadas a seus respectivos grupos, mas isso se torna problemático quando tentam impor sua memória particular (uma espécie de “memória privada”) sobre outros segmentos, colocando uma memória artificial/parcial nesses objetos como verdadeira. Desta forma, o patrimônio histórico como bem cultural é “elitizado”, seu acesso e sua compreensão é restringida a apenas uma parcela da sociedade, justificando cada vez mais a idéia de “cultura” oriunda do senso do comum¹⁰ da população. Quando olham para uma edificação “antiga” tombada e não compreendem o porquê daquele prédio ser patrimônio, a não ser pelo fato de ser “antigo”, “velho” e pertencer ao “passado”, como se a história fosse algo que deve permanecer enterrado. Nesta perspectiva elitizada a

cultura possui duas dimensões: uma se refere à natureza mesma do bem cultural, na medida em que incorpora certas características “espirituais”, concebida como de ordem mais elevada; outra diz respeito a uma capacidade especial, restrita a certas pessoas, para usufruir desses bens.¹¹

O patrimônio histórico, como bem cultural e como memória cristalizada em torno de um objeto, constrói uma identidade cultural restrita a certos segmentos da população e que as demais esferas da sociedade não compreendem. Olham para o prédio a sua frente sem encontrar significado porque não o conhecem, não participaram das transformações sociais que fazem desse patrimônio um bem cultural, além do senso comum considerar uma informação acima de sua capacidade de compreensão porque não possui experiências significativas ligadas a tal patrimônio.

¹⁰ As experiências oriundas do senso comum referem-se a natureza imediata da experiência, onde os sujeitos assimilam a informação sem um reflexão mais profunda. Sobre o conceito de senso comum ver: TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 48.

¹¹ DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.24.

De acordo com Pohl, a “sociedade humana na construção de sua história elege alguns exemplos para serem lembrados como os maiores representativos de sua cultura, sua arte, sua literatura, etc, para se tornarem sua memória”¹², nesse sentido, o campo da memória patrimonial, na ação de eleger os bens patrimoniais é palco de um conflito entre segmentos sociais, pois sempre que uma memória é lembrada por alguém, outra é esquecida, sempre que uma identidade é afirmada, outra é defenestrada. Chartier aprofunda o conceito de “representação”:

Por isto esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.¹³

Para Chartier, as representações seriam as estratégias, as práticas de determinados grupos ou segmentos da sociedade que visam fazer reconhecer a sua identidade social, significando simbolicamente no mundo suas idéias, posições e até seu próprio estilo de vida. As elites políticas conseguem institucionalizar suas práticas, tornando-as oficiais, em contraposição com as práticas populares.

Antes de prosseguir, a noção de “elite” empregada no presente trabalho deve ser esclarecida. Uma simples constatação já pode justificar a hipótese de elitização do patrimônio, basta uma caminhada pelo centro da cidade para perceber que existe uma predominância da memória de certos grupos lembrados pelos monumentos e principalmente pelo patrimônio histórico, pois as edificações tombadas referem-se eminentemente aos dirigentes, ao poder político da cidade que está associado ao poder econômico.

Um dos objetivos desse trabalho é demonstrar os contrastes entre as memórias dos diversos grupos que construíram a cidade, buscando a explicação para a atual elitização desse patrimônio e para o impulso de modernização na história da cidade nos seus últimos cinquenta anos, através dos instrumentos políticos de intervenção urbana, como os planos diretores de

¹² POHL, Ângelo Inácio. Patrimônio Cultural e Representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.). *Educação Patrimonial: Perspectivas*. Santa Maria: UFSM. LEPA, 2005, p.64-65.

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990, p. 17.

desenvolvimento, atas de conselhos municipais, seminários realizados através de parcerias entre instituições de ensino e prefeitura, as leis de tombamento das edificações, entre outras documentações produzidas por uma elite política e intelectual. Para entender a noção que o conceito de elite assume nesse trabalho, é necessário perguntar porque buscar a justificativa para a elitização do patrimônio histórico nesse tipo de documentação?

A resposta é clara; porque foram esses grupos, através desses instrumentos, que conduziram a construção do cenário urbano, determinaram o ritmo da modernização, buscaram o progresso e a verticalização do espaço central da cidade. Através da análise desses documentos, é possível perceber a exclusão de alguns segmentos que não condiziam com a aparência de um espaço moderno, as formas de socialização desses segmentos, expressa na arquitetura por eles produzida acabou sendo excluída da cidade.

A noção de elite, portanto, refere-se a esses grupos que estavam por trás dessa documentação. Não é intenção reduzir a construção do espaço urbano (tema muito amplo) às disputas em torno do direito a representação simbólica, mas mostrar que a construção da memória patrimonial inserida nesse cenário revela a existência de um conflito em diferentes esferas entre grupos da sociedade, de natureza econômica, política e cultural e diferentes contrastes, entre memórias edificadas preservadas (tombadas pelo patrimônio e consideradas oficiais) e prédios em ruínas que representam segmentos excluídos da construção do cenário urbano (como, por exemplo, prédios de descendentes de escravos). Dessa forma, concordando com Heinz quando este afirma a importância sobre estudos de uma “história das elites” como

uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.¹⁴

Existe um conflito de interesses sobre os usos da memória patrimonial entre grupos excluídos do direito à expressão de sua memória e poder político, um conflito identificado hoje, que orientou a busca pela origem dessa contradição e da elitização do patrimônio. Bem como existe um conflito, também atual, entre grupos de intelectuais e poder político frente à

¹⁴ HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

modernização e verticalização do espaço urbano, processo que destrói edificações históricas no centro da cidade.

Esses conflitos, essas contradições, que caracterizam as percepções que esses diferentes atores têm sobre o campo da memória patrimonial, constituem um dos problemas deste trabalho. Porém, a pesquisa histórica que busca a origem desse conflito demonstrou que esse processo de elitização e verticalização foi implantado através da assimilação e da busca do ideal de construir uma cidade moderna, com possibilidade de se tornar uma “capital do planalto”, que buscava esse objetivo através do “progresso” e da “industrialização”, temas, muitas vezes aceitos pela sociedade como um todo. Apenas hoje as consequências dessas políticas adotadas fazem-se presentes.

1.3 Relações entre identidade, patrimônio e memória

Assim como a memória, o patrimônio histórico é uma representação do passado ancorado em experiências¹⁵ relativas ao contexto vivido no presente e com uma projeção futura. Não é um objeto destinado apenas a preservar o passado, mas caracteriza o presente e, possivelmente, constrói um ideal para um futuro. Ao mesmo tempo em que o patrimônio lembra, monumentaliza, preserva e projeta representações, também faz com que outras sejam esquecidas, de forma intencional ou não, o que acarreta o ressentimento dos outros segmentos excluídos do direito à memória patrimonial.

Coletivamente, isso ocorre através da construção de redes simbólicas, geralmente alicerçadas em espaços públicos que constituem uma interferência do privado, da memória individual ou de um segmento da sociedade no mundo público, onde os indivíduos pertencentes a outros segmentos circulam e convivem, criando, dessa forma, os ressentimentos entre grupos. A memória cristalizada pelo patrimônio histórico é um fragmento de uma maior e complexa rede que forma a memória social de uma comunidade. Como afirma Tedesco, a memória

¹⁵ “a experiência é uma síntese na qual os conteúdos da memória individual se fundam com aqueles da memória coletiva, memória essa tanto material quanto simbólica, que se radica em uma ordem prática, habitual, cognitiva, fundada de elementos objetivos e subjetivos e que permite um conjunto peculiar de modalidade de percepção, de sensibilidade e enfrentamento prático e psicológico.” TEDESCO. Op., cit., p. 50.

permite romper naturalizações e inevitabilidades na história; pode fazer dimensionar a esfera da construção, do vivido, do histórico e cultural ainda que entendidos na sua constante redefinições. Público/privado, tempo/espço, doméstico/cultural, moderno/tradição, família/trabalho, dentre outras aparentes polaridades ou fronteiras, foram demarcadas distintamente no tempo e no espaço; portanto, não são universais, nem estáveis, nem produzidas num movimento progressivo.¹⁶

O patrimônio histórico, assim como a memória, também rompe essas polaridades. No caso específico, gostaria de chamar atenção para o rompimento da barreira entre público/privado. Quando a memória cristalizada em torno do patrimônio, de forma intencional ou não, exclui, “esquece” de lembrar outros segmentos da sociedade, tal patrimônio torna-se a extensão de uma memória particular (a memória privada), que invade um espaço público. O patrimônio histórico, pelo menos em teoria, deveria representar, ser aceito pela comunidade em todas suas esferas.

Esse fenômeno de interferência do espaço público por uma memória “privada”, ou seja, por uma memória particular, exclusiva de determinados segmentos sociais, é comum e está intimamente relacionado com a interferência da ação política de selecionar, preservar e tomba o patrimônio histórico. O poder público, o Poder Executivo, a Câmara de Vereadores, secretarias estaduais ou municipais, etc, quando selecionam determinado bem para ser tombado sem consultar a comunidade, e/ou sem o trabalho de indivíduos qualificados, como historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, entre outros, corre o risco de produzir continuamente esse fenômeno, “elitizando” o patrimônio histórico e interferindo no espaço público. Cristalizam, assim, sua memória em torno da edificação escolhida, caracterizando a identidade da localidade e muitas vezes excluindo outros segmentos desse processo:

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas.¹⁷

O patrimônio histórico está relacionado com uma parte da memória coletiva de certos segmentos que caracterizam a identidade dos indivíduos pertencentes ao grupo, que,

¹⁶ Ibidem. p. 39-40.

¹⁷ Ibidem. p. 79.

desencadeando uma ação política para tombar certo patrimônio, acabam legitimando uma identidade e “deslegitimando” outras, muitas vezes de forma inconsciente.

Fazem isso porque acreditam ser a sua identidade cultural a mesma da cidade e da região, criam dessa forma uma memória patrimonial que não está vinculada a todos segmentos da sociedade, muitas vezes apoiados por uma historiografia saudosista e ufanista. Tal memória está fixada nos espaços públicos, que marcam simbolicamente o local e criam os ressentimentos e também o descaso com o patrimônio histórico, que muitas vezes não resiste a impulsos de urbanização, industrialização e modernização, por não haver mobilizações da comunidade para não perder esse patrimônio. Isso acontece, justamente, porque a comunidade não percebe aquele patrimônio como “seu”, aquilo não pertence a sua identidade, não está inserido em sua memória, não faz parte de suas experiências:

Na relação entre memória e identidade estão presentes as noções de construção, de seleção, de registro, de significado, de criação e de consciência subjetiva. A memória é constituída por uma dimensão dinâmica, um esforço de significação, não só de seleção, mas de reinterpretação sucessiva do passado. A imagem que o indivíduo tem de si mesmo é, portanto, o produto da sua experiência social e das formas de mediação simbólica dessa experiência.¹⁸

O descaso, a depredação, o abandono do patrimônio pela comunidade acaba acontecendo porque o sujeito não tem experiências significativas registradas em sua memória. Em suas reinterpretações do passado, aquele patrimônio não aparece de forma suficientemente marcante para estabelecer elos de afetividade, essenciais para conservação do patrimônio. Essa situação é ainda agravada em municípios que não realizam grandes esforços na área da educação patrimonial.

Outro aspecto importante na relação entre memória e identidade em Passo Fundo diz respeito à construção de uma identidade coletiva, que nasceu pelos anseios de uma elite econômica e política e passou a caracterizar o imaginário da cidade, em especial seu centro urbano. A busca pela construção da “capital do planalto”, a busca do “moderno” do “novo”, a busca de um futuro de “progresso” e desenvolvimento econômico e industrial são marcas da identidade passo-fundense. Esses conceitos, essas idéias são referências para os munícipes

¹⁸ Ibidem. p. 94.

porque houve um forte apelo político a esses ideais, uma construção histórica em torno dessas noções.

O conceito identidade pode ser compreendido no sentido de “indicar semelhança a si próprio”. Porém, esse conceito também está intimamente ligado à existência do “outro”, de algo não semelhante a si, mas diferente. Tratando-se do patrimônio histórico, tornou-se comum dizer que ele pertence a toda comunidade, mas afirmar isso é algo no mínimo ingênuo. Concordando com Pesavento, “A *diferença* é um dado posto pelo real [...] a cultura estabelece *diferenças*, marcando as diversidades das formas de proceder, de falar, de relacionar-se, de atribuir sentido ao mundo, afirmando a distinção na maneira de construir valores [...]”¹⁹.

Todas as sociedades são marcadas por diferenças, e é justamente essa diferença que permite aos atores sociais construir laços de identidade. O patrimônio, entendido como um elemento que possibilita um suporte aos sujeitos frente às transformações sociais, também encerra diferenças entre segmentos de uma mesma comunidade. A memória coletiva também exerce essa função, de marcar as diferenças entre segmentos da mesma sociedade; Pollak comenta a análise dessa operação:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.²⁰

A memória, como coloca Pollak, tem uma função de reforçar o sentimento de pertencimento dentro de uma comunidade, mas também de marcar as fronteiras sociais, definindo diferenças, mesmo dentro de uma mesma sociedade. Estudando a função da memória coletiva expressada através do patrimônio histórico de Passo Fundo, é possível perceber que a

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Outro no tempo. In: *História Debates e Tendências* Revista do Programa de Pós-Graduação em História. VI Encontro Estadual de História – ANPUH/RS Ser Historiador Hoje. Programa de Pós-Graduação em História, Vol. 1, Passo Fundo: UPF, 1999, p. 109.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revistas Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 1989. Vol.2, p. 07.

identidade também pode estar ligada a algo que não existe e/ou não existiu (a busca pelo “progresso”, pelo futuro “moderno” e “industrializado”), uma busca individual ou coletiva.

Essa idéia, de uma identidade pautada na busca de um futuro moderno e progressista, será desenvolvida no segundo capítulo do presente trabalho, através da análise de documentos como os planos diretores de desenvolvimento urbano, os jornais locais, entre outros, nos quais é possível perceber a constante referência ao futuro certo reservado para Passo Fundo como “capital do planalto” rio-grandense. O patrimônio histórico da cidade, bem como outros monumentos, reforçam esse imaginário. As experiências configuradas nesses monumentos dizem respeito às atividades desenvolvidas para consolidação desse imaginário.

A identidade, de acordo com Félix²¹, também está ligada ao espaço, onde a lembrança de lugares e objetos fixa a memória, organizando, criando referências aos sujeitos. No caso de uma identidade voltada a algo “efêmero”, algo que não existe e não existiu ainda, também pode ter referenciais de identidade baseados em memórias, em lembranças, não necessariamente vinculadas a um espaço, mas podem estar ligadas a um local específico.

Tal identidade pode constituir uma meta, um objetivo que enquanto não é atingido, vai permanecer no “imaginário”, na representação que o indivíduo ou grupo faz de si mesmo em tal futuro, local e/ou objetivo a ser alcançado. Aí entra a “semelhança de si próprio”, levantada por Félix, mas identificada com uma meta. A memória que constrói os referenciais, a base para essa identidade, está ancorada nos esforços, nas experiências já realizadas para tentar atingir tal meta, mas essa memória patrimonial tem como função lembrar que o objetivo do indivíduo e/ou grupo não foi atingido ou ainda está em construção. Ou seja, essa lembrança olha para frente, ancorada em suas experiências para atingir o objetivo esperado, ainda efêmero. Pohl coloca o imaginário como fazendo parte do campo das representações simbólicas de uma sociedade:

O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento de uma determinada sociedade, manifesta-se por imagens e discursos que pretendem criar uma definição própria da realidade. Porém, as imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real.²²

²¹ Para referência, consultar: FÉLIX, Loiva Otero. *História & memória a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Edupf, 1998, p. 38; p. 42.

²² POHL. Op., cit., p. 70.

A construção de um imaginário através de discursos, imagens, alegorias, entre outros instrumentos que também pertencem ao campo das representações, não acontece de forma “neutra”, ou simplesmente surgido naturalmente através do curso da história, mas é forjado através dos interesses dos segmentos sociais a que está vinculado, justificando ou rejeitando determinada(s) identidade(s). Através do estudo das funções das memórias coletivas e onde elas estão representadas no mundo social é possível perceber os objetivos dos segmentos que as forjaram e a identidade que estão representando.

A identidade não é um dado pronto, está em permanente transformação. As identidades coletivas podem ser baseadas em objetivos localizados no futuro, utópicos ou não, como planejamentos, planos de metas, etc. A memória coletiva que cria os referenciais de identidade, como já colocado, está localizada em experiências recentes, portanto, memória e identidade estão em constante transformação, principalmente em sociedades em processo de desenvolvimento econômico e urbano.

Esse referencial de identidade vinculado a um objetivo a ser realizado em um futuro tem como conseqüência ignorar a história e/ou outras memórias, sejam individuais ou coletivas, que tenham como função lembrar o passado de forma nostálgica, sem que contribua para experiências que reforcem a identidade caracterizada pela meta futura a ser atingida. Em sociedades em pleno desenvolvimento, que buscam objetivos como modernização, urbanização, industrialização, os próprios “lugares de memória”²³, os espaços com a função de sacralizar as experiências vividas pelo grupo social, representa uma memória que afirma a identidade ancorada na visão de futuro “moderno”, memorizando experiências concretas que abriram caminho e contribuíram para afirmação do “moderno”, em contraposição com o “velho”.

O uso do “esquecimento” e do “silêncio” também se torna um recurso para afirmação desse tipo de identidade; simplesmente, aspectos históricos e certas memórias não são

²³ “Os lugares de memória são a ocasião da exteriorização da memória; são âncoras de suporte externo para se fixar na memória dos grupos; condensam a imagem de um passado; são pontos de visibilidades evocativos, senso de pertencimento de indivíduos a um determinado grupo; construção de memória coletiva, radicamento e sobrevivência da tradição e de suas crenças; produção política e religiosas da memória, representação pública e objetiva da memória.” TEDESCO. Op., cit., p. 81-82.

“memorizadas”, não ganham espaço ou voz entre os chamados “lugares de memória” e não são sacralizadas no espaço público, não fazem parte do cotidiano da sociedade. Isso porque o temor de “desaparecer” é substituído pelo temor de não concretizar a visão de modernidade, se não é substituído, pelo menos, a nível do coletivo nessa sociedade, ele tem maior importância, e os símbolos que representam os ideais de progresso passam a ser as referências de identidade dessas comunidades.

Este tipo de identidade é característico da primeira metade do século XX com a intenção de concretizar, a qualquer custo, visões de modernidade, industrialização e urbanização. Tal identidade recebe impulso da concepção de tempo linear, na qual a modernidade seria alcançada pelo progresso indefinido da história. Essa concepção de progresso contínuo e indefinido, sem interrupção, entrou em crise, colocando os “lugares de memória” dessas sociedades, com identidades baseadas em referenciais de futuro progressista em “descaso”, assim como a noção de progresso inevitável (influenciada claramente por uma posição positivista) foi colocada em xeque, perdeu a validade no mundo científico e é questionada pela sociedade em geral.

A tão esperada “modernidade” também demonstrou ter seus pontos negativos. Não cumpriu a promessa de sanar diversos problemas sociais, com isso, os lugares de memória destinados a afirmar a identidade coletiva de progresso em busca da modernidade conheceram o descaso da sociedade, um exemplo são as transformações na concepção de “museu”. Uma nova museologia nasceu, deixando de apenas contemplar e sacralizar heróis que lutaram pelo “progresso” e defesa da nação, justamente porque a sociedade não está mais vendo significado nessa identidade. As concepções teóricas que sustentam essa categoria de museu foram superadas. Outro exemplo é o próprio abandono do patrimônio e a derrubada de edificações que são verdadeiros documentos históricos.

Esse abandono do patrimônio histórico pelo poder público e o descaso da sociedade civil com os “lugares de memória” em geral, é acentuado no contexto em que as grandes cidades estão inseridas, contexto caracterizado pela velocidade, renovação e assimilação contínua de informação, que é marcada “pela impessoalidade e pelo anonimato”. Diferentemente do patrimônio como categoria, que, para existir, depende da criação de laços afetivos com a

sociedade, laços que nascem de experiências que os sujeitos adquiriram junto ao determinado patrimônio, no presente e no passado;

os dados, as informações e o próprio conhecimento aderem à lógica da racionalidade instrumental. Isto é, a dinâmica da sociedade de consumo trata a cultura, as suas expressões e manifestações regionais e locais como se fossem objetos e coisas descartáveis. Os eventos e acontecimentos culturais tornam-se mais um entretenimento, atendendo à lógica e às vicissitudes do mercado e menos cultura. Nessa lógica, se produzem cada vez mais informações para esquecer do que para lembrar.²⁴

A informação é assimilada sem experiência contínua e de forma impessoal, atualmente, ocorrendo por meios mecânicos, pela tecnologia, sem uma mobilização tanto do sujeito como da sociedade. A informação renova-se aceleradamente, adequada ao ritmo das grandes cidades e da vida moderna, diferentemente do patrimônio histórico. É preciso lembrar que para criação de qualquer laço de afetividade, na maioria dos casos, é necessário um contato pessoal e um tempo muito longo para o indivíduo ou o coletivo se reconhecerem e se identificarem com o patrimônio.

Esse contraste entre informação e formas de narrativas, características de museus, patrimônios culturais, arquivos, bibliotecas, etc., que necessitam criar laços de afetividade e identidade para estar presente na memória social, constitui um dos problemas trazido pela complexidade do mundo moderno, urbanizado e industrializado. Tal problema é agravado em sociedades em ritmo de desenvolvimento que basearam suas identidades coletivas em uma visão de um futuro modernizado, caracterizado pela idéia de um progresso linear, que entrou em crise, juntamente com a identidade desse tipo de sociedade (caracterizada pelo choque do “moderno” com o “antigo”, pela preferência do novo como símbolo de sua identidade).

1.4 Ação política e “patrimonialismo” político

Não é a intenção deste trabalho defender que as elites políticas do município de Passo Fundo tenham por objetivo cristalizar uma memória exclusiva de seu segmento social. Nesse

²⁴ MORIGI, Valdir José. O Significado da Memória Social e do Patrimônio Cultural no Mundo Contemporâneo: Algumas Reflexões. In: *Anais do I e II Encontro Estadual Sobre Museu, Preservação de Patrimônio, Memória e Identidade, de 11 de julho de 2003 e 18 de julho 2004*. Lajeado: UNIVATES, 2004, p. 21.

caso, é necessário chamar atenção especial à ação política por trás do tombamento de prédios históricos. Chagas traz uma importante reflexão sobre ação política e a seleção do patrimônio:

O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.²⁵

Cabe lembrar que existem homens por trás das instituições políticas. Não necessariamente as ações desses homens dentro do poder público municipal foram orientadas com o único e claro interesse de tombar certa edificação para cristalizar e construir um imaginário de modernização e progresso. Porém, esse imaginário foi se afirmando com as elites políticas, pois foram tais elites que se perpetuaram no poder em Passo Fundo. Dessa forma, para os representantes municipais, ou melhor, para a memória dos representantes municipais, nada mais natural que preservar a sua história, a sua memória social, que para eles, é a história de toda a sociedade passo-fundense.

Esse imaginário, formado pelas elites e, ao mesmo tempo, formando as elites através de uma ideologia progressista, modernizadora, é de fundamental importância para compreensão da identidade de Passo Fundo, caracterizada pela expressão “capital do planalto”. Os grupos políticos da cidade, mesmo divergindo em alguns aspectos, sempre assimilaram esse objetivo em seus discursos, tornando a cidade uma extensão de seus ideais, e o patrimônio histórico é um instrumento, uma ferramenta que ajuda a construir esse imaginário, peça importante na manutenção de regimes políticos.

O rápido crescimento urbano permitiu a sobrevivência dessas edificações, tombadas pelo poder público municipal, que representam uma memória edificada de experiências que conduziram Passo Fundo a afirmar-se como uma capital regional. Porém, o patrimônio é apenas um elemento entre diversos outros que fazem alusão a esse imaginário. Entre um dos principais

²⁵ CHAGAS, Mário. Memória Política e Política de Memória. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 141.

símbolos, cabe destacar a própria construção da bandeira municipal, de acordo com a Lei Nº 720, de 01/12/1956:

Art. 1º - É adotado como símbolo do município de Passo Fundo o brasão caracterizado como segue: escudo português quadripartido, em secções, verdes, amarelo, azul e laranja. Em chefe, campo subdividido em dois retângulos, verde e amarelo, representando o desenvolvimento econômico do Passado (pinho), do presente (trigo), e atravessado por banda de gole azul, centrada pelo nome do município em letras brancas. Em campo de sinople, em laranja e azul, desenvolvimento econômico do presente e futuro (indústria), repousando na potência hidroelétrica. Ao pé do escudo, banda de gole (vermelho), com letras brancas, do trinômio sobre o qual repousa: TRABALHO FRATERNIDADE PROGRESSO. Tudo encimado da coroa mural de quatro torres, amarelo, ostentado na parte média superior a cruz de cristo, em branco, concentrada de vermelho em elipse amarela. (Ass) Wolmar Salton – Prefeito Municipal.²⁶

A própria bandeira do município já é uma apologia a esse imaginário de “capital do planalto”. Os elementos que tornariam Passo Fundo uma cidade líder regional estão bem destacados no brasão: progresso, industrialização e desenvolvimento econômico. Em seu conjunto, a memória edificada também faz referência a esses aspectos. Esse imaginário, que caracteriza a identidade dos munícipes, foi construído historicamente, esquecendo outros aspectos da cidade, bem como outros segmentos que não encontraram espaço para a edificação simbólica de sua memória. De acordo com Murilo de Carvalho, o imaginário é um elemento essencial, uma peça chave de qualquer regime político, sendo um fator preponderante para definição e organização da sua identidade:

A elaboração de um imaginário é parte integrante de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.²⁷

O patrimônio de Passo Fundo hoje é símbolo dos grupos políticos que defenderam esse imaginário. São suas ações que estão cristalizadas na cidade. Esse patrimônio transmite, de

²⁶ GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982, p. 173. Grifo do Autor.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

forma simplificada, o discurso e a defesa dessa identidade presente no imaginário social desses grupos. O descaso com esse patrimônio demonstra que ele possui uma leitura restrita; poucos sujeitos compreendem seu significado, somente os atores ligados às elites políticas e/ou intelectuais. Outros grupos não se manifestam a favor de sua preservação, deixando tais edificações perderem sentido frente ao ímpeto de verticalização atual. Isso reforça o argumento que, tanto no passado como hoje em dia, o cenário urbano de Passo Fundo pode ser visto como uma extensão de interesses particulares de membros dessa mesma elite.

Assim, chega-se ao cerne do problema do contraste entre as edificações, entre o patrimônio histórico e entre a(s) identidade(s) da cidade. A origem desse problema está nas relações políticas, nas ações políticas, percebe-se que uma memória particular marcou domínio sobre o Estado, construindo na sociedade civil o imaginário de uma cidade moderna impulsionada por uma “febre” de modernização urbana que acompanhou o Brasil a partir da década de 1950.

O processo de urbanização realizado nas grandes cidades adquiriu um caráter elitista, tanto do ponto vista político quanto econômico, porque os homens que conduziram esse processo eram oriundos dessas elites, marcando dessa forma a identidade de muitos espaços urbanos brasileiros e excluindo segmentos que, nessa memória política, não participaram desse processo, pelo menos não diretamente, o que levou a um desequilíbrio de identidades nos centros urbanos. Nesse sentido Holanda traz importante contribuição para compreensão desse quadro:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.²⁸

Entre um dos efeitos do desequilíbrio social a que Holanda se refere certamente pode-se colocar a questão do patrimônio histórico rio-grandense e os contrastes presentes na(s)

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (26. ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 145.

identidade(s) que eles representam, bem como o contraste, o desequilíbrio social, econômico e político da sociedade brasileira. No caso de Passo Fundo, percebe-se a influência e a apropriação do espaço público pelos poderes políticos – a memória do segmento social que tem respaldo político-administrativo para ser “monumentalizada” no centro da cidade, que é constituído por diferentes espaços e diferentes atores – principalmente se levada em conta que a ação de tombar certas edificações foi influenciada pela memória individual de homens que ocupavam posições dentro da sociedade política. Uma memória particular dominou e cristalizou o espaço público, cabe esclarecermos a noção desse conceito: “com termo espaço público, indica-se aqui a dimensão aberta, plural, permeável, autônoma, de arenas de interação social que seriam aqueles espaços pouco institucionalizados.”²⁹

Holanda define o Estado da seguinte forma: “O estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo”.³⁰ Melhor dizendo, ele diz, justamente, o que não deve existir em um Estado, em uma instituição pública. Tais relações pessoais existem, e as considerações sobre a relação entre ação política e patrimônio histórico em Passo Fundo são um exemplo disso, pois esse patrimônio mais parece uma extensão da identidade de certos grupos, e não de toda a comunidade.

As decisões a respeito do tombamento de bens patrimoniais sempre vão ter um caráter subjetivo. Uma forma de tornar essa decisão mais “ética” seria introduzir profissionais da área, como arquitetos, historiadores, sociólogos, antropólogos, etc e incluir a participação popular em tais decisões. Não deixar essa decisão nas mãos de políticos que muitas vezes não estão interados com o conhecimento produzido pela área das ciências humanas, dessa forma, acabam confundindo suas memórias com a “verdadeira” história do município. Isso é muito grave, pois o patrimônio histórico acaba tornando-se um dos instrumentos de dominação social das cidades sobre sua população, principalmente quando esta não participa na eleição do seu patrimônio cultural.

²⁹ TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 46.

³⁰ HOLANDA, Op., cit., p. 141.

1.5 Sociedade civil e patrimônio histórico

Na concepção de Liszt Vieira, o conceito de sociedade civil seria um lugar onde a lógica do sistema político, econômico e administrativo atua. Seria uma espécie de esfera de interação entre “a economia e o Estado, composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública.”³¹ O patrimônio histórico-arquitetônico pode ser entendido como uma forma de comunicação, uma forma de linguagem urbana, pois ele representa uma identidade, é um signo com um significado próprio, ele diz algo para quem o analisa (para quem o lê).

Pode-se dizer que o patrimônio está inserido no âmago da sociedade civil e conseqüentemente, ameaçado pela mesma lógica sistêmica. No caso de Passo Fundo podemos perceber mecanismos econômicos ameaçando esses bens culturais em prol de uma verticalização do espaço urbano, fruto de uma especulação imobiliária em torno do espaço caracterizado como centro da cidade.

O próprio patrimônio histórico, sob o ponto de vista da identidade que representa, de certa forma, pode se tornar uma ameaça à sociedade civil em todas suas parcelas quando exclui determinados segmentos e prioriza outros, visto que torna esse cenário cultural palco de uma disputa de interesses, na verdade, da predominância do interesse de elites políticas e econômicas, pois esse patrimônio tombado não representa a(s) história(s) de todos os grupos que constituem a sociedade de Passo Fundo.

O patrimônio torna-se uma ameaça, levando em consideração uma distinção entre sociedade política e civil, uma vez que a memória patrimonial da cidade remete exclusivamente às ações políticas, promovidas por certos segmentos políticos. Mesmo quando faz referência ao crescimento econômico e industrial, esquece de fazer menção à memória dos escravos, dos operários, sendo que os vestígios desses segmentos já estão quase extintos da paisagem da cidade. O patrimônio, bem como a memória patrimonial de um modo geral, torna-se instrumento de definição dos espaços sociais, uma ferramenta de dominação.

³¹ VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 45.

Continuando com sua definição de sociedade civil, Vieira coloca que a sociedade política, que articula os mecanismos político-administrativos que ameaçam esferas como patrimônio histórico, nasce da sociedade civil. Isso parece ser uma idéia clara, porém, podemos achar algumas contradições nesse processo. A primeira é que a sociedade política, que controla os mecanismos do poder local e do Estado, emerge de setores da sociedade civil, e não de todos os segmentos que a compõem. Deve-se ter em mente que a sociedade é dividida por segmentos diferenciados com interesses diversos, é por isso que mecanismos do poder executivo local, bem como do legislativo e inclusive do judiciário, “podem” vir a ameaçar a sociedade civil, ou melhor, os outros segmentos que não estão inseridos diretamente nessas relações de poder político-institucional.

A questão central é que a sociedade civil não possui o mínimo controle sobre as esferas públicas culturais. Ela não participa de forma decisiva dessa esfera. A sociedade política não cumpre (a não ser com segmentos específicos, ligados a uma elite cultural, política e econômica) seu papel de mediador entre a sociedade (em todas suas parcelas) com o Estado.

De fato, percebe-se a nível local que sociedade política, melhor dizendo, os grupos que formam esse segmento, fundem-se com os interesses do Estado, elitizando o acesso à participação nas decisões e na criação de mecanismos políticos administrativos. Isso se torna claro na esfera da cultura, mais especificamente, no tocante ao tombamento de bens patrimoniais, em que existe uma hegemonia, pelo menos no caso de Passo Fundo, da identidade política-econômica de elites descendentes de colonizadores brancos que se perpetuaram no poder.

Um fato que demonstra tal hegemonia e comprova que apenas uma parcela da comunidade encontra significado nesse patrimônio é o caso da “Casa Gabriel Bastos”, recentemente demolida. Havia uma lei³² que indicava a edificação para tombamento. Mesmo assim, a lógica imobiliária (entendida aqui como um mecanismo econômico, uma especulação imobiliária que interfere na esfera política administrativa) não tomou conhecimento dessa lei e derrubou a edificação.

³² LEI Nº 3911 de 10 de Junho de 2002. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

Esta edificação representava uma elite política do município e, mesmo assim, foi demolida. Percebe-se que a lógica econômica sobrepujou, melhor dizendo, passou por cima do sistema político e não encontrou resistência da população. A população (a sociedade civil), em sua maioria, não encontrava significado algum naquele prédio. Podemos presumir isso justamente porque não houve protestos nem grandes mobilizações, o que em parte pode comprovar que os bens patrimoniais do município são elitizados, que representam um pequeno segmento da sociedade civil (segmento do qual se origina a sociedade política do município) que está interessada na preservação de mecanismos econômicos que ameaçam a esfera pública cultural.

Esse patrimônio histórico perdido frente à verticalização desenfreada também demonstra o descaso comentado anteriormente, vemos mais um prócer da história, que lutou para concretizar e trazer esse ideal de progresso para Passo Fundo, ceder lugar a um arranha-céu, o que parece ser uma leve ironia do destino. É possível perceber também uma troca de valores, pois a verticalização, hoje, parece ter se tornado um símbolo do progresso, uma espécie de elemento simbólico que se tornou mais forte do que o patrimônio histórico para as próprias elites e para a comunidade em geral, sobretudo pelo seu valor econômico.

Outro elemento que confere credibilidade à hipótese de elitização do patrimônio histórico-arquitetônico são iniciativas oriundas da sociedade civil. Iniciativas que nascem de segmentos que também ocupam espaços públicos, como o projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco, da comunidade de afro-descendentes. Esse conflito, a memória de grupos “esquecidos” pelo processo de afirmação de uma identidade, pela parte de certos segmentos políticos, ocorre ao nível da esfera pública, campo onde atuam tanto o Estado, caracterizado pela sociedade política, quanto grupos como a comunidade negra, a mídia, instituições de ensino, caracterizados como sociedade civil.

Atualmente, alguns grupos na mídia e outros vinculados a instituições de ensino mostram-se contra a derrubada de prédios que poderiam tornar-se patrimônio histórico. Podemos perceber a sua preocupação em artigos como “O triste fim de uma história”, publicado no jornal

“O Nacional”, com uma entrevista com o professor da Universidade de Passo Fundo, Haroldo Carvalho, como demonstra essa citação:

Nesta semana a população passo-fundense foi pega de surpresa com a declaração da destruição de um ícone cultural e histórico da cidade nascido na década de 60. Foi anunciada a demolição do Cine Teatro Pampa que por muitas décadas foi um ponto de encontros entre amigos, namorados e até inimigos.³³

Esse artigo demonstra a notícia da derrubada do Cine Teatro Pampa, uma edificação que tinha um significado para grande parcela da comunidade passo-fundense, ou seja, era uma referência da memória coletiva da cidade. A mídia, no caso o jornal, representa uma parcela da opinião pública, como também faz parte da própria esfera pública, mostrando, como diz o título do artigo, “tristeza” em ver um “ícone” da história da cidade ser derrubado. Isso se constitui uma iniciativa da sociedade civil que protesta contra a modernização do espaço urbano e age, concedendo espaço para a opinião de um historiador criticar esse quadro.

Outro exemplo de iniciativas da sociedade civil frente à derrubada de seu patrimônio histórico é o artigo publicado no jornal “Cadafalso”, uma publicação independente, “Identidade, Patrimônio e Memória Social”, por Mateus Fiorentini, acadêmico do curso de História da Universidade de Passo Fundo:

A questão da luta pela preservação do patrimônio está inserida no debate sobre a construção de uma nova sociedade. As grandes construtoras, aliadas às imobiliárias, caçam terrenos onde se abra espaço para promover o “avanço” da cidade. Essa é a ideologia que está por trás da devastação dos prédios históricos.³⁴

Por ser uma publicação independente, nota-se um tom mais agressivo contra a derrubada das edificações caracterizadas por uma importância histórica no centro de Passo Fundo. Essa é outra iniciativa da esfera pública, demonstrando, e até formando, uma opinião contrária à modernização desenfreada que vem se solidificando nas últimas décadas no município. Essas manifestações da imprensa local deixam claro que determinados grupos não apóiam a intensa modernização da cidade. Também deixam claro que são sujeitos inseridos em meios intelectualizados. Outro exemplo, do mesmo Cadafalso, é o artigo “Passo Fundo Tchê! História

³³ *O Nacional*. Passo Fundo, março de 2006.

³⁴ *Cadafalso*. Passo Fundo, março de 2006.

pra quê?”, escrito por João Vicente Ribas, mestrando pela Universidade de Passo Fundo; que faz referência ao evento “Educação, Museu e Patrimônio”, Ribas expressa a opinião de um grupo de intelectuais frente à derrubada do patrimônio histórico em prol da especulação imobiliária;

A partir do que foi abordado nos debates, conclui-se que é incoerente para uma sociedade que pretende desenvolver a cultura, não incentivar a preservação do patrimônio histórico. Não faz sentido um município celebrar seus 150 anos, e não planejar nada no sentido de contar essa história – a não ser a encenação em um descampado, de uma batalha sangrenta.³⁵

O ponto abordado pelo artigo demonstra que alguns passo-fundense mostram-se contra não apenas quanto a derrubada dos prédios históricos, mas também quanto a exclusividade que a memória política e tradicionalista recebe em Passo Fundo. Isso fica evidente no próprio título, “Passo Fundo Tchê”, slogan que já foi tema de campanhas políticas, que demonstra que uma identidade é priorizada em detrimento de outras, uma memória é lembrada, teatralizada, e outra é esquecida. O autor ainda critica a ação do poder público no tombamento sem preservação, no abandono e descaso do patrimônio, e elogia a iniciativa privada que preservou determinadas edificações, como o Hotel Glória, hoje o restaurante “Solar do Glória”, e o prédio da cervejaria Brahma, hoje sede da “FAPLAN”, enquanto isso, “já os prédios públicos estão em estado precário, por mais que tivessem sido tombados. Falo do recém batizado e ‘sem pintura’ Centro Cultural Roseli Pretto, que agrega um museu com telhado caindo, um teatro às traças e uma biblioteca com infiltrações”, continuando, ainda é feita uma alusão, quando o autor coloca que “as pessoas não passaram a freqüentar mais o lugar por causa da placa que descerram”, outra crítica da sociedade à memória política da cidade. Na mesma edição, Haroldo Carvalho, na sessão intitulada “Opinião”, refere-se à situação atual em que o município se encontra:

Na medida em que a cidade cresce, seu patrimônio cultural é atacado como portador de identidades que devemos esquecer. O ataque diário ao patrimônio arquitetônico é testemunha inequívoca de que o relacionamento da cidade com sua história vive um momento de profundo descaso. É irônico que projetamo-nos nacionalmente como cidade cultural, referência em literatura e folclore, ambos portadores de subjetividades e exemplos de um patrimônio tido como imaterial, enquanto que o pouco que temos de objetivo, concreto, vem sendo desprezado numa ânsia demolidora poucas vezes vista, dando mostras de que por certo ainda persiste uma idéia de patrimônio imobiliário sobrevalorizada em relação ao patrimônio histórico.³⁶

³⁵ *Cadafalso*. Passo Fundo, agosto de 2006.

³⁶ *Cadafalso*. Passo Fundo, agosto de 2006.

É essa idéia, de fato, que prevalece na cidade. A identidade de progresso, de modernização e verticalização, além dos motivos econômicos evidentes, da supervalorização da construção na área central, descaracteriza e derruba a memória patrimonial da cidade. O pouco patrimônio tombado, acaba caindo em descaso, sucumbindo à ação entrópica do tempo. A verticalização mostra-se tão forte que a própria memória política, materializada nas construções que resistiram a esse processo, são postas de lado em prol desses ideais, como no caso da derrubada da Casa Gabriel Bastos, comentado acima, e no caso da casa dos Dipp, situada na rua Bento Gonçalves, recentemente demolida.

A crítica ao abandono do patrimônio histórico-cultural por parte do poder público é relatada também em *O Nacional*, por Daniel Bittencourt, que fala sobre o abandono da Biblioteca Municipal, que faz parte do “Centro Cultural Roseli Doleski Pretto”. A biblioteca não faz parte do patrimônio histórico arquitetônico da cidade, mas o descaso com seu prédio e com seu acervo é um exemplo de como as autoridades políticas tratam questões relacionadas ao patrimônio cultural da cidade:

Desde 1973 nunca foi feito nada em relação a sua parte física. Entre diversas gestões públicas, o prédio vem angariando problemas a cada mandato que passa. São infiltrações em paredes e tetos, a sala onde estão condicionadas as obras raras é completamente inadequada, a falta de espaço e de prateleiras contribui para que os livros fiquem empilhados de forma irregular e as goteiras estão prejudicando o telhado e o piso.³⁷

A crítica realizada pela reportagem é contundente, e está relacionada a crítica feita por Vicente à questão da placa de “Centro Cultural”. Não é o título que vai fazer da cidade um centro cultural, mas sim as ações da comunidade. Passo Fundo, de acordo com a reportagem de *O Nacional*, é considerada a cidade que possui o maior número de livrarias por pessoas no país, a cidade das jornadas de literatura, e a biblioteca pública recebe uma média de 200 pessoas por dia. Porém, a biblioteca não vai ficar em pé pelo status da cidade, é necessária atenção do município para realizar esforços nessa área, pois a biblioteca é mais um patrimônio prestes a cair.

Em outro artigo no jornal *Cadafalso*, a professora e arquiteta da Universidade de Passo Fundo, Ana Paula Wickert, mostra sua indignação quanto ao descaso e o abandono do

³⁷ *O Nacional*. Passo Fundo, outubro de 2006.

patrimônio histórico, com a matéria “Patrimônio histórico?? Eu?? Como?? Não é problema meu...”, comenta a verticalização desenfreada e analisa o PDDU de 1979, vigente até 2006, tocando em pontos cruciais para compreensão sobre o descaso com as diversas categorias de patrimônio que estão presentes na cidade:

O Plano Diretor vigente até 2006 foi elaborado em uma época em que se buscava incentivar o crescimento vertical e a modernização da cidade dentro dos padrões norte-americanos que relacionavam desenvolvimento com verticalização. Elaborado por arquitetos competentes, seu problema hoje é a configuração de origem modernista (Movimento Moderno) que não é mais aplicável na sociedade atual.³⁸

Além de comentar sobre a natureza do PDDU, Wickert também fala, nesse artigo, sobre o descaso e abandono, não apenas do patrimônio histórico-arquitetônico, mas do patrimônio público em geral, da depredação de paradas de ônibus, orelhões, as praças mal cuidadas. Essa situação reflete a falta de um projeto de educação patrimonial e políticas voltadas para socialização e preservação daquilo que o patrimônio representa, pois, como está sendo abordado por este trabalho a maioria dos segmentos da sociedade não se identificam com os bens tombados, não criam laços de afetividade suficientemente fortes para evitar sua depredação.

São perceptíveis as opiniões contrárias à modernização/verticalização desenfreada e à derrubada do patrimônio em prol desse processo “progressista”, por parte um segmento intelectualizado, professores e acadêmicos da UPF, mas não é apenas nesse grupo que podem ser localizadas opiniões contrárias à derrubada do patrimônio, como demonstra o jornal “Viaeco”, uma publicação ambientalista sem fins lucrativos, quando expressa sua opinião a respeito da derrubada da “Casa Gabriel Bastos”:

Tristeza e indignação, estes foram os sentimentos dos historiadores, ecologistas e população de Passo Fundo. Na calada da manhã, às 6h30min do dia dois de abril, um domingo, foi abaixo mais uma parte de nossa história-a demolição da Casa Gabriel Bastos. [...] Este prédio foi centro de inúmeros acontecimentos da história política, cultural e econômica de Passo Fundo e agora infelizmente só o temos na lembrança.³⁹

A opinião do ambientalista, Paulo Fernando Cornélio, demonstra claramente sua indignação frente à perda desse patrimônio. Continuando o artigo, o jornal cita o comentário da

³⁸ *Cadafalso*. Passo Fundo, setembro de 2006.

³⁹ *Viaeco*. Passo Fundo, Maio de 2006.

professora da Universidade de Passo Fundo, Ironita Machado “o tombamento por si só não é suficiente, no mínimo é preciso respeitá-los, divulgá-los, tornando-os espaços de educação patrimonial”. Seguindo ao comentário da professora, é levantado um dos pontos centrais para explicar o descaso e abandono do patrimônio pela comunidade: a falta de iniciativas voltadas à educação patrimonial.

A única instituição que existe em Passo Fundo voltada à preservação da história do município, mesmo em estado de conservação crítica, devido ao abandono do poder municipal, é o Museu Histórico Regional⁴⁰. Trata-se de uma iniciativa que pode ser caracterizada como uma ação do “terceiro setor”, que “é fruto de organizações da sociedade civil que busca, através de ações próprias e/ou induzidas e outorgadas solucionar ou, pelo menos, amenizar os problemas mais prementes da sociedade.”⁴¹. O terceiro setor pode ser compreendido como ações que buscam alternativas a questões sociais não resolvidas pelo Estado, emerge de forma marcante durante a década de 1990, quando “a nova conjuntura política propiciou a criação de entidades com fortes vínculos com governos locais”. O Museu Histórico Regional é fruto de um convênio entre uma instituição filantrópica, a Universidade de Passo Fundo, com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

Dessa reflexão nasce a necessidade de analisar as propostas de desenvolvimento urbano do município, justamente para verificar se elas realmente promoveram uma elitização do patrimônio histórico arquitetônico e do próprio espaço urbano, porque, como já explanado, partindo da análise do conjunto de bens patrimoniais de Passo Fundo, torna-se claro a presença de uma memória coletiva cristalizada em torno de algumas edificações, excluindo a memória de outras. Pela análise do patrimônio, percebe-se um espaço urbano exclusivo de segmentos com uma participação política marcante e com um grande poder econômico, que domina (através da identidade do patrimônio, entre outros signos urbanos) o espaço público que constitui o centro da cidade.

⁴⁰ Lei Nº 3.122 de 27 de junho de 1996. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

⁴¹ TEDESCO, João Carlos; SILVA, Paola. Terceiro Setor: nova cultura entre esferas política e social?. In: TEDESCO, João Carlos; PASTORE, Elenice. (orgs). *Ciências sociais temas contemporâneos*. Passo Fundo: Méritos, 2005, p. 192.

2. O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA "CAPITAL DO PLANALTO"

Eis o motivo por que és tu moderosamente orgulhosa do título que ostentas em tua mimosa fronte: Capital do Planalto. És convicta do teu crescimento acelerado. Quem o previa? Teu genitor, o velho paulista de têmpera de aço Fagundes dos Reis? É bem possível. Fato é que tu estas na primavera da vida. Mas porque menina moça, estas saias tão rodada, caprichosamente engomada, abrangendo tantos arrabaldes e vilas? És uma cidade grande. E tens razão de sobra em seres altiva: és a eterna namorada dos viajantes. E há quem digas seres vetusta, cidade velha, por causa da fisionomia antiga do boqueirão. Tolices... Quem não vê, em dia ensolarado, o caio novo das casas do boqueirão qual marfim resplandecente?

J.L. de Menezes.

2.1 Transformações urbanas e identidade

O poema de J.L. de Menezes foi publicado no jornal "O Nacional" em 1957. Em poucas palavras, ele resume a construção do imaginário de Passo Fundo. Elaborado em homenagem ao centenário da cidade, é possível perceber o que era comemorado, a história que estava sendo lembrada e quais eram as referências que identificavam os munícipes na época como passo-fundenses. O orgulho de morar na cidade "Capital do Planalto" com seu crescimento acelerado, resultado das ações de seu genitor de "têmpera de aço Fagundes dos Reis", a eterna namorada dos viajantes que repudia aqueles que a chamavam de "cidade velha", mesmo comemorando cem anos.

Esses elementos citados pelo poeta são analisados nesse capítulo, através dos discursos presentes em diferentes documentações e épocas, entre 1950 e 1980, com o objetivo de desvendar as experiências que, em conjunto, constituem parte da identidade do patrimônio histórico da cidade e localizar a origem e desenvolvimento do processo de modernização que ameaça os prédios históricos. Como argumenta Bresciani, “na cidade, *a história se constrói no espaço e no edifício público*; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo.”⁴² Através das edificações monumentalizadas no espaço público da cidade, podemos perceber a construção do imaginário apresentado por Menezes em seu poema em 1957. As ações, individuais ou coletivas, formam as experiências que construíram a cidade, que formaram seu imaginário coletivo, as edificações representadas pelo patrimônio histórico da cidade são apenas uma expressão dessa identidade.

Nossas cidades modernas encontram-se inversamente despidas de memórias não representadas pela razão; seus mitos de fundação constituem elaborações históricas. Nelas, se nos dispusermos a voltar a atenção para os traços de memórias gestuais, de comportamentos diversos, ou seja, de uma memória em ação, estaremos talvez aptos a olhar para as memórias como elementos arquiteturais, considerando-as também um dos elementos estruturantes do meio urbano.⁴³

Passo Fundo, como diz Bresciani, “está despida de mitos fundadores não representados pela razão”. Sua fundação está baseada em uma construção histórica, mais especificamente na sua vocação “natural” para o progresso, que a conduziu para uma cidade “Capital do Planalto”. Esse capítulo investiga como e qual o segmento que construiu esse imaginário, materializado nas edificações. Analisando o corpo do patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo e o contexto urbano da área central em que esses bens estão inseridos, fica claro o domínio econômico e político na cidade pela identidade caracterizada pelo progresso, pela modernização e desenvolvimento urbano do município, orientado pelo poder público. A própria formação do cenário urbano da cidade configurou esse domínio, pois apenas edificações que representavam o imaginário, poeticamente afirmado por Menezes, sobreviveram ao ímpeto de modernização.

⁴² BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.30. (Grifo do autor).

⁴³ *Ibidem*. p. 32.

O patrimônio é um instrumento de afirmação dessa identidade, através dele podemos ler esse quadro de elitização da memória social e do acesso ao espaço da área central, é uma forma de expressão da sociedade. A cidade passa uma mensagem para a comunidade, expressando um sentido de ser. Citando Lefebvre:

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela vida – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam.⁴⁴

A cidade expressa, em suas formas de ocupação do espaço urbano, os conflitos, as rivalidades, as disputas de força, também pode dissimular esses encontros, esconder as contradições e através de certas mensagens construir outro sentido para sua história, “esquecendo” certos conflitos, certos atores. O patrimônio histórico que continua “vivo” em Passo Fundo, como diz Lefebvre, possui uma voz própria, tem algo a falar. Porém, o significado expresso nesse signo⁴⁵ (o patrimônio) não foi construído sozinho. A ação humana, mais especificamente, a ação política cuidou de construir esse significado, também cuidou de destruir outros signos (outras edificações, por exemplo, pela inércia frente à derrubada de parte da história da cidade), de esquecer certas memórias, promovendo uma elitização do espaço urbano através de políticas que visaram a modernização do centro da cidade.

Além da leitura do próprio patrimônio, existem outros documentos que demonstram esta elitização, tanto do direito ao acesso da memória social cristalizada em torno desses prédios, como do acesso ao espaço central da cidade. Documentos como os planos diretores de desenvolvimento urbano, que além de serem instrumentos de intervenção, organização e ordenamento do município também são recursos de dominação social do poder público.

Juntamente com os planos, podemos citar anais de eventos e encontros sobre urbanização promovidos pelo poder público e instituições de ensino, que mostram a visão dos intelectuais e políticos sobre a cidade. A construção de uma identidade por parte desses grupos, voltada para o

⁴⁴ LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 62.

⁴⁵ Sobre a relação signo e significado analisado no contexto do mundo urbano, consultar a obra de Lefebvre: “A cidade emite e recebe mensagens. Essas mensagens são compreendidas ou não (codificam-se e se decodificam ou não). Ela pode, portanto ser apreendida conforme os conceitos oriundos da lingüística: significante e significado, significação e sentido”. Ibidem. p. 63.

futuro, pautada em experiências que buscaram a modernização e valorizam as ações em busca do progresso, ignorando ou esquecendo paulatinamente aspectos do passado. Podemos citar, juntamente com esses documentos, a própria bibliografia estudada, principalmente bibliografias da década de 1950 e 1960, intelectuais locais que, consciente ou inconscientemente defenderam essa visão progressista, passando por cima da identidade de outros segmentos. A noção de progresso concebida pelas elites passo-fundenses está ligada à crença de uma evolução constante do município, quase como um culto. Dupas traduz essa concepção progressista:

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. De um lado, o sentimento de que nada mais é impossível, que se conquistam novíssimos mundos dos quais os homens são seus criadores, numa *performance* que se traduz no culto desse otimismo.⁴⁶

Os documentos a serem analisados nesse capítulo demonstram esse “culto ao progresso” e a veneração à modernização, traduzida por um otimismo em relação ao futuro, e os problemas acarretados pelo crescimento da cidade. A busca pela modernidade não começou durante a década de 1950, mas ainda em meados de 1900. Alguns autores caracterizam o início do século XX em Passo Fundo como uma *Belle Époque* tardia:

É lembrada como a época em que a cidade encontrou sua modernidade: as ruas se iluminam com a substituição dos lampiões a querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; o primeiro cinema encanta os habitantes e, entre outros movimentos, a área urbana adquire uma nova paisagem com a construção de hotéis e a inauguração da prefeitura “nova”, além da implantação dos trilhos[...]⁴⁷

Seguindo a analogia feita pelos autores, se o início do século XX em Passo Fundo pode ser caracterizado como uma *Belle Époque* tardia, podemos entender então o período entre 1950 e 1980 como uma *era moderna* tardia, em que a industrialização tornou-se o tópico entre os discursos políticos, juntamente com a expansão e reordenação urbana, em que as mudanças culturais vão ser sentidas e concretizadas “[...] a palavra *moderno* adquiriu conotação de elogio. As novas descobertas da ciência passaram a ser uma espécie de ‘marcadores’ dessa mudança

⁴⁶ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 11.

⁴⁷ MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005, p. 49.

cultural”.⁴⁸ Indo ao encontro com tais descobertas, no caso de Passo Fundo, as construções urbanas eram marcos da construção desse novo mundo, moderno, verticalizado, digno de uma cidade “Capital do Planalto”.

Os documentos citados acima demonstram exemplos das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas pelas quais as cidades do Brasil passaram a partir do início do século XX. Passo Fundo começa a sentir essas transformações com a instalação da via férrea, um exemplo é a transferência do cemitério localizado na área central da cidade até 1902, por causa da passagem do trem. Essa ação pode ser considerada como a primeira das grandes alterações do centro através da iniciativa do poder público. A afirmação de um novo tempo, um novo ritmo para o município, que não podia conviver mais com monumentos como um cemitério em pleno centro, área que seria ocupada pelo comércio, eliminou elementos referentes ao “passado” frente ao “novo” e conduziu a um reordenamento desse espaço. Concordando com Pesavento:

O aburguesamento da sociedade levava a uma intervenção direta do poder público nos espaços urbanos, eliminando velhas construções, alterando o traçado das ruas, alargando as vias, demolindo quadras inteiras em nome do progresso e da ordem. Mas a intervenção burguesa não se limitaria a uma reordenação do espaço: ela se orientaria também para a eliminação de certas socialidades populares, próprias ao povo das ruas e atentatórias à moral e aos bons costumes.⁴⁹

A instalação da ferrovia em Passo Fundo marca o início do progresso da cidade, é com base nos transportes, tradição já afirmada pelo município desde suas origens, “Passo Fundo, Terra de Passagem”, que a cidade começa a crescer e desenvolver áreas até então incipientes, como o comércio, pequenas indústrias madeireiras e a agricultura. Agora, com a facilidade do transporte ferroviário recebem um estímulo, ou seja, a cidade adquire um novo aspecto, eliminando do atual centro da cidade certas socializações que não condiziam com a idéia de progresso e modernização⁵⁰. Através dessas alterações, o poder público não apenas redesenhava

⁴⁸ DUPAS, Op., cit., p. 13.

⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994, p. 115.

⁵⁰ O trabalho de Calvet Fagundes, “Passo Fundo Estudo Geográfico do Município”, realizado para o governo do Estado, a pedido do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, demonstra a importância da estrada de ferro, tanto economicamente, quanto simbolicamente para a cidade, a exemplo da seguinte passagem:

“A inauguração da gare ferroviária em 8 de fevereiro de 1898 modificou, por completo, o ritmo da evolução urbana, dando-lhe um elemento preponderante de centralização, para escoamento da produção, recebimento da importação e intensificação da vida social.”p. 15.

a cidade, ou higienizava o centro urbano, mas eliminava, paulatinamente, um modo de vida, substituía um modo de organização do espaço por outro. A identidade urbana pretendida pelo mundo capitalista não permitia, bem como não permite, a existência de núcleos “pobres” dentro dos limites do espaço central da cidade, pois esse constituía, e ainda constitui, o “cartão postal” de uma cidade “progressista”, principalmente quando existe a intenção de modernização. Antonino Xavier relata as alterações proporcionadas pela Estação:

Isolada em largo espaço, tinha ela à frente amplo logradouro em cujo alto, à esquerda, ficava o velho Cemitério Público, e, mais adiante, a primitiva Matriz tendo a respectiva face para nordeste, direção em que, ao longe, a defrontava a linha de casas que anos depois, por discordar da planta do prolongamento oriental da cidade, veio a ser demolida.⁵¹

A estrada de ferro, além da importância histórica para o município, também tem uma importância simbólica, principalmente para aqueles que defenderam sua implantação. Propulsora do progresso, da urbanização e da industrialização municipal, a estação do trem é marco dos novos tempos, suscitou inclusive trabalhos de história sobre a vocação de Passo Fundo para ser uma cidade “entreposto comercial”, como a obra de Antonino Xavier, “Passo Fundo na Viação Nacional”, que tratou não apenas da viação férrea, mas das estradas do município desde o início de sua colonização pelo homem branco. Dissertando sobre as estradas que ligam Passo Fundo a Lagoa Vermelha, Soledade e Nonoai, Antonino Xavier demonstra a orientação que a cidade possuiu:

A orientação mercantil assim talhada perdurou no Município até que, dotado de estrada de ferro e prolongada esta para o norte, veio a sofrer alteração, mas que, entretanto, ao invés de diminuir, avolumou a influência de tais vias de comunicação na economia local, de vez que esta, na sua crescente expansão, lhes veio dando cada vez maior campo de utilidade.

É incontestável, pois, que desse modo tendo actuado na vida passo-fundense, da qual são desdobramentos os vários municípios que no seio dela se formaram em tão longa trajetória, quinhão considerável lhes cabe no progresso que actualmente acusa o vasto espaço territorial assim partilhado.⁵²

FAGUNDES, Calvet. *Passo Fundo Estudos Geográficos do Município*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1962. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

⁵¹ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Passo Fundo na Viação Nacional*. Passo Fundo, 1949, p.48. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

⁵² *Ibidem*. p. 12.

A obra de Antonino Xavier é de suma importância para compreender a história de Passo Fundo. O intuito aqui não é criticar seu trabalho, mas tentar compreender os nuances nas obras do autor, perceber o caráter saudosista da obra quando fala da importância da estrada de ferro para o município, na perspectiva de progresso futuro frente a cidades vizinhas. Tal estrada, além de fazer crescer Passo Fundo, seria sinônimo de crescimento para as outras cidades, destacando o papel de capital hegemônica da região. Esses detalhes da obra demonstram a influência de uma concepção “positivista” que se tinha não apenas da própria história, mas do próprio modo de olhar para a sociedade, visão “progressista” que está expressa não apenas nos trabalhos de Antonino Xavier, mas também em outros trabalhos, influenciados claramente por esse autor.

A esperança de desenvolvimento através da vocação para as vias de acesso encontra respaldo na localização da cidade na região, fato que leva outros autores a afirmar que Passo Fundo seria, indubitavelmente, a “Capital do Planalto”, pela sua situação privilegiada. Por exemplo, a obra de Fagundes demonstra claramente esse objetivo, influenciado por concepções historiográficas oriundas de Antonino Xavier:

A sede administrativa, a cidade, torna-se um centro coletor da vida econômica, social e humana, de vasta região que compreende não só o Planalto Médio, mas ainda o Alto Uruguay e parte das Missões.

Daí poder-se afirmar que Passo Fundo será efetivada em definitivo na condição de capital do Planalto, como grande centro rodoviário e ferroviário de toda zona norte do Rio Grande..⁵³

Essa é uma percepção do município com incontestável valor simbólico, especialmente para um determinado segmento, que, de acordo com tais autores, foi responsável pelo “rumo ao progresso”, iniciado com a colonização dos homens brancos. O impulso definitivo para esse caminho foi a estrada de ferro, também feito exclusivo dos colonizadores, a elite política e intelectual.

Os escritos de Antonino Xavier possuem uma importância singular, pois além do autor, membro do Instituto Histórico Passofundense, ser considerado o primeiro a estudar a história de Passo Fundo, também foi Intendente Municipal e importante político da região. Expressava dessa

⁵³ FAGUNDES, Calvet. *Passo Fundo Estudos Geográficos do Município*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1962. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo). p. 17-20.

forma a identidade do poder público, a esperança de progresso, de uma grande cidade em um futuro próximo. Porém, um grande centro que esqueceu que um dia foi habitado por caingangues, que um dia o braço escravo labutou tão ferrenhamente para construir tal urbanização, tanto quanto as ações da intendência e, posteriormente, da prefeitura.

Esse esquecimento torna-se claro nas concepções historiográficas da década de 1950, novamente pela obra de Antonino Xavier podemos perceber, em seu trabalho “O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo”⁵⁴, que a concepção de estrangeiros remetia apenas aos homens de origem e descendência européia, os negros escravizados eram apenas um complemento, elemento sem grande importância para colonização do território. Tal constatação é importante para entender a quem foi atribuído o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, e que, a partir dessas concepções, as elites afirmaram sua identidade no espaço público. A influência da historiografia local na construção do patrimônio histórico será analisada em detalhes no terceiro capítulo.

Entre as décadas de 1900 e 1950, Passo Fundo urbanizou-se, transformou seu núcleo, que antes, mesmo já sendo considerada politicamente uma cidade, não passava de uma pequena vila. Desde o início desse processo de urbanização, as elites mostraram seu comprometimento político/ideológico com a cidade;

Na comemoração dos vinte anos da República, em 1909, um ato do intendente Cel. Gervásio Lucas Annes materializou nas ruas o compromisso político-ideológico das elites passo-fundenses com a República. Com o surgimento de novas ruas e uma praça, próximas ao centro da cidade, foram todas elas nomeadas com nomes republicanos.⁵⁵

Esse processo de alteração dos nomes das ruas é exemplo das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que a cidade sentia em seu cotidiano, é mais um instrumento das elites do município para afirmar a sua memória coletiva como a única responsável pelo progresso e crescimento da cidade. Nascimento, analisando os relatórios municipais enviados ao interventor federal no Estado durante o governo Vargas, chama a atenção

⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo*. Passo Fundo, 1949. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.)

⁵⁵ Entre alguns nomes citados pelos autores encontram-se *rua Tiradentes, Silva Jardim e Benjamin Constant*. MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005, p. 47.

para a construção de uma identidade através da manipulação de símbolos, que marca o imaginário político do município dentro de seu mundo urbano;

Os relatórios após 1939 contemplam o apoio ao governo através da construção de monumentos, como a Praça da Bandeira, o Altar da Pátria, e das festividades nacionais, como o Sete de Setembro. Além desses, podem-se salientar as festas em homenagem a personalidades ilustres que visitavam o município, como a do interventor federal.⁵⁶

Os nomes de ruas, praças, monumentos e o próprio patrimônio histórico são elementos simbólicos que confirmam a maior influência de determinados grupos, que estão dentro do Estado, que é o responsável por realizar as transformações urbanas inseridas no espaço público e que interferem no cotidiano da sociedade. Esses mesmos segmentos possuem influência não apenas para interferir simbolicamente no mundo urbano, mas também materialmente, realizando projetos de desenvolvimento que ordenam a constituição de espaços como a área central da cidade. “Somando aos recursos políticos e econômicos necessários à manutenção de sua hegemonia, a burguesia desenvolveu toda uma representação cultural, que serviu como elemento ideológico para garantir para si os méritos das idéias de progresso de modernidade”⁵⁷.

De acordo com Carvalho, concretizando seus projetos de desenvolvimento, as elites afirmaram a identidade de progresso como mérito do poder público municipal e de seus representantes. Porém, o “braço” que foi fundamental para concretizar esse ideal não foi lembrado, foi convenientemente esquecido. A intenção desse trabalho não é discutir se existia ou não uma “classe burguesa” em Passo Fundo, pois tal objetivo demandaria uma pesquisa por demais extensa e desviaria do objeto principal do presente trabalho que é apontar as relações entre a modernização (o imaginário “capital do planalto”) e o patrimônio histórico no município. Através da pesquisa na documentação apresentada, podemos levantar indícios de uma elite política, que está associada com o poder econômico, articulando intelectuais de diferentes áreas na formação do espaço urbano.

⁵⁶ NASCIMENTO, Márcia do. *Prazer marginal e política alternativa: a zona do meretrício em Passo Fundo (1939-1945)*. (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003, p. 61.

⁵⁷ CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A modernização em Porto Alegre e a modernidade do Majestic Hotel*. 1994. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994, p. 45.

Os sujeitos revelados por essa documentação fazem parte dessa elite, compreendida como um segmento social responsável pela construção da cidade e pela definição dos espaços simbólicos, construídos através de um conjunto de símbolos que o patrimônio histórico arquitetônico faz parte. Estes sujeitos deram continuidade a um processo de construção do espaço urbano que excluiu diferentes segmentos do espaço central da cidade. Como muitos políticos e intelectuais aqui citados pertencem a diferentes partidos, grupos ou associações, não é possível afirmar a existência de uma “classe burguesa” organizada, mas sim de uma elite que compartilha uma mesma cultura política⁵⁸.

Segmentos sociais como operários, os chamados “peões”, em especial, os representantes do proletariado, das esferas com menor representatividade política, os escravos e, posteriormente, os descendentes de escravos, que participaram na concretização do desenvolvimento urbano, a mão-de-obra que construiu novas ruas, novas praças, monumentos, entre outros símbolos que foram afirmando a identidade das elites políticas, foram excluídos do processo de planejamento da cidade e também da formação dessa cultura política progressista que alimentou a identidade dos grupos que dominaram o poder político na cidade até 1980.

Esses segmentos não participaram ou opinaram sobre os rumos da urbanização, atores como operários da viação férrea e da indústria madeireira já podiam ser percebidos no cenário urbano a partir da década de 1950, quando começam a formar-se os bairros e loteamentos da cidade. O trabalho de Fagundes sobre a expansão urbana comenta que “a cidade se desenvolve em função de crescimento dos trabalhadores da ferrovia e da indústria madeireira”⁵⁹, essa afirmação, feita em 1962, confirma a presença desses trabalhadores, muito embora o mesmo autor comente que “dêste amálgama sob aspirações e hábitos comuns é que se forma a paisagem urbana, sem predominâncias de qualquer espécie, nem raciais, nem sociais e nem econômicas”⁶⁰. O trabalho de Calvet Fagundes é um relato do próprio período, já o trabalho de Gosch vem confirmar a presença de segmentos operários formando-se ainda em meados da década de 1910:

⁵⁸ “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênero de um povo”. RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 449.

⁵⁹ FAGUNDES, Calvet. *Passo Fundo Estudos Geográficos do Município*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1962. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo). p. 19.

⁶⁰ *Ibidem*. p19.

A estação ferroviária deslocou o antigo centro, que se desenvolvia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual praça Marechal Floriano onde se desenvolveu o centro comercial e financeiro da cidade. Essa inversão na estrutura de urbanização da cidade valorizou a área próxima à estação férrea e proporcionou o surgimento de bairros residenciais de classe operária que passaram a se desenvolver no seu entorno.⁶¹

A cidade concebida como entreposto comercial, um “nó – rodoferroviário”, foi a justificativa inicial para elaboração de instrumentos políticos que serviram para construir e orientar o processo de modernização-urbanização no município de Passo Fundo, que criou um espaço “elitizado”, tanto no acesso material ao centro da cidade, quanto no seu aspecto simbólico, na formação da memória patrimonial e no direito ao acesso dessa memória. As construções que lembravam a existência de grupos que não estavam inseridos na identidade pautada nos ideais de “progresso” foram sendo excluídos do cenário urbano.

2.2 Instrumentos da modernização

O planejamento urbano das cidades brasileiras, a partir da década de 1930, acompanha as transformações político – econômicas que o país enfrentava. Com o início da industrialização, as cidades crescem rapidamente, alterando a fisionomia dos grandes centros urbanos. As grandes mansões que mostravam a opulência de uma elite eminentemente latifundiária começam a ceder espaço para os luxuosos prédios de apartamentos verticais e para os prédios comerciais de escritórios. O padrão das construções urbanas era um benefício de poucos, do mesmo modo que eram as mansões dos grandes latifundiários. Bruand conclui que a “arquitetura brasileira possui uma base econômica e social bastante limitada: a clientela está reduzida a uma minoria poderosa, dinâmica e rica, que soube tirar partido dos progressos técnicos registrados na construção civil, tornando-a rentável ao máximo”.⁶²

Bruand chama atenção para os aspectos elitistas e simbólicos da “nova arquitetura” que tem sua gênese no início de 1930. Altamente funcional e utilitário, esse estilo arquitetônico não escapou ao uso simbólico por parte de entidades privadas e públicas, que “viram na construção

⁶¹ GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. *Evolução Urbana de Passo Fundo*. In: WICKERT, Ana Paula (org.). *Arquitetura e Urbanismo em Debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 77.

⁶² BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p.21-22.

de edifícios magníficos o meio de afirmar-se perante um público sensível a estas manifestações de riqueza, que inspiram confiança”⁶³. Além do aspecto simbólico, Bruand também chama atenção para o impulso de entidades privadas na configuração do espaço urbano. Encontrando no mercado imobiliário uma fonte de investimento seguro, os segmentos urbanos em ascensão investiam pesadamente nesse setor. As construções eram facilitadas pela falta de planos específicos que orientassem as obras e pelo caráter utilitarista da arquitetura, que visava o aproveitamento mais lucrativo dos espaços.

Essas orientações, ou a falta de orientações, contribuíram para uma grande caoticidade dos centros urbanos, facilitada pelos poderes públicos, que muitas vezes estavam investindo no mercado imobiliário e utilizando simbolicamente esse espaço sem muita preocupação em seguir um plano urbano ou políticas sociais. Bruand aponta a falta de preocupação com as necessidades públicas em geral, em detrimento de interesses políticos:

Os políticos procuravam, acima de tudo [...], um meio de aumentar seu prestígio imediato junto ao povo; para tanto, num país ainda pouco evoluído era muitas vezes mais rentável impressionar por meio de uma obra luxuosa, talvez um pouco gratuita mas que empolgava a imaginação, do que dedicar-se a programas de utilidade mais direta, que não teriam repercussão na opinião pública.⁶⁴

Era mais fácil impressionar a população através de obras vultuosas do que elaborar políticas públicas voltadas para o bem estar social. Isso é verificável em Passo Fundo, como este capítulo pretende demonstrar. A construção dos espaços urbanos no Brasil, devido à falta de uma legislação específica, favoreceu interesses particulares, tanto da iniciativa privada como dos políticos que estavam à frente dos poderes públicos. Weimer, estudando a arquitetura no Rio Grande do Sul, também comenta a caoticidade com que as cidades foram traçadas, justamente pela falta de um planejamento para essa área. “Em conseqüência, as ruas foram sendo conformadas de acordo com os ‘caprichos’ dos habitantes a partir de alguma rua mais importante que ligava à praça central onde sobressaía a matriz e ao redor da qual se aninhavam as demais construções”.⁶⁵

⁶³ Ibidem. p. 24.

⁶⁴ Ibidem. p. 27.

⁶⁵ WEIMER, Günter. *A Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992, p. 50.

Essa é a própria característica do traçado de Passo Fundo. As edificações foram sendo construídas à margem da Rua do Comércio (hoje Avenida Brasil), principal trajeto da cidade. Depois, a construção da Igreja Matriz marca o desenvolvimento e, por fim, a instalação da viação férrea definiu a configuração urbana do município, foi uma das últimas grandes alterações do município.

A década de 1950 é fundamental para entender a configuração do espaço urbano atual de Passo Fundo. A falta de um plano com intuito de traçar um caminho para expansão da cidade contribuía para essa “caoticidade”, como Arthur Ferreira Filho, Prefeito Municipal entre 1938 e 1941, já chamava atenção: “as obras de urbanismo até aqui executadas, inclusive pela minha administração, tem tôdas um carater de emergencia, sem obedecer a um plano pré-estabelecido que fique a salvo de interrupções com as mudanças de Prefeitos.”⁶⁶. Cada prefeito traçava um plano de ação próprio para as alterações nos desenhos urbanos de acordo com necessidades momentâneas ou interesses diversos.

A elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 1953, além de atribuir um status político à cidade, também redefiniu o traçado urbano, redistribuindo os espaços das atividades em Passo Fundo. Foi um marco político na busca pela modernidade na região, que iniciou a transformação de uma cidade provinciana, ainda com características de uma vila, em uma cidade com cara de “capital do planalto”. Identidade que começava a marcar definitivamente o imaginário popular do município, que se deparava com o crescimento populacional, o surgimento de novos sujeitos no quadro social, a emergência de um segmento proletário que necessitava de um espaço próprio, dando início a um processo de “segregação socioespacial”⁶⁷ elitizando o acesso à “nova cidade”.

A necessidade da construção de um Brasil moderno surge durante o Estado Novo com o objetivo de negar uma identidade vinculada a um país agrário e oligárquico. Essa aspiração nacional, conjurada durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas, foi assimilada pelas elites

⁶⁶ GUIA ILUSTRADO Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Comemorativo da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa. 1939. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

⁶⁷ Para maiores detalhes sobre esse conceito, consultar CARVALHO, Haroldo. *Elementos para o estudo da urbanização brasileira*. Cadernos Temáticos de Cultura Histórica. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

políticas passo-fundenses, que, embora formada por diferentes grupos, compartilhavam a mesma cultura política, com os mesmos ideais – buscar a modernidade – juntamente com o desenvolvimento industrial, pois a indústria era sinônimo de progresso, para então poder afirmar Passo Fundo como “capital do planalto” norte riograndense.

Em busca desse ideal, o PDDU de 1953 lançou as bases para essa modernização. A partir dessa década, as construções com mais de um pavimento foram incentivadas, procurou-se preencher os vazios urbanos e estimular a industrialização para transformar o aspecto provinciano da cidade em uma aparência moderna. É evidente que a busca pelo progresso e desenvolvimento industrial não acontecia apenas pela aparência. Passo Fundo não podia permanecer com esse aspecto provinciano, característico de uma cidade com base econômica firmada na extração dos ervais, madeira e na agricultura, esse aspecto era algo do passado, e lá deveria permanecer, juntamente com cenas ainda do período imperial, como o trabalho escravo na região.

Mesmo que a indústria nascente no município fosse basicamente de insumos para a agricultura⁶⁸, Passo Fundo deveria ser reconhecida pela modernização, esquecendo o passado e olhando apenas para o futuro de inevitável progresso. Para isso, as casas com “aspectos pobres”, de segmentos da “classe média” são paulatinamente demolidas e posteriormente, os próprios casarões das elites saem de cena para dar lugar as edificações verticais da cidade, enquanto começavam a crescer as periferias e os bairros operários ao redor do centro.

Analisando o município hoje, é possível perceber que não há mais rastros da existência de sequer um bairro residencial de algum segmento operário na região da estação férrea, o que restou foi apenas o prédio da própria Gare, com duas casas ao seu lado, já descaracterizadas. A partir da análise do patrimônio histórico, é possível perceber que existe a predominância de uma

⁶⁸ A agricultura constituía-se na principal atividade econômica do município, inclusive, gerando grande parte do capital responsável pelo crescimento do mercado imobiliário. A modernização do campo acompanha a modernização urbana em Passo Fundo, uma vez que contribui para o crescimento da cidade e também se tornou um campo de investimento para os fazendeiros e granjeiros. “Muitos granjeiros se capitalizaram ainda mais durante a crise, aumentaram suas terras e a valorização destas, investiram em outras regiões e em outros setores. Grande parte de mini e pequenos produtores foi eliminada (o inchamento populacional da cidade de Passo Fundo nesse período atesta isso).” TEDESCO, João Carlos. SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 164.

memória, uma identidade e do poder econômico de certos atores que prevaleceram sobre as áreas centrais da cidade, empurrando cada vez mais para periferias os segmentos proletarizados. Documento que comprova, pelo menos em parte, tal “predominância” é a Lei N° 745 de junho de 1957 que cria o “conselho do plano diretor da cidade”. Os indivíduos que participaram desse conselho eram oriundos de camadas superiores dentro do jogo político e com maior poder econômico da sociedade:

Art. 3º. O Conselho do Plano Diretor da Cidade é constituído de 9 membros, representantes:
2 da Câmara de Vereadores;
1 do Prefeito Municipal;
1 da Secção de Obras e Viação Municipal
1 da Contadoria de Prefeitura;
1 do Rotary Club local;
1 da Associação Comercial;
1 dos Engenheiros;
1 da Associação dos Proprietários de Imóveis.⁶⁹

Ao conselho do Plano Diretor era incumbida a tarefa de assessorar os estudos e a execução de suas propostas. Como é possível perceber, apenas entidades com representatividade política e poder econômico participaram dos estudos e da execução do PDDU elaborado em 1953 e aprovado em 1957⁷⁰. Não há menção da participação de nenhum órgão, entidade, associação de moradores ou operários, apenas membros das elites políticas e econômicas da cidade, percebe-se que algumas das entidades representantes da sociedade civil (Rotary Club, Associação Comercial, Associação dos Proprietários de Imóveis) possuem grande influência no poder público.

Os segmentos sociais desfavorecidos política e economicamente foram excluídos não apenas da participação e elaboração do plano, mas do próprio centro da cidade, que encontrava-se em expansão. Demonstrando uma preocupação estética, as propostas do PDDU de 1953 tinham como objetivo adaptar Passo Fundo a uma nova perspectiva, queria-se que a área central adquirisse um aspecto “moderno”, adequado ao ritmo do progresso;

⁶⁹ LEI N° 745, DE 12 DE JUNHO DE 1957. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

⁷⁰ LEI N° 744, DE 12 DE JUNHO DE 1957. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

A população de Passo Fundo se aloja, em sua maioria, em más condições. Mantém-se grande número de vivendas obsoletas, principalmente ao longo da avenida (em maior quantidade desde o Boqueirão até a linha férrea – parte mais antiga da cidade). São imóveis antiqüíssimos, em mau estado de conservação, habitados por famílias de classe média (e mesmo os de pior estado, por elementos ainda mais pobres), os quais imprimem um aspecto de decadência à várias partes da cidade. As casas de madeira predominam em todas as zonas exteriores ao centro tradicional ou à avenida Brasil. O aspecto plástico da cidade é, assim, relativamente pobre, tendo como características: regularidade, monotonia e grande amplidão de espaços (baixa densidade de construção e ruas excessivamente largas com edificações de um piso em sua maioria).⁷¹

Essa preocupação com a pobreza da moradia demonstra o ideal de progresso que se tentava imprimir a uma cidade com “270 casas em piores condições”. As casas de madeira eram criticadas, bem como as de apenas um piso só, o que mostrava as intenções de verticalização do espaço urbano e de excluir os segmentos de “classe média” e “pobres” dessa área. A cidade não tinha as proporções atuais, portanto, as “vivendas obsoletas” e as “zonas exteriores ao centro tradicional ou à Avenida Brasil” constituíam uma espécie de periferia na década de 1950, hoje, áreas urbanizadas, parte do centro, em pleno processo de verticalização. É interessante perceber a preocupação com o embelezamento, com o “aspecto plástico” da cidade, não há uma ênfase sobre a condição das pessoas que estão morando nessas casas ditas “insalubres”.

Conforme Nascimento, a ambição pelo progresso e a necessidade de modernização podem ser identificadas em documentações anteriores à década de 1950, bem como a necessidade de criar uma identidade que correspondesse a condições de “capital do planalto”;

Quanto às questões sociais/urbanas, observam-se nos relatórios referências a obras realizadas, como calçamento de ruas, ajardinamento e modelagem/remodelagem de praças, ruas, construções de pontes, pontilhões, bueiros, sarjetas, cordões, limpeza pública, saneamento da cidade, eletricidade, água potável, construção de prédios, todas consideradas necessárias ao crescimento de Passo Fundo como cidade e como um centro hegemônico da região.⁷²

A década de 1950 é marcante para esse processo de modernização/urbanização/verticalização, pois é justamente o ano do primeiro PDDU, documento que comprova, legalmente, esse ideal que certamente derrubou as edificações, os sobrados populares que seriam verdadeiras relíquias arquitetônicas (oriundas da chamada

⁷¹ PAIVA, Edvaldo et. al. *Passo Fundo Plano Diretor ano de 1953*, p. 34.

⁷² NASCIMENTO. Op., cit., p. 64.

arquitetura vernácula), documentos históricos perdidos que remetiam, por exemplo, aos bairros de segmentos operários.

Juntamente com a destruição dessas edificações, foram perdidas partes das memórias desses segmentos e parte de seu modo de vida, em prol da constante busca da identidade de capital do planalto, pólo do crescimento econômico no norte do estado. Novamente, o trabalho de Gosch confirma a importância e o status do Plano Diretor para as cidades, bem como as principais preocupações desse plano de 1953;

Com base no levantamento cadastral de 1953, foi constatado que a cidade contava com aproximadamente seis mil prédios, mas muitos se encontravam em más condições físicas e de salubridade. Na parte antiga da cidade existiam muitas edificações e residências obsoletas. As casas de madeira predominavam nas zonas externas ao centro comercial e os prédios insalubres, nas baixadas, o que conferia à cidade, um aspecto plástico relativamente pobre.⁷³

Em busca do embelezamento e da salubridade (ou com essa desculpa), o Plano Diretor lançou as bases para o que Pesavento chamou de o “aburguesamento da sociedade”, a efetiva elitização do espaço urbano, que conduziu, conseqüentemente à elitização da memória patrimonial. Além de excluir os segmentos considerados pobres do espaço que viria a ser a área central da cidade. O PDDU de 1953 também afirma a idéia de capital da região;

Embora a cidade de Passo Fundo não disponha hoje de base para o desenvolvimento industrial, nunca é demais lembrar que a grande cidade, como reserva de mão obra e como possuidora de recursos inexistentes nos pequenos centros, atrai a fábrica. Como centro regional de uma população de 700 mil habitantes e apoiada em sua qualidade de entreposto comercial, ela poderá criar um parque industrial vigoroso e sólido.⁷⁴

Em 1950, Passo Fundo já era considerada um centro econômico e político no norte do estado. Além de afirmar essa identidade de capital regional⁷⁵, o PDDU também procura acreditar em um desenvolvimento do setor industrial, apoiado na característica de entreposto comercial.

⁷³ GOSCH. Op., cit., p. 83.

⁷⁴ PAIVA, Edvaldo et. al. *Passo Fundo Plano Diretor ano de 1953*, p. 26.

⁷⁵ “O que se tem manifestado até aqui, atuando cegamente sobre a cidade, constitui somente uma parte da realidade. A realidade profunda é que esta cidade é o centro regional do Norte do Estado. Quando a via férrea, em 1910, pendeu inopinadamente para Oeste, abandonando a direção de Pôrto Alegre, a cidade teve confirmada definitivamente aquela função.” [grifo do autor]. *Ibidem*. p. 22.

Embora se admitisse a falta de base para desenvolver essa potencialidade, entendia-se que a cidade poderia “criar um parque industrial vigoroso e sólido”.

Em nome dessas propostas, com o PDDU iniciou-se uma reconfiguração da área central, que fortaleceu os referenciais de identidade pautados no progresso e na modernização, futuro inevitável da cidade. É importante perceber a influência de outros municípios na afirmação dessa identidade, que orientava a crença em um futuro moderno, iniciado com a ferrovia e concretizado na década de 1950, com grande possibilidade de sucesso no futuro. “Passo Fundo, como centro rodoferroviário, reage e vai disputar com Erechim e Carazinho a liderança econômica do norte do Estado.”⁷⁶ A cidade, portanto, ainda não era líder isolada, mas pretendia-se chegar a esse objetivo, de certa forma atingido e ostentado com orgulho pelo poder municipal. O seu patrimônio é um exemplo dessa identidade.

Êste conjunto de fatos permite que se pense em Passo Fundo do futuro não simplesmente como entroncamento ferroviário, à semelhança de Santa Maria. Há bastante fundamento na hipótese de que a cidade assuma a função de entreposto, como mercado regional de exportação e importação.⁷⁷

O futuro é relevante para a construção do imaginário da cidade e para elaboração do próprio PDDU, bem como a concorrência com municípios vizinhos. Na história de Passo Fundo, o olhar para o passado só é realizado para justificar a hipótese de entreposto comercial baseada nas rodoferrovias. Ou seja, as experiências da sociedade memorizadas são aquelas que contribuíram para concretizar e mostrar o caminho a ser seguido para atingir o objetivo no futuro. É realmente uma identidade baseada em uma idealização num futuro que ainda não estava construído.

A aposta na identidade de entreposto comercial surtiu resultados no transcorrer da década de 1950, prolongando-se até 1990. A ferrovia, depois investimentos em rodovias, deram base para o desenvolvimento industrial, impulsionando também o crescimento de vilas ao redor do centro para abrigar os migrantes que vinham do campo e de outros municípios vizinhos para Passo Fundo em busca de trabalho e os segmentos excluídos da área central:

⁷⁶ Ibidem. p. 21.

⁷⁷ Ibidem. p. 25-26.

Ainda como consequência desse desenvolvimento urbano, surgiu a necessidade de um espaço de colocação para esse contingente de operários, que atenderia à indústria e comércio nascentes, construindo-se então, uma *vila operária* em área que pertencia a prefeitura. Nos primeiros anos da década de 1960, surgiu o Centro das Indústrias da Região do Planalto, que, juntamente a Associação Comercial, veio ratificar a face industrial que se emoldurava.⁷⁸

Mais que um elemento de prestígio para a cidade, o PDDU de 1953 foi uma das peças fundamentais para o desenvolvimento urbano frente aos municípios da região, afirmando a modernização e lançando bases para a verticalização e industrialização. Como Cantú aponta, o surgimento de uma vila operária, de associações voltadas para o desenvolvimento econômico e industrial da cidade aparecem na década de 1960, três anos depois da elaboração do plano.

O desenvolvimento das características de entreposto comercial, como apostava o plano, surtiu resultados concretos, gerou um aumento da população urbana, através de migrantes do campo para cidade e de outras localidades, “a área central, por apresentar vantagens locacionais, tem o preço da terra e dos imóveis mais elevado, o que resultou numa seleção das atividades aí estabelecidas”.⁷⁹ Houve uma elitização no centro da cidade e nos bairros que estão ao seu redor, tanto das atividades comerciais quanto no que tange a habitação.

Os trabalhadores não se instalaram, e não foi permitida a sua instalação no “centro tradicional da cidade”, ao mesmo tempo em que os migrantes chegavam, atraídos pelas oportunidades da vida na cidade, não podiam ser incorporados imediatamente ao ritmo da vida urbanizada, dessa forma, alojavam-se em vilas que foram sendo erguidas, muitas vezes desordenadamente. É entre as décadas de 1950 e 1970 que Passo Fundo vai receber mais migrantes do campo para sua sede urbana, o que acarretou diversas transformações e acentuou certos contrastes sociais, horizontalizando as periferias e, cada vez mais, modernizando e verticalizando o centro da cidade. Segundo Kalil:

Os censos demográficos realizados pelo IBGE após esse processo de transformação revelam que o intenso movimento migratório, ocorrido sobretudo no intervalo 1950-1970, com intensidade maior na década de 1970, deu-se principalmente na direção do

⁷⁸ CANTÚ, Jonas, et. al. Construção política, econômica e cultural: Passo Fundo nos últimos cinquenta anos. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). *Passo Fundo uma história várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, p. 122.

⁷⁹ CARVALHO, Op., cit., p. 53.

campo para cidade. Isso levou a população urbana a crescer aos saltos, forçando a expansão dos limites das cidades e modificando a sua fisionomia social com a formação e o crescimento das periferias. Proliferam os chamados *condomínios horizontais*, onde cada morador participa, somando e dividindo pobreza, quinhão daqueles que a reorganização do sistema produtivo exclui e mantém à margem.⁸⁰

De fato, esse processo é verificado no município ainda hoje, onde existe o contraste entre um centro urbanizado, verticalizado, “moderno”, e as periferias continuam horizontalizadas, não incluídas nesse processo de transformação do cenário urbano. É entre o período de 1950 e 1970 que podemos encontrar uma explicação para formação desse quadro social. A década de 1970, em particular, é fundamental para construção desse processo de expansão cada vez mais acelerada, que gera um crescimento de loteamentos periféricos à área central e uma verticalização no centro, presentes ainda hoje, o que altera definitivamente o cenário de Passo Fundo. O PDDU de 1979⁸¹ afirma, de fato, a identidade de “capital do planalto”, e procura estabelecer meios para trabalhar e manter essa idéia de “progresso”:

Podemos constatar que, a partir do Plano de 1979, a cidade ganhou uma nova escala, rompendo definitivamente com as formas do passado. Foram construídas as primeiras galerias comerciais e de prestação de serviços. É uma nova tipologia, que, concomitantemente com utilização de materiais industrializados, como o vidro e o alumínio, proporcionaram uma nova imagem para Passo Fundo: fachadas envidraçadas e prédios para habitação coletiva com até vinte pavimentos, causando um grande impacto na morfologia urbana da cidade.⁸²

O segundo plano procura manter a posição de centro urbano regional e dotar o poder público municipal de mecanismos eficazes para o controle de expansão urbana⁸³, de certa forma,

⁸⁰ KALIL, Rosa Maria Locatelli. et., al.. Migração e urbanização o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria. KALIL, Rosa Maria Locatelli. TEDESCO, João Carlos. *Urbanização, Exclusão e Resistência* Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: Ediuupf, 1998, p. 40.

⁸¹ “Art. 1º - Fica aprovado o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo (PDDU), em substituição do Plano Diretor da Cidade, aprovado pela Lei nº 744, de 12 de junho de 1957, ressalvadas as disposições desta lei.”

Lei Nº 2.133/1984. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

⁸² GOSCH. Op., cit., p.87.

⁸³ “Para a implantação das Diretrizes Gerais, necessário se faz dotar o Município de instrumentos legais e de procedimentos administrativos capazes de assegurar a continuidade do processo de planejamento e participação comunitária no processo decisório.”

SEVERO, Paulo Antonio Busi de. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979*. p 01. (Cedido pela Secretária do Planejamento de Passo Fundo).

apresenta-se mais técnico⁸⁴ que o primeiro plano porque já se defrontava com um grande crescimento populacional ao redor da cidade, sem condições de viver em uma rede urbana adequada. Desta forma, não se preocupa tanto com o desenvolvimento da área central, ponto já abordado pelo PDDU de 1953, mas sim com a construção de um perímetro urbano fora dessa área para solucionar o problema desse crescimento populacional, devido ao grande número de migrantes, como demonstra esse trecho do referido plano:

Considerando que está prevista a implantação de 1705 moradias permanece um déficit de 1138 habitações a ser preenchido. Tal déficit é o mínimo detectável devendo ser maior em função do incremento constante do mesmo. A previsão de moradias a serem implantadas divide-se em: * Núcleo COHAB (Boqueirão) em fase de implantação com data de entrega para julho de 1980 com um total de 550 habitações para a faixa de 2 a 5 salários mínimos. * Núcleo da COHAB próximo ao anterior em fase de desapropriação da área com previsão de 312 habitações. Inscrição no programa PROMORAR visando atender 843 famílias de até 2 salários mínimos de faixa de renda.⁸⁵

Cabe ressaltar que o perímetro que delimitava a área central da cidade no PDDU de 1979 estava constituído em um espaço muito pequeno (localizado ao redor da praça Marechal Floriano e nas ruas Morom, Independência, General Neto e Bento Gonçalves) em relação ao desenvolvimento proposto às áreas urbanas na periferia da cidade. Esse é um dos fatores que levou a uma verticalização dentro dessa área.

O processo n° 162/84⁸⁶, que institui o II Plano Diretor, ressalta esse crescimento urbano na área central, como demonstra o parecer da Comissão de Legislação e Redação, “Constata-se que das quatro funções sociais dos espaços urbanos – habitação, trabalho, circulação e recreação, o projeto deu ênfase maior a circulação e habitação”, isso para dar conta do crescimento da população, já prevendo problemas que poderiam surgir nesses setores, conseqüentemente, já elitizando essa área, como mostra a emenda apresentada pelo vereador Alberto Poltronieri, quando diz que o plano “oportuniza o progressivo aumento populacional na área central. Pelo

⁸⁴ “O II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) consolida as normas gerais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento da cidade e núcleos urbanos, do interior do Município, atendida a legislação sobre todos os aspectos neles tratados.”

Lei N° 2.133/1984. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

⁸⁵ SEVERO, Paulo Antonio Busi de. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979*. p.38-39. (Cedido pela Secretária do Planejamento de Passo Fundo).

⁸⁶ Processo N° 162/84. Matéria: Prjeto de Lei N° 18/84. Ementa: Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Data: 07/04/1984. Câmara Municipal de Passo Fundo. (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

critério da lei original, torna-se inviável economicamente a construção de novos supermercados na área central”.

A preocupação apresentada pelo vereador com os habitantes do centro da cidade resumia-se que esses teriam que deslocar-se aos bairros e periferias para irem ao mercado, já que havia um aumento de construções habitacionais e verticalizadas nessa área, e os supermercados não poderiam construir grandes estacionamentos. A emenda, que foi aceita, sugeriu que esses estabelecimentos fossem isentos dessa lei, para que os munícipes que residiam no centro não precisassem se deslocar aos bairros e periferias. Esse é um exemplo do contraste entre “verticalização” e “horizontalização”, o centro modernizado e uma periferia pobre, tanto esteticamente quanto economicamente. Esse é um dos resultados gerados por um instrumento político de intervenção urbana fundamentado, justificado pela idéia de construir uma cidade para se tornar a “capital do planalto”. Esta é a definição proposta pelo Plano:

Seu ponto focal é a Praça Marechal Floriano. Ao redor desta praça e nas Ruas Morom, Independência, Bento Gonçalves e General Neto concentram-se atividades comerciais e de serviços. Esta área apresenta-se como um pólo de todas as atividades urbanas de Passo Fundo, sendo seu papel centralizador marcante dentro da cidade. Apresenta em geral ruas amplas com intenso tráfego de veículos gerando problemas localizados de trânsito.⁸⁷

Esse espaço físico reduzido para a área central de uma cidade, que apresentava índices de crescimento populacional grandes e com perspectivas de aumentar contribuiu para a verticalização do centro e a valorização de terrenos nessa área. Eram em torno dessas ruas que as principais atividades comerciais do município giravam. As áreas da saúde e educação estavam centradas ao redor desse espaço e em bairros próximos. Com o tempo, não havia mais condições para construção de casas populares ou mesmo para as moradias antigas da cidade, que foram sendo demolidas, mais intensamente a partir da década de 1980.

O PDDU de 1979 apresentou mecanismos legais com intuito de gerenciar o desenvolvimento urbano nesse restrito centro, previu, também, a construção de periferias que serviram para abrigar uma população com renda menor que cinco salários mínimos. Em outras

⁸⁷ SEVERO, Paulo Antonio Busi de. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979*, (Cedido pela Secretária do Planejamento de Passo Fundo) p. 34.

palavras, segmentos constituídos por operários, migrantes de outras cidades e dos distritos de Passo Fundo, que foram emancipando-se. Esses segmentos foram sendo removidos do centro da cidade para as periferias, e a área central foi sendo verticalizada, o que afirmou a identidade de capital do planalto frente aos municípios concorrentes. Com isso, parte de seu passado foi sendo “apagado” da paisagem urbana em nome de propostas de desenvolvimento econômico, gerenciadas por um instrumento político (o PDDU), ancorado em uma identidade histórica que caracteriza Passo Fundo como uma cidade “entreposto comercial” ou nó rodo-ferroviário. Esse foi o caminho da busca pela modernidade em Passo Fundo, através da reestruturação de seu espaço e sua própria identidade.

A busca de uma modernidade urbana obedece, em geral, a duas prerrogativas: de um lado, torna-se necessário que se reestruture o espaço das cidades de forma a definir os locais específicos para cada atividade, isto é, ocorre uma série de intervenções nos desenhos urbanos das principais cidades brasileiras no sentido de desobstruir os caminhos tortuosos herdados da configuração urbana tradicional.⁸⁸

Tanto o acesso ao espaço na área central da cidade, a parte mais urbanizada, que atraiu muitos migrantes, foi elitizada, como o direito de representação da memória na cidade. As intervenções realizadas no espaço público que constituiu o centro buscaram essa modernidade, conseguiram a afirmação de capital regional, excluindo os segmentos que não combinavam com esse aspecto de cidade moderna. O “velho” foi derrubado em prol do “novo”, a modernização não condizia com um centro pobre e insalubre, as elites que conduziram esse processo cuidaram para alterar esse quadro. Os PDDU’s foram instrumentos dessas transformações, que além de redesenhar a cidade, também transformaram as suas formas de socializações.

Esse quadro pode ser interpretado a partir do patrimônio histórico arquitetônico da cidade, que enfrenta o descaso das autoridades, pois a busca pela modernização ainda não foi cessada. A verticalização desenfreada continua a “arranhar o céu da cidade”. Os prédios tombados, com apenas uma exceção, remetem ao poder público municipal e a seus feitos para o progresso da cidade, enquanto as edificações que lembram os escravos, posteriormente o operariado, foram sendo esquecidas, demolidas, engolidas pelo progresso urbano. Essa especulação imobiliária que levou à verticalização e à valorização do espaço central pode ser

⁸⁸ CARVALHO, Haroldo L. *Elementos para o estudo da urbanização brasileira*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, (Cadernos temáticos de cultura histórica; 4) p. 29.

verificada a partir dos “Anais do Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo”, em 1989, quando é discutida a questão habitacional no município em um painel de debate, chegando à seguinte conclusão:

SETOR HABITACIONAL

1 – Situação atual:

-população urbana: 147.000 habitantes

-déficit habitacional aproximado – 5.000 unidades ou 30.00 pessoas em sub-habitações.

-Percentual do déficit: 20, 41%.

-21.817 lotes urbanos vagos e 380 edifícios construídos.⁸⁹

Esse é um exemplo da elitização do espaço físico, trinta mil pessoas vivendo em sub-habitações, com vinte e um mil lotes urbanos vagos. Essa é uma das contrapartidas da verticalização do espaço central orientada por uma política pautada no progresso e na modernização, sem ter mecanismos eficientes para atender todos os habitantes da cidade, que acabam obrigando-se a morar nas periferias “horizontalizadas”, muitas vezes sem infra-estrutura. Nesse sentido, a década de 1980 é importante para essa pesquisa, pois retrata o resultado das políticas analisadas até esse ponto, as continuidades desse processo de modernização, e os problemas que explodiram em meados de 1990. O seminário anteriormente citado torna-se uma referência, tanto documental quanto bibliográfica para compreensão desse quadro e da própria identidade de “capital regional” e de progresso construída ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980.

2.3 O discurso da industrialização

A industrialização foi uma busca constante entre as elites políticas e econômicas de Passo Fundo. É importante pesquisar esse discurso para entendermos suas conseqüências na urbanização do espaço central. Ponto discutido desde meados do século XX, o desenvolvimento econômico, atrelado a discursos e projetos de industrialização, foi um ideal pensado e defendido por intelectuais no início da década de 1960 de forma marcante. Entre os munícipes que defenderam sua implantação, merece destaque a atuação de Salim Buaes, professor e diretor da Faculdade de Economia e Administração e de Direito da Universidade de Passo Fundo, também

⁸⁹ PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo 26 a 28 de julho de 1989. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. p. 85.

foi Presidente do Centro das Indústrias da Região do Planalto; entre outras ações, defendeu a implantação de um distrito industrial na cidade, publicou diversos artigos nos jornais locais tratando do tema e participou do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo na década de 1970. A intenção em analisar o discurso da industrialização no presente trabalho é verificar o quanto era importante a idéia de desenvolvimento econômico através da modernização e do progresso industrial, como coloca o artigo de Salim Buaes, publicado no jornal *Diário da Manhã*:

Evidentemente, o que necessitamos é criar em nosso meio uma mentalidade econômica desenvolvida e progressista, capaz de propiciar à nossa estrutura um progresso compatível com a nossa formação cultural, e combater os descrentes e negativistas em relação ao futuro econômico de Passo Fundo.⁹⁰

A busca pelo ideal de progresso, pela consolidação de “capital do planalto”, não poderia ser atingida sem tomar o município industrializado. A industrialização era sinônimo de progresso e foi um objetivo constantemente almejado pelas elites e pelo poder público municipal, como demonstra o trecho do livro de atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Passo Fundo de 1960:

O Presidente do Conselho falou a seguir sobre os problemas econômicos Industriais do Município, fez explanações referente ao futuro progresso deste rico e promissor município, disse ainda que o grande objetivo a atingir será lutar pela nossa industrialização, fator esse que nos levará a projetar-nos perante as demais economias Rio-grandenses.⁹¹

O Conselho de Desenvolvimento Econômico era composto por membros ligados diretamente à elite política e econômica da cidade, o presidente do conselho era o então prefeito Benoni Rosado, importante defensor da industrialização e do progresso, como a citação demonstra. Entre outros membros, também faziam parte Wolmar Salton, importante munícipe no cenário político, Tadeu Nedeff, empresário de destaque na região, Zeferino Demétrio Costi e Job Jaione, industriais da cidade, entre outros. Porém, nas atas, predomina a opinião e as decisões desses membros em particular, os demais membros não participavam constantemente das

⁹⁰ *Diário da manhã*. Passo Fundo, setembro de 1963.

⁹¹ Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata Nº 8 – Ata da provável instalação de uma indústria de tecelagem nesta cidade. (25 de julho de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

reuniões. Predominava nas atas a força política e econômica. Geralmente, as propostas de ação eram sugeridas pelo presidente e concluídas por ele, de forma vertical.

Na citação acima, percebe-se alguns elementos cruciais para alçar Passo Fundo em um status de capital. Elementos já citados no primeiro capítulo, como a importância dos municípios vizinhos e de outras regiões no processo de condução das políticas de urbanização e industrialização e a busca do progresso como referencial para construção de uma identidade. Esses aspectos formavam uma referência, davam sentido para função do conselho, tanto que no discurso de abertura da ata para discussão da instalação de uma indústria de tecelagem no município, é demonstrado e reforçado o caráter progressista e modernizador que a cidade deveria assumir.

Percebe-se que a utopia de industrialização-progresso está presente no imaginário político de forma marcante, pois esse discurso apenas complementa outras documentações, como o PDDU de 1953, o Projeto Passo Fundo Ano 2000 e o PDDU de 1979. Tal objetivo, o progresso econômico por meio da industrialização, é um ideal que nunca foi concretizado plenamente em Passo Fundo. Mesmo assim, este imaginário está presente no decorrer das décadas de 1960, 70 e 80 de forma marcante, como se o crescimento da cidade dependesse desse fator. Em outra ata, o presidente do conselho afirma novamente o intuito da industrialização e os benefícios que poderiam provir dela a um visitante que veio a Passo Fundo estudar a possibilidade da instalação de uma indústria de alpargatas na região:

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, presidente do Consêlho, dirigindo-se ao visitante Sr. Lauro Iglesias fez várias, (fez digo:) explanações sôbre a vida do Município e a razão pelo qual fôra criado o Consêlho, afirmando que Passo Fundo, muito espera dessa equipe de abnegados homens, desprovidos de qualquer interesse particular, e da mais absoluta confiança do Executivo Municipal; disse ainda que com o esforço e a cooperação dos membros do Consêlho, o município poderá encaminhar-se pela senda da Industrialização, proporcionando trabalho honrado a dezenas de Passofundenses, que sofrem constantemente devido ao problema do desemprego.⁹²

⁹² Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata nº 10 – Ata da reunião do Conselho para estudar a possibilidade da Instalação de uma fábrica de Alpargatas nesta cidade. (29 de agosto de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

A industrialização foi mais que um objetivo ou meta política. Foi uma busca constante por diferentes atores do cenário político da cidade. É um referencial de identidade presente nos discursos dessas elites como forma de solucionar problemas de uma cidade que já alcançava características de centro do planalto, como crescimento populacional, expansão do comércio, da própria indústria e da prestação de serviços. Acompanhando a busca pela industrialização, elemento associado a uma cidade com o porte de “capital regional”, surgiu também a necessidade das transformações urbanas, as modificações tanto para comportar uma população que vinha crescendo, como também para suprir a necessidade estética adequada às proporções que Passo Fundo vinha assumindo. Como já colocado por Pesavento, essas transformações representavam a afirmação de um novo modo de organizar o espaço:

Inicialmente o Sr. Benoni Rosado, agradeceu a presença dos conselheiros presentes. – Tendo em seguida abordado vários assuntos de interesse do Município, como seja o da incentivação industrial. – Embelezamento das vias públicas, iluminação, e logradouros públicos. – Nestes setores dedicará todo o seu esforço possível.⁹³

Além da costumeira “saudação” à industrialização, também eram debatidas as questões de “embelezamento das vias públicas”, “iluminação” e “logradouros públicos”. Passo Fundo estava crescendo e necessitava se adequar aos novos tempos que a cercavam, ao novo ritmo da vida moderna. As vias públicas tinham que ser melhoradas e ficar mais bonitas, a própria cidade tinha que se apresentar bem aos investidores que aqui vinham aplicar seus capitais. Não obstante, os esforços do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que de fato lutou por esse objetivo, no final da década de 1960, Passo Fundo ainda não havia construído um parque industrial sólido, como Salim Buaes coloca em artigo no jornal “O Nacional”:

Passo Fundo não pode pretender industrializar-se, persistindo no atual quadro vigorante, onde não existe nenhum plano integrado, nenhuma diretriz estável, nenhum critério de prioridade. [...] E um plano bem organizado com um estudo honesto da realidade e das possibilidades econômicas de Passo Fundo, por certo, despertará entusiasmo de todos que irão participar de tão bela batalha, com o apoio dos poderes públicos, em busca do desenvolvimento do município que procura, afanosamente, o caminho do progresso. [...] O município de Passo Fundo, como centro geo – econômico que é de uma vasta região do Estado, oferece uma série de condições positivas para atender a um processo de industrialização bem planejado e conduzido,

⁹³ Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata nº 15 – Ata da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, para tratar de assuntos de interesse ao Município. (17 de outubro de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

capaz de tornar a Capital do Planalto um grande centro industrial no cenário rio-grandense.⁹⁴

Nove anos depois, o município ainda não possui, de acordo com o autor do artigo, um plano de metas para industrialização, mas, a busca por tal objetivo ainda é um elemento importante para afirmação da identidade de “Capital do Planalto”. Passo Fundo já é considerado um centro “geo-econômico”, mas ainda não concretizou o objetivo de ser um “centro industrial no cenário rio-grandense”.

Salim Buaes foi uma figura importante na defesa e implementação de indústrias no município com as elites políticas da cidade (citando o Conselho de Desenvolvimento Econômico), também tinha idéias orientadas em prol da modernização e do progresso, como demonstra a crítica que faz à Câmara de Vereadores de Passo Fundo por esta ter votado contra um projeto-lei que pretendia vender o prédio da prefeitura para fins da implantação de um distrito industrial no município:

Assim considerando, muito embora tenha o melhor respeito pelas opiniões e decisões dos senhores vereadores como representantes e defensores dos interesses do povo passo-fundense, com a devida vênua, discordo da decisão tomada pelos senhores vereadores que votaram contra o projeto-lei oriundo do executivo municipal e que solicitava autorização para vender o atual prédio da Prefeitura com a finalidade de ser aplicada a maior parte do produto da venda na implantação do Distrito Industrial passo-fundense.⁹⁵

Cabe ressaltar que o prédio referido por Salim Buaes é hoje patrimônio histórico. Mesmo em 1976, esse prédio já era considerado significativo para história do município, um exemplo é justamente a votação da Câmara de Vereadores contra esse projeto-lei. Essa citação também demonstra a ânsia pela industrialização e modernização da cidade; foi a busca pelo progresso e pela industrialização que impulsionou as transformações urbanas e levou à elitização do espaço urbano.

No início de 1970, é criado o Conselho Diretor de Desenvolvimento Integrado (CDDI), com objetivo de fiscalizar e orientar a aplicação do PDDU de 1957 e cuidar da manutenção do

⁹⁴ *O Nacional*. Passo Fundo, janeiro de 1969.

⁹⁵ *O Nacional*. Passo Fundo, janeiro de 1976.

Distrito Industrial da cidade. Como no Conselho de Desenvolvimento Econômico de 1960, os membros participantes do CDDI são oriundos de segmentos elitizados de Passo Fundo, conforme a primeira ata do Conselho:

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal junto à Prefeitura Municipal, na presença dos drs. Juarez Zálio e Adirbal Corralo, respectivamente Vice-Prefeito Municipal em exercício e Secretário Municipal de Administração, e do Acadêmico Décio Ilha, Chefe de Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, mais os srs. drs. Eurípedes Fachini, Salim Buaes, Álvaro Junqueira da Rocha, Eronilde Ribeiro e Nino Machado, e do sr. Conrado Hexsel, todos convidados a comporem como membros o Conselho Diretor de Desenvolvimento Integrado, órgão criado há trinta de outubro de mil novecentos e setenta e quatro pela Lei Municipal nº 1. 517, para assessorar, atualizar, promover, estimular, orientar e fiscalizar o Plano Diretor de Passo Fundo, o Distrito Industrial do Planalto e outros órgãos e assuntos de cabedal importância para o desenvolvimento planejado do Município [...].⁹⁶

Assim como na elaboração do primeiro Conselho do Plano Diretor, criado em 1957, e posteriormente com a Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o CDDI também é restrito à participação de um seletos segmento social, orientado pelo poder público municipal. O peso e a influência dessa instituição política, a Prefeitura, nas discussões desses conselhos é evidente. Os conselhos também eram instrumentos de modernização das elites políticas que estavam no governo, o objetivo principal era que a comunidade contribuísse e participasse em conjunto com o poder público das decisões a respeito da urbanização e das propostas de desenvolvimento econômico da cidade. Porém, analisando essas documentações, é possível perceber que não era toda a sociedade que estava participando, mas um restrito grupo. Os interesses do crescimento industrial e econômico eram orientados pela própria elite econômica, o proletariado nunca participou dessas decisões, esse segmento não encontrou espaço para participação política e foi excluído da área elitizada, o centro de Passo Fundo.

2.4 Desenvolvimento urbano

Com o objetivo de esclarecer algumas singularidades e contradições no processo do desenvolvimento urbano de Passo Fundo, este sub capítulo analisa alguns artigos publicados nos jornais locais. A imprensa tem um importante papel nesse aspecto da história passofundense,

⁹⁶ Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Integrado. – CDDI. Ata Nº 1.1974. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

como organismo que apóia as decisões do poder público municipal na corrida rumo à modernização e também como informante de alguns problemas que ocorriam na cidade devido a seu crescimento, através de reclamações de moradores, que enviavam cartas à edição, e da cobertura de problemas, quando eram muito graves e chamavam atenção da população em geral.

Com essa análise, é possível perceber que enquanto o poder público, através de seus instrumentos, como os PDDU's e as ações dos conselhos descritos acima, trabalhava um discurso de progresso e industrialização inevitável, a cidade enfrentava problemas de infraestrutura básica, o que revelava uma contradição entre o discurso da ideologia modernizadora e a situação da cidade. Essa análise é reveladora também porque evidencia a elitização do centro, a maioria desses problemas aconteciam nos bairros e periferias.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer as tendências e apoios dos jornais às iniciativas da comunidade que contribuía para modernização da cidade. Eram muito elogiadas as construções de edificações modernas, tanto no estilo da arquitetura quanto nas novas formas de socialização, como no artigo que exalta a construção do Cine Hotel Consórcio:

O majestoso Cine Hotel Consórcio. A impressão que a reportagem teve desse majestoso edifício, cujo arcabouço está se erguendo para o céu, foi simplesmente admirativa. O que mais impressiona é a vastidão da construção. A parte do cinema, que é a térrea e na parte posterior do edifício, tem dimensões gigantescas, de onde sairá o maior e mais luxuoso cinema e teatro de todo Estado, incluindo a própria capital.⁹⁷

Passo Fundo, já em 1957, presenciava a verticalização do seu espaço urbano, o ritmo da vida moderna invadia as ruas da cidade, com a inauguração de cinemas e hotéis. Quando era iniciada uma construção que fosse símbolo do “novo”, do progresso, era logo exaltada pela imprensa local. Os jornais, nesse sentido, são articuladores desse imaginário progressista da “capital do planalto” como também são influenciados pela sua força e presença material, expressa justamente nessas transformações pela qual os munícipes presenciavam admirados. Além do estímulo comercial, o ideal imaginário que foi construído em torno da industrialização também tinha uma correspondência material, não se tratava apenas de uma busca simbólica ou

⁹⁷ *O Nacional*. Passo Fundo, fevereiro de 1957. (Grifo do autor).

um sonho sem fundamento, como demonstra a reportagem sobre a instalação de uma fábrica “em vias de funcionamento”:

Imponente fábrica de anagem em vias de funcionamento A reportagem de O NACIONAL visitou ontem o local do Jutificio Passofundense Ltda. – Uma grande empresa que orgulha Passo Fundo – As máquinas já estão aqui, à espera de instalação – Reportagem visitou ontem as obras em conclusão da grande indústria Jutificio Passofundense Ltda., na Vila Petropolis, tendo para lá seguido em companhia do Dr. Salim Buaes, Diretor-Gerente, que atendeu a nossa curiosidade manifesta, diante do vasto prédio fabril que se encontra em operação de acabamento. Foi uma conquista que se deve ao Dr. Salim Buaes, que se revelou de um dinamismo e capacidade organizadora a toda prea, o que lhe valeu a decidida colaboração do sr. Mario Menegaz e o apoio dos homens de negócio passofundenses.⁹⁸

Importante conselheiro do poder público municipal e intelectual da época, como verificou-se no sub capítulo anterior, Salim Buaes, já deixava sua marca na cidade, juntamente com Mário Menegaz, industrial e importante agente no cenário político da região, que viria a ser Prefeito entre 1964 e 1969. O próprio título da matéria demonstra a expectativa que existia em torno do crescimento industrial. Não faltariam elogios a outras iniciativas e a outros passofundenses que trabalhavam (ou pelo menos apresentavam em seus discursos) pelo crescimento industrial e na modernização da cidade.

Enquanto o discurso da modernização era assimilado como a própria identidade de Passo Fundo, e o futuro de inevitável progresso era esperado, surgiam os problemas correspondentes ao crescimento acelerado. Entre os vários artigos e reclamações publicados nos jornais, traremos apenas aqueles que resultaram diretamente da expansão urbana e da modernização acelerada, como falta de transporte público, necessidade de saneamento básico e falta de água potável, problemas presenciados ainda em 1957, como demonstra a reportagem de “O Nacional”:

Os Moradores não têm agua nem para matar a sede Inutilizados todos os poços pelas chuvas – O drama dos moradores da Rua General Canabarro e parte da Rua Benjamin Comstant, na parte da Baixada.”

“Trata-se de uma situação calamitosa, havendo necessidade absoluta de estendimento da rede de agua por aquelas quadras, pois que não é possível presenciarmos, nesta cidade já centenaria, o drama de seus moradores, na luta pelo líquido precioso.⁹⁹

⁹⁸ *O Nacional*. Passo Fundo, abril de 1957. (Grifo do autor).

⁹⁹ *O Nacional*. Passo Fundo, janeiro de 1957. (Grifo do autor).

Enquanto as elites políticas preocupavam-se com a industrialização do município e a modernização do centro, bairros até então periféricos enfrentavam problemas básicos, essa situação assinalava para a contradição entre industrialização e infra-estrutura. Como o município poderia suportar, mesmo com a criação de um distrito industrial, uma intensa industrialização quando nem a população possuía recursos básicos para viver normalmente. Esse tipo de problema foi enfrentado pela maioria das cidades grandes e de médio porte do Brasil. A questão central é que as indústrias poderiam gerar emprego e melhorar a renda dessas pessoas, mas sozinhas não resolveriam esses problemas, a não ser talvez a longo prazo. Porém, está sendo tratado de necessidades imediatas como falta de água potável. Ainda em maio de 1957, devido a continuas reclamações, o executivo municipal, na figura de seu regente, o então prefeito Wolmar Salton, apresenta uma solução à comunidade:

Chafarizes para os arrabaldes da cidade. A rede de água encanada em Passo Fundo, não acompanha os progressos e os crescimentos da cidade, em todas as direções, causando isso grande mal estar no seio das populações dos arrabaldes. Bem compreendendo essa situação, o Prefeito Wolmar Salton enviou o projeto de lei nº 14, à Camara Municipal, o qual está em final de tramitação, e juntamente o seguinte ofício: “Com o presente encaminhamos a consideração da colenda Camara Municipal de Vereadores o incluso projeto de lei, consignando um crédito especial de 100 mil cruzeiros para construção de chafarizes (lavadouros), em arrabaldes da cidade.”¹⁰⁰

Não há a intenção de desmerecer as ações do executivo e, muito menos, a figura do prefeito Wolmar Satlon, porém, sua solução chega a ser um pouco engraçada. As pessoas sem água potável, às vezes faltando até para beber, e a solução encontrada é a construção de mais chafarizes, os “lavadouros públicos”, solução característica do século XVIII e XIX, quando a água encanada era desconhecida, essa situação mostra a contradição nesse processo de modernização urbana, em que há um centro estabelecido e uma periferia abandonada. É compreensível que talvez os gastos do poder municipal estivessem sobrecarregados, talvez, justamente por obras como a elaboração e revisão do PDDU, a construção do “Pavilhão do Centenário”, entre outros gastos de suma importância para modernização da cidade, no entanto, atender as necessidades básicas da população que vivia em regiões periféricas da cidade também deveria ser uma questão relevante dentro da prefeitura municipal.

¹⁰⁰ *O Nacional*. Passo Fundo, maio de 1957. (Grifo do autor).

Parece existir um grande espaço entre o discurso do progresso, da identidade “capital do planalto”, e de sua situação, pelo menos na maior parte. Enquanto aconteciam os preparativos para comemoração do centenário da grandiosa Passo Fundo, com construções monumentais, faltava água e esgoto nas ruas da cidade.

Em andamento os pavilhões do CENTENÁRIO. Está sendo distribuída, por 30 cruzeiros, a flâmula artística, como lembrança. Intensificam-se os preparativos para as comemorações do 1º Centenário do Município, estando as obras em andamento. Segundo pode apurar a reportagem, foi iniciado hoje, pela manhã, o erguimento dos arcos do pavilhão da Indústria, que tem as seguintes dimensões: 80 metros por 25, isto é, 2 mil metros quadrados. Trata-se de obra monumental, verdadeiramente aparatosa. Foi também iniciada a construção do pavilhão do Trigo, com a dimensão de 15 metros por 40.¹⁰¹

Evidente que não era possível deixar de lado as comemorações do centenário, que monumentalizava o crescimento industrial. Enquanto os projetos para os festejos do centenário andavam muito bem, com a construção de pavilhões para as atividades durante a semana do município, as perspectivas positivas a respeito do grande crescimento passofundense contrastavam com a realidade. A “capital do planalto” não poderia ficar sem suas comemorações e sem o aplauso do povo à sua grandiosidade. Futuramente, seriam construídos os prédios do executivo e do legislativo municipal em frente a esses pavilhões.

Outro problema levantado pela comunidade, que demonstra claramente as dificuldades de um município que começa a ter um salto na sua população, é a falta de transporte público entre a periferia e o centro, onde estavam concentradas as principais atividades da cidade. O espaço reservado dentro do jornal destinado a comentários dos munícipes a respeito de suas habitações era denominado “O que o povo reclama”:

O Que o Povo Reclama O excesso de lotação nos ônibus. Recebemos o seguinte comentário: ‘Passo Fundo, centenária! A mais bela e progressista cidade da região serrana! Cresce de olhos vistos para um provir risonho. Na harmonia dêsse desenvolvimento maravilhoso de progresso, cresce a população. Os bairros aumentam e se distanciam do perímetro urbano. A indústria o comércio e o ensino, dia a dia, veem um maior número de cidadãos, para suas fileiras. Por isto algo se faz necessário para que êsses personagens de lá distantes cheguem até à sua meta quotidiana, qual seja a

¹⁰¹ *O Nacional*. Passo Fundo, junho de 1957. (Grifo do autor).

fábrica, a casa comercial ou a escola. Êsse fator a que me refiro é o meio de transporte. São, em síntese, os ônibus da cidade.¹⁰²

Esse comentário é realizado por uma senhora que reclama da superlotação dos ônibus, segundo ela, não havia ônibus suficiente. Muitas senhoras tinham que ficar em pé nas lotações, sujeitas ao cansaço da viagem e à falta de cavalheirismo por parte dos homens em não ceder lugar às mulheres. A reclamação, que assume um tom um pouco engraçado quando a senhora se indigna com a falta de educação dos homens, retrata uma triste realidade: o progresso, a modernidade e a indústria era uma corrida de difícil acesso aos moradores da periferia, literalmente.

No final da década de 80, a identidade pautada no progresso futuro ainda é esperada pelos grupos inseridos no cenário da política e da intelectualidade. Em 1989, ocorre um seminário sobre “Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo”, vinculado ao projeto desenvolvido pela parceria entre Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Universidade de Passo Fundo (UPF), com o nome “Projeto Passo Fundo Ano 2000”. O próprio nome já é um indicativo de que ainda espera-se encontrar as soluções para os problemas urbanos no futuro, e que ainda espera-se o progresso e a modernização.

Dentre as constatações, ficou evidenciado o enorme potencial de Passo Fundo, que já vem polarizando o crescimento regional. Este fato, de um lado, serve para restabelecer o clima de confiança face ao futuro. De outro lado, porém, mostra a necessidade de as pessoas e as instituições superarem uma visão imediatista e a atitude de isolamento ainda existente em nossa comunidade, em grande parte explicadas pela falta de conhecimento da realidade.¹⁰³

Entre as primeiras constatações do Seminário, feita pela comissão organizadora, está o grande potencial de Passo Fundo como cidade pólo do crescimento regional, o que reestabelece o clima de confiança no “futuro”. O futuro ainda está presente no discurso das entidades que estão relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade, nas portas da década de 1990, período em que a cidade tem seu patrimônio histórico definido e tombado. Outras citações a serem

¹⁰² *O Nacional*. Passo Fundo, abril de 1957.

¹⁰³ PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo 26 a 28 de julho de 1989. p. 07.

analisadas a respeito da identidade ancorada no futuro da cidade são os discursos de abertura do Seminário, do então reitor da UPF, Elydo Alcides Guareschi:

Pela primeira vez na história desta cidade, as suas instituições representativas resolveram unir-se em torno do projeto comum de pensar o futuro de Passo Fundo, às vésperas da virada do século.

Uma visão de futuro é necessária a quem se propõe a interpretar o processo de urbanização e desenvolvimento do Município. A antecipação dos problemas poderá evitar o desordenamento deste irreversível processo de desenvolvimento.¹⁰⁴

E um trecho do discurso do então Vice-Prefeito Carlos Armando Salton:

UPF, ACISA, Poder Legislativo e Prefeitura Municipal, ao provocarem este evento, em conjunto, buscam o objetivo maior que é o de melhorar a vida, detectando a tendência natural de nosso progresso como cidade e conhecendo as vertentes de nosso desenvolvimento.¹⁰⁵

Analisando esses documentos, torna-se clara a visão do poder público e dos intelectuais da sociedade passo-fundense de progresso, de modernização e desenvolvimento, que ainda está presente no cotidiano da cidade, simbolicamente, através do patrimônio histórico. Tal patrimônio cristaliza a memória de uma elite, que forma uma identidade de cidade moderna e progressista, pois os bens remetem aos feitos e aos próceres da cidade que contribuíram para alcançar sua modernização e verticalização, o que tornou o centro de Passo Fundo digno de uma capital regional.

A análise desse seminário traz consistência a essa pesquisa, por ser um documento histórico, com posições políticas de representantes do poder público e de intelectuais e também por ser uma bibliografia, uma obra de referência que ajuda a sustentar a idéia de que a cidade, através de um segmento político-econômico, buscou e alcançou, durante os últimos cinquenta anos, o status de capital do planalto, comprovado através do crescimento populacional e econômico superior a demais cidades da região. Em contrapartida, adquiriu problemas e contradições sociais características de uma cidade de médio porte antes dos municípios vizinhos, como a conferência de Alonso, publicada nos anais do seminário, demonstra:

¹⁰⁴ Ibidem. p.29.

¹⁰⁵ Ibidem. p.29.

Esse é o caso de Passo Fundo, importante cidade localizada no Planalto do Rio Grande do Sul, que há várias décadas vem desempenhando, inegavelmente, o papel de uma capital regional, situação cujos atributos positivos – crescimento e potencial econômico – são encarados com orgulho. Já o outro lado dessa situação – a pobreza e a descontinuidade social – é visto com apreensão por alguns segmentos da comunidade.¹⁰⁶

O trabalho de Alonso, economista e, na época, professor adjunto da UFRGS, retrata uma condição de contraste entre a “capital regional” e sua pobreza interna, contraste presente ainda hoje. Assim como Passo Fundo cresceu, cresceram também os problemas internos, apontados nesse seminário e também pela documentação já analisada. Comentando a expansão do setor terciário, caracterizado como comércio e serviços, o autor considera que “os setores urbanos de Passo Fundo tiveram desempenho ainda mais destacado, pois cresceram a taxas semelhantes ou superiores às correspondentes ao Rio Grande do Sul”¹⁰⁷. Essa análise do autor encontra base em dados disponíveis no IBGE, referentes ao período de 1950-1980, que chega a conclusões chamadas de “positivas” e “negativas”.

Entre as conclusões positivas, encontram-se aspectos como o crescimento da construção civil, que “renovou” a paisagem urbana, e o próprio crescimento da economia urbana, da indústria, comércio e serviços privados. Entre as conclusões negativas estão, nas palavras do autor, a “outra face do crescimento”, na qual a oferta desses elementos positivos foi “insuficiente” para atender a toda a população, o que levou à expansão de periferias urbanas. Áreas em que o cenário difere radicalmente do espaço urbano central, já que falta a infraestrutura necessária às condições sociais básicas de existências, luz, água tratada, calçamento, e a própria dinâmica comercial do centro, o que leva à exclusão desses segmentos sociais, pois o comércio e a prestação de serviços estão, em sua maioria, localizadas no centro da cidade.

Outro aspecto interessante a ser analisado, no que diz respeito ao crescimento econômico da cidade, está nos resultados dos debates, nos quais percebe-se a presença muito forte da busca pela industrialização. Esse é um elemento que pode ser interpretado tanto do ponto de vista dos benefícios econômicos que traria ao município, quanto pelo seu lado simbólico, a idéia de que

¹⁰⁶ ALONSO, José Antônio Fialho. Reflexões Sobre o Desenvolvimento de Passo Fundo-R.S: 1939-87. In: PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo 26 a 28 de julho de 1989. p. 37.

¹⁰⁷ Ibidem. 44-45.

um parque industrial traria grande prestígio. Com o tema “Caracterização do Crescimento Econômico de Passo Fundo”, no Painel I, “Agricultura, Pecuária e Indústria em Passo Fundo”, chegou-se às seguintes considerações:

ÁREA INDUSTRIAL

1 – Situação Atual:

- 595 indústrias no município;
- 26 em fase de implantação;
- potencial energético favorável ao desenvolvimento de indústrias.

2 – Situação Desejada:

- implementação da industrialização no município.

2.1 – forças impulsoras:

- potencial energético disponível;
- mão-de-obra disponível abundante;
- escolas profissionalizantes¹⁰⁸

Desde 1950, percebe-se o objetivo de industrializar o município, de construir um parque industrial amplo, objetivo que ainda não foi atingido. O setor industrial não possui uma base sólida, e o setor do comércio, da prestação de serviços, a base da economia do município já em 1989, eram elementos, paradoxalmente, considerados “forças restritivas” para a expansão industrial da cidade, juntamente com a falta de mão-de-obra qualificada, muito embora, instituições como SENAC e SENAI já estivessem instaladas há quase vinte anos no município com intuito de resolver esse problema. É evidente que existiu um avanço no setor industrial, mas a área do comércio, tendo em vista a atenção que foi dedicada à construção de um centro digno a uma “capital regional”, sempre foi o motor do “progresso” na cidade, como demonstra o segundo painel do evento, com o tema “Setor Terciário em Passo Fundo”:

SETOR DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

1 – Situação Atual:

Passo Fundo é reconhecida hoje no contexto estadual, como um dos municípios de maior expressão comercial e de prestação de serviços. Graças ao seu comércio bastante diversificado e aos serviços de elevada especialização, o município passou a ser um pólo de atração da população regional.

a) Quanto à Estrutura Empresarial

- existe crescimento real nas atividades comerciais e prestadoras de serviços;
- o Setor Terciário do Município polariza a região;
- as micros e pequenas empresas de capital local predominam.¹⁰⁹

¹⁰⁸ PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. Op., cit., . p. 77.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 81.

Entre os aspectos negativos, foi destacado o crescimento desordenado do comércio e da prestação de serviços, visto que não havia mão-de-obra qualificada para acompanhar esse crescimento. Foram destacados como elementos positivos o fato de a atividade comercial ocupar o primeiro lugar na geração de empregos. No item que se refere à “Comercialização e Prestação de Serviços”, existe um ponto contraditório, quando é referido como aspecto negativo o fato de que a “elevada concorrência é apontada como o principal obstáculo à comercialização”. É no mínimo intrigante que a concorrência seja um empecilho à expansão desse setor, não há maiores explicações nos anais do seminário sobre como se chegou à essa conclusão no painel, mas uma hipótese que pode ser formulada seria a de que o crescimento desordenado, de alguma forma influenciou nessa concorrência, e que, talvez, nos setores referidos (o painel não faz referência a alguma atividade comercial específica) exista uma grande loja que tenha maior peso na concorrência.

Outro aspecto levantado nesse tópico do painel, que também é interessante ser analisado, é que a “falta de fornecedor local incentiva a compra de mercadorias fora do município”. Essa conclusão justifica o comércio ser um empecilho, um entrave para industrialização, no entanto, demonstra a força dessa atividade, que caracterizou, e ainda caracteriza, a paisagem urbana do centro da cidade, reforçando a identidade de capital regional, representada pelo patrimônio, e ao mesmo tempo descaracterizando esse patrimônio também, tendo em vista a poluição visual gerada por essa atividade.

Frente ao descaso do próprio poder público e da população em geral, pode-se afirmar que essa identidade não é reconhecida pela maioria dos segmentos que compõem a cidade (pelo menos no que tange a sua representação pelo patrimônio histórico). Há referências pautadas no progresso, no entanto, elas remetem apenas a alguns segmentos, que estão mais interessados no progresso e na verticalização do espaço urbano. Evidentemente que o poder público não tombou esse patrimônio sem o respaldo da opinião de historiadores, essa base intelectual, por assim dizer, foi encontrada na historiografia da cidade do início do século XX. Dentre os representantes mais conhecidos estão o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira e Delma Rosendo Ghem. É importante esclarecer as concepções de historiografia dos referidos historiadores para entender onde a visão de progresso e de modernidade tem suas origens.

3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE PASSO FUNDO

*Não gosto da arquitetura nova
Porque a arquitetura nova não faz casas velhas
Não gosto das casas novas
Porque as casas novas não têm fantasmas[...]
A pena que me dão as crianças de hoje!
Vivem desencantadas como uns órfãos:
As suas casas não têm porões nem sótãos,
São umas pobres casas sem mistério.
Como pode nelas vir morar o sonho?*

Mario Quintana

3.1 Justificativas para o tombamento

O poema “Arquitetura Funcional”, de Mario Quintana, ilustra o objetivo desse capítulo. Investigar as justificativas para o tombamento dos prédios que constroem parte da identidade de Passo Fundo. Através das leituras dos projetos de lei, é possível perceber os “fantasmas” que habitam essas edificações, bem como os “sonhos” contidos dentro de suas paredes. Podemos interpretar os “fantasmas” como aspectos do passado cristalizados no patrimônio histórico, as experiências históricas de certos grupos da cidade, remanescentes em meio à modernização e verticalização acelerada que caracterizam Passo Fundo como “capital do planalto”, o “sonho” das elites políticas e econômicas, o que nos leva a uma conclusão contraditória. O mesmo processo que hoje ameaça a existência dos prédios históricos da cidade é o “sonho”, o imaginário projetado pelos “fantasmas” que habitam os bens patrimoniais do município.

Esta parte do trabalho consiste na análise dos bens que fazem parte do patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo, através da investigação de projetos que originaram as leis que tornam os prédios patrimônio, já que o município não possui uma legislação específica quanto a essa questão. A análise das justificativas para a elaboração dos projetos de tombamento são

fontes para perceber qual o sentido e qual o valor histórico que esses prédios estão representando. Através da leitura das justificativas desses projetos, percebe-se a importância atribuída à edificação pelos membros do poder legislativo e executivo do município. O que possibilita verificar se, de fato, podemos falar em elitização do patrimônio histórico arquitetônico e relacionar essas edificações à construção de uma identidade baseada no progresso, na modernização e no desenvolvimento econômico.

Não existe uma tentativa articulada, consciente, de uma elite na construção de uma “memória patrimonial”. Os projetos de lei são iniciativas isoladas de vereadores. Contudo, tais edificações lembram experiências das elites da cidade para alcançar e concretizar um objetivo que faz parte do imaginário e da “cultura política” municipal: tornar Passo Fundo a “capital do planalto”.

É importante fazer uma ressalva antes de prosseguir essa análise. Não é intenção deste trabalho criticar o tombamento dos prédios que fazem parte do patrimônio histórico do município. Deve-se frisar que, no atual contexto de verticalização da cidade, a iniciativa dos vereadores durante a década de 1990 foi de suma importância para a história do Rio Grande do Sul. Os prédios tombados são os poucos registros arquitetônicos que restam em Passo Fundo. Foram as lembranças cristalizadas que conseguiram perdurar e resistir à modernização do espaço urbano. Protegidos por lei, acabaram tornando-se a memória patrimonial “oficial” da cidade, enquanto outras memórias não resistiram aos ímpetus da construção civil e da especulação imobiliária.

O presente capítulo tem como objetivo mostrar as relações do “patrimônio oficial” da cidade com uma memória política, de busca pelo progresso, modernização, industrialização e desenvolvimento econômico que tornariam Passo Fundo o maior município da região. Enquanto era tombada a “verdadeira” história, acontecia o esquecimento de outros aspectos, outros sujeitos que também fizeram parte do processo histórico. O projeto de lei apresentado para tomba o prédio do antigo banco da Província, hoje Banco Itaú, demonstra a importância atribuída às transformações econômicas da cidade. O vereador Ivanio Bernardon apresenta a seguinte justificativa para preservação dessa edificação:

Para tramitação Regimental, estou encaminhando o Projeto de Lei e conforme o artigo 221 da Lei Orgânica Municipal determinar o tombamento do prédio do banco Itaú, que faz parte da História e da Cultura do Município de Passo Fundo e, assim sendo, é nosso dever preservá-lo, com o nobre objetivo de manter viva a origem e a verdadeira história de nosso Município. O prédio do banco Itaú foi construído na década de 1920, primeiramente usado pelo banco da Província e só depois comprado pelo banco Itaú até os dias de hoje. Este prédio deu origem ao sistema financeiro da época no município trazendo progresso a nossa cidade, o prédio está com mais de 70 anos desde a sua construção já fazendo parte de uma referência de nossa história.¹¹⁰

Essa justificativa é amplamente aceita por todos os membros da Câmara de Vereadores, nenhum de seus integrantes votou contra o tombamento da edificação. De fato, o prédio que foi sede do banco da Província no município é um símbolo de progresso passo-fundense. Porém, este prédio está ligado, sem dúvida nenhuma, ao desenvolvimento econômico das elites municipais, e, principalmente, ao progresso de Passo Fundo, a sua modernização no período em que foi construído. As características arquitetônicas preservadas na fachada do prédio são registros históricos da caminhada rumo ao crescimento. Para o contexto da época em que foi



de.

Figura 1: Banco da Província, 1928. Atual Banco Itaú. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

¹¹⁰ PROCESSO Nº 095/94. DATA 12/04/94. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

A imagem do banco da Província em 1928 (prédio localizado à direita na foto) mostra a importância e suntuosidade em relação às edificações vizinhas. Ainda hoje, a fachada do prédio encontra-se em bom estado de conservação devido à iniciativa privada. O prédio ainda pertence ao banco Itaú. É uma pena que seu interior tenha sido descaracterizado e que a edificação esteja fora de contexto, perdida em meio aos arranha-céus da rua Moron.

Outra edificação que também se encontra em bom estado de conservação, devido à iniciativa privada, é o prédio que foi da Cervejaria Brahma, outro patrimônio que representa experiências de progresso e industrialização, ligado ao poder econômico das elites do início do século XX. A cervejaria é parte do cotidiano dos munícipes, com certeza, mas ajuda a construir, junto com as demais edificações tombadas pelo patrimônio histórico, uma memória patrimonial que lembra o progresso e o desenvolvimento econômico. Ainda hoje existe o “beco da Brahma”, onde há casas dos antigos operários da fábrica, no entanto, não se mencionou tombar ou dar auxílio aos proprietários para que suas habitações fossem preservadas. Uma arquitetura vernacular em pleno centro da cidade, um beco em que até o calçamento de paralelepípedos não foi alterado e não se tem interesse em conservar. Percebe-se a orientação que o campo da memória patrimonial adquire em Passo Fundo. A própria justificativa para o tombamento das instalações da companhia demonstram o interesse na memória que se quer preservar com esse tombamento, como demonstra o Projeto de Lei do vereador Sebastião F. Ribeiro:

Do ponto de vista histórico, registros do início do século, mostram que naquele local, é lógico, de forma artesanal, já funcionava uma cervejaria. Para o nobilíssimo historiador passo-fundense, Ney Eduardo Possap d'Avila, em 1902 estava em pleno funcionamento a cervejaria do “seu” Cora. É desta época que se tem notícia do nascimento da industrialização em Passo Fundo. trata-se da história viva de Passo Fundo, que cresceu, desenvolveu-se, transformou-se sempre com a definitiva participação daquela indústria, inicialmente a cervejaria do “seu” Cora, depois Bade, Barbieux & Cia. e finalmente a Brahma.¹¹¹

Fica clara a intenção de cristalizar uma memória referente ao progresso e à industrialização do município, colocando em segundo plano o trabalho dos operários que faziam funcionar a fábrica. Estão sendo lembradas as transações comerciais e industriais que envolvem aquele patrimônio; está sendo memorizada a iniciativa de Jorge Barbieux, o fundador da

¹¹¹ PROCESSO Nº 414/97. DATA 14/08/1997. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

cervejaria, as negociações que levaram a compra da cervejaria pela Brahma em 1948, mas não está sendo feita referência ao segmento de operários que passou a habitar a região para preparar a cerveja que essas companhias vendiam. A industrialização, a urbanização e modernização são ideais ainda muito fortes na cultura política de Passo Fundo, e as edificações que remetem ao início da industrialização e ao progresso econômico do município fazem parte de um aspecto do passado ainda presente. E, como tal, o tombamento desse prédio é exemplar, pois trata-se da memória industrial.



Figura 2: Cervejaria Serrana, 1929. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Outra edificação que marca o desenvolvimento econômico é a Estação Férrea da Gare. A estrada de ferro foi um elemento fundamental para o crescimento do município, responsável pelas primeiras grandes transformações da área central, que alteraram os rumos da expansão urbana. Outra experiência significativa em prol de uma hegemonia regional foi cristalizada, mas também encontra-se descaracterizada. Foi tombado apenas um pavilhão, quando o conjunto arquitetônico inteiro deveria ter sido tombado, com parte dos trilhos, e, principalmente, as casas

dos operários que ficavam ao lado da estação. Seria um registro histórico da presença desses operários no centro da cidade, um marco mais fiel do que a construção do monumento aos ferroviários. A justificativa apresentada pelo vereador Flaminio Mello de Lima, em novembro de 1990, mostra a preocupação com a perda da história do município:

Para tramitação regimental, estamos encaminhando o incluso Projeto de Lei, determinando o tombamento para integrar o patrimônio histórico do Município do prédio da Antiga Gare, localizado na Avenida Sete de Setembro.

O prédio que ora estamos propondo seja tombado faz parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-lo a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso Município.

O prédio da Antiga Gare, se constitui, na verdade, em um belíssimo e real monumento ao Ferroviário, obra executada na época mais pujante da Viação Férrea no Brasil – situado no coração da cidade de Passo Fundo e, num local que, por sua localização e destinação, a idéia de preservá-lo aparece natural em nossos pensamentos.¹¹²

A preocupação com o patrimônio histórico da cidade é louvável, o valor histórico-arquitetônico desses prédios não pode ser calculado. Mesmo que descaracterizados e deslocados de seus contextos, são os últimos vestígios edificadas do passado da cidade, resistiram aos impulsos da construção civil e à verticalização por estarem protegidos pela lei. Por isso podemos dizer que esta é uma memória patrimonial “oficial”. Os outros prédios que não estavam sob a proteção do estado, sucumbiram às transformações capitalistas do mundo moderno. Essa memória oficial, apresentadas as justificativas para o tombamento desses prédios, é sem dúvida uma memória elitizada, mesmo no caso da Estação Férrea, que foi e ainda é um local onde diferentes segmentos da sociedade transitam e encontram-se.

No passado, como estação de trem, encontravam-se ali diversas pessoas, ferroviários, comerciantes, viajantes, visitantes de outras cidades, entre outros, e hoje, como feira do pequeno produtor, é um ponto conhecido por todos os passo-fundenses. Analisando a justificativa do tombamento da Gare, pode-se notar a referência ao progresso da viação férrea a nível nacional e, Passo Fundo, com uma estação no “coração da cidade”, não estava fora da “época mais pujante da viação férrea no Brasil”, por isso, segundo o vereador, era “natural” sua preservação.

¹¹² PROCESSO Nº 279/90. DATA 21/11/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

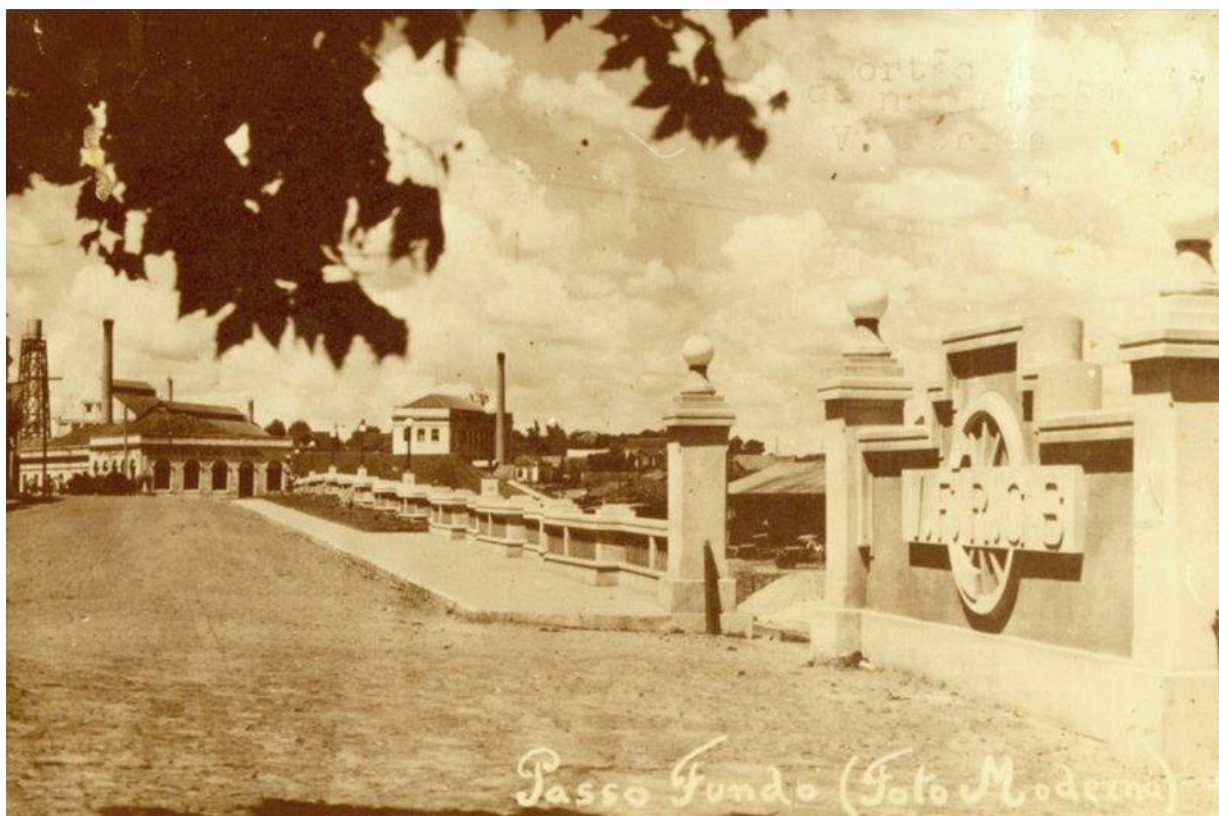


Figura 3: Viação Férrea da Gare. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Além desse patrimônio histórico estar descaracterizado, por não se ter tombado o conjunto inteiro da obra, o prédio da Gare também se encontra em péssimo estado de conservação, devido ao descaso do poder municipal. É justamente por edificações como a Estação Férrea da Gare estarem com sérios problemas, como a pintura descascando, a madeira apodrecendo, o telhado com buracos e telhas caindo, que a hipótese de uma “elitização” do patrimônio histórico parece encontrar um fundamento maior que as próprias justificativas apresentadas nos processos. Parece não haver uma identificação das pessoas, parece não existir laços afetivos entre a sociedade e esse patrimônio, não há uma identificação da comunidade por essa memória edificada “oficial”.

Em um caso mais recente, podemos citar a derrubada da Casa Gabriel Bastos, um patrimônio que também memorizava experiências das elites políticas municipais na figura de seu proprietário, um político e intelectual de sua época (início do século XX). Além de fundador do

Banco Popular, também foi Intendente Municipal e Vice, fez parte do Conselho Municipal ao lado de personalidades políticas como Gervásio Lucas Annes, Francisco Antonio Xavier e Oliveira, Nicolau Araújo Vergueiro, entre outros. Era membro e importante articulador do Partido Republicano Rio Grandense em Passo Fundo:

O prédio situado na Av. Brasil, nº 695, esquina com a Rua XV de Novembro, atualmente de propriedade do conceituado médico passo-fundense Carlos Antonio Madalosso, foi sede do Banco Popular de Passo Fundo, primeiro banco da cidade e da região, fundado no dia 24 de junho de 1927, pelo renomado cidadão passo-fundense Gabriel Pereira da Costa Bastos, ou simplesmente Gabriel Bastos, como era popularmente conhecido, e outros passo-fundenses também ilustres.

Além de político e jurista, foi escritor e poeta tendo integrado o Clube Pinheiro Machado, fundou o Grêmio Passo Fundense de Letras, hoje Academia Passo Fundense de Letras, sendo titular da Cadeira nº 14.¹¹³

Na justificativa apresentada no Projeto de Lei de autoria do vereador Marcio Luiz Tassi, percebe-se a importância atribuída à memória política da cidade. Porém, as experiências que foram cristalizadas em torno dessa edificação lembram apenas o pequeno grupo do qual a elite política – econômica de Passo Fundo faz parte. A verticalização do centro também é um referencial de identidade para essas elites, mais forte do que o próprio patrimônio histórico, e mais lucrativo. A Casa Gabriel Bastos não era legalmente tombada. A lei aprovada pelo Executivo Municipal “declara bem integrante do patrimônio histórico-cultural do município, para fins de tombamento, o imóvel onde funcionou o banco Popular, localizado na avenida Brasil nº 695, esquina com a rua XV de Novembro.”¹¹⁴ Isso facilitou a venda e derrubada da edificação para a construção de mais um arranha-céu.

¹¹³ PROCESSO Nº 638/01. DATA 27/11/2001. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

¹¹⁴ LEI Nº 3.911, de 10 de junho de 2002. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).



Figura 4: Inauguração do Banco Popular, 1927, de propriedade de Gabriel Bastos. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

A relação do patrimônio da cidade, da sua memória edificada nessas construções, com as ações políticas e econômicas das elites está presente nas justificativas para seus tombamentos. O caso da Casa Gabriel Bastos é um exemplo do descaso do poder público para com essa questão. A falta de mobilização da sociedade mostra, entre outros fatores, que os passo-fundenses não estabeleceram vínculos efetivos com essa memória. Isso devido, primeiramente, à falta de um processo de educação patrimonial intenso e à não identificação com essa memória.

Entre os ícones da memória política de Passo Fundo, não faltam exemplos. Tombada por iniciativa do vereador Thalito Fauth Mendonça, a Igreja Metodista representa um seletivo grupo da cidade. Instalada em 1912, mas tendo seu atual templo construído em 1919, está localizada em pleno centro da cidade. Esse patrimônio marca a relação entre política e religião, uma vez que um dos principais, maiores e mais antigos colégios da região funcionou atrás dessa igreja, por iniciativa dos pastores que a dirigiam. Com a seguinte justificativa, o vereador Thalito encaminhou o projeto de lei pedindo seu tombamento:

Para tramitação regimental, estou encaminhando o Projeto de Lei incluso, determinando o tombamento do prédio da Igreja Metodista, que faz parte da História e da Cultura do Município de Passo Fundo e, assim sendo, é nosso dever preservá-lo, com o nobre objetivo de manter viva a origem e a verdadeira história de nosso Município. A Igreja (templo) Metodista foi construída em 1919 por iniciativa do Missionário norte-americano Daniel e a 15 de março do mesmo ano o mesmo Missionário criou uma Escola, aos fundos do mesmo prédio da Igreja. Essa foi a semente que fez brotar o consagrado Educandário que já cruzou fronteiras irradiando cultura e educação em todos os seus prismas.¹¹⁵

É natural que os elogios ao bem que está sendo tombado sejam muitos e tendam a enaltecer a história do patrimônio que está nascendo. Entretanto é perceptível a intenção dos membros do legislativo em tomar a “verdadeira história” para “manter viva a origem” da cidade. As concepções laudatórias e saudosistas são salientes, o que edifica uma representação própria de um grupo, de um segmento social.

¹¹⁵ PROCESSO N° 421/93. DATA: 06/10./1993. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).



Figura 5: Igreja Metodista, década de 1930. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Em 1994, por iniciativa dos vereadores Luciano Azevedo e Thalito Fauth Mendonça, é encaminhado o projeto de lei que determina o tombamento do prédio Texas do Instituto Educacional. Em 1921, a Prefeitura doou aos Metodistas o terreno da praça Boa Vista para o início da construção do prédio. É possível perceber a concepção, os valores atribuídos à edificação no anexo desse projeto, ao trazer o histórico do IE (Instituto Educacional), a escola que viria a funcionar naquele local:

A antiga escolinha paroquial foi o início de uma grandiosa obra educacional, porque amálgama no espírito empreendedor, religioso, impregnado de elevado ideal educativo dos seus diretores, professores, pais de alunos, funcionários, empregados e amigos da instituição. Foi por isso que o prestígio e a liderança do IE, ainda que tenha enfrentado crises e enormes preocupações financeiras, comuns aos estabelecimentos de ensino, já ultrapassou fronteiras rio-grandinas.¹¹⁶

¹¹⁶ PROCESSO N° 066/94. DATA: 28/03/1994. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).



Figura 6: Instituto Educacional 1957. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Os valores atribuídos à edificação são claros, o tombamento pretende deixar marcado o “espírito empreendedor” dos sujeitos ligados à construção do prédio. O “ideal educativo” presente no “espírito” desse grupo é que está preservado, tanto na Igreja Metodista, quanto no Instituto Educacional. Essas concepções são claramente influenciadas por uma historiografia saudosista, que privilegiava a ação do homem branco na cidade em detrimento de outros grupos.

Essa memória edificada, através do tombamento dos prédios, representa, sem dúvida nenhuma, as experiências de grupos que pertencem a uma elite econômica e política de Passo Fundo. Elas representam indiretamente a busca pela modernização, progresso e a concretização do imaginário “capital do planalto”.

Os Planos de Desenvolvimento Urbano, como já demonstrado, incentivavam a busca pelo crescimento e pela verticalização. Esses prédios sobreviveram a esse ímpeto de transformações urbanas justamente por constituir a história e a memória de uma elite que estava à frente desse processo. A sobrevivência desses prédios, transformados em patrimônio na década de 1990, por

si só, já atesta sua elitização. Tendo em vista que restam apenas poucos exemplares de edificações que representem os segmentos que não participaram, segundo a historiografia e o próprio patrimônio histórico, da construção do espaço urbano da cidade.

A historiografia passo-fundense, própria da primeira metade do século XX, exclui das páginas da história a participação de segmentos fundamentais para construção da cidade. Os indígenas, os mais excluídos, nem chegam a ser mencionados como sujeitos do processo histórico, mas como criminosos, como empecilhos para o desenvolvimento da civilização. Os caboclos, importante segmento para formação étnica da região e importante mão-de-obra na extração dos ervais, não chegam a ser mencionados. Os escravos aparecem para justificar a ação do homem branco na abolição da escravatura da cidade. Por isso, o próximo sub capítulo procura explanar a visão dessa historiografia, pois a história representada pelo patrimônio histórico é uma história das elites e para as elites, bem como as obras historiográficas desse período.

3.2 A visão elitista da historiografia regional

A historiografia do início do século XX escreveu uma história característica do homem branco, do colonizador paulista e, posteriormente, dos imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos. Para esses historiadores, o desenvolvimento histórico local ocorreu, ou teve seu impulso inicial, a partir desses grupos étnicos. Outros grupos, como os nativos caingangues da região, ficaram à margem desse processo, não foram considerados agentes do processo histórico, da formação social e cultural do município, muito pelo contrário, apareceram apenas como entrave à colonização, a exemplo, esta citação de autoria do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira:

Passo Fundo, apesar de atravessado em todo comprimento por essa estrada, não pode ser povoado senão com demora de alguns anos, devido aos terríveis coroados, cuja cólera seria fatal ao branco audacioso que nele fosse domiciliar-se, atendendo-se à guerra sem tréguas que lastrava entre as duas raças.¹¹⁷

Os “terríveis coroados”, como eram chamados os caingangues pelos tropeiros, aparecem vinculados à história do homem branco, como rivais ou inimigos que impediam a civilização.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do Município de Passo Fundo Aspecto Histórico*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1990, (v. II), p. 74.

Pode-se ver que os nativos não são nem mesmo reconhecidos como povoadores da região, mas aparecem impedindo o processo de povoação e colonização de Passo Fundo pelo elemento civilizador. Os homens brancos aos poucos venceram esse obstáculo da “paisagem natural” como teriam vencido a travessia de um rio ou derrotado um animal selvagem. Não há menção sobre a resistência desses nativos a esse processo de civilização, as únicas menções referem-se a ações criminosas realizadas por esses grupos, quando tentavam resistir.

Em 1856, uma malta de índios que permaneciam rebeldes à catequese, caindo de surpresa na fazenda dos Quatro Irmãos, assassinaram, barbaramente, o proprietário da mesma, Clementino dos Santos Pacheco, e mais seis ou sete pessoas que aí se achavam. Os autores desse monstruoso crime, em seguida se internaram no sertão Uruguai, sendo perseguidos pelos índios já domesticados do aldeamento de Nonoai que os surpreenderam, pouco depois, matando a quase todos. Os sobreviventes, em número de seis, entre os quais figurava o famigerado Manoel Grande, cacique da malta, depois de vivamente perseguidos, foram alcançados no Mato Castelhana, sendo mortos o mesmo cacique mais três, conseguindo evadir-se apenas dois.

A extinção dessa horda de celerados [bando de criminosos], por tal modo pesou no ânimo dos poucos índios que permaneciam na vida selvagem que, em breve, foram todos se apresentar nos aldeamentos mais próximos, protestando fiel submissão ao governo da Província.¹¹⁸

É compreensível que a história, em meados do século XX, fosse eminentemente uma história das elites e de seus feitos. Era influenciada por uma concepção laudatória e étnica. A forma com que os nativos são mencionados é extremamente pejorativa, como as palavras empregadas demonstram: “celerados”, “criminosos”, “famigerados”. Parece claro que a história, além de registrar as ações das elites, também estava à serviço das elites, marginalizando e excluindo aqueles segmentos que não concordavam ou enfrentavam a vontade dos grupos dominantes. O negro, como o indígena, é pouco lembrado, porém, tem uma participação mais ativa nas páginas dessa historiografia. Aparece em certos momentos da história do município para demonstrar a sabedoria e a glória civilizadora do povo passo-fundense, como no trecho da obra de Calvet Fagundes, que escreveu o boletim geográfico do município para o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária do Governo do Estado, em 1962:

A abolição da escravatura empolga os dirigentes municipais ao ponto de se colocarem na vanguarda do movimento nacional, criando, com o ardor e a efetividade das causas conscientes a Sociedade Emancipadora Passo-Fundense em 13 de agosto de 1871, que de imediato se lançou ao campo das realizações efetivas, propagando a idéia e coletando recursos que possibilitam a execução de um plano de libertação progressiva

¹¹⁸ OLIVEIRA. Op., cit., p. 79.

de crianças e adultos escravos, cuja emancipação total estava conseguida em dezembro de 1884.¹¹⁹

Essa concepção também fortalece o mito de que a escravidão teve importância ínfima na ocupação do território, bem como na formação cultural da região. “No Rio Grande do Sul, a escravidão contrastava com os rigores da do norte. [...] O tradicional espírito da igualdade gaúcha liberta a raça negra antes mesmo da lei áurea”.¹²⁰ Também é construído por essa historiografia o mito de que o escravo era um trabalhador exemplar, que não tinha motivos para se rebelar, pois seu senhor, também era um exemplo de cidadão:

Diga-se, entretanto, a bem da verdade, que de um modo geral, tanto senhor como o escravo mantinha procedimento exemplar, muito diferente do que ocorria em certas localidades do Brasil. Dizia-se em Passo Fundo que o escravo era o espelho do senhor [...] a prova de bom tratamento é a de adotarem os pretos, depois de libertos, o sobrenome do senhor, não só como sinal de identificação, mas de estima e respeito.¹²¹

Sabe-se hoje que os escravos recebiam o nome de seus senhores para identificá-los, e não tinham escolha quanto a esse fato, quando libertos, dificilmente tinham acesso a procedimentos burocráticos para alterar seu nome, tanto por falta de conhecimento, como pela exclusão social que possivelmente poderiam sofrer caso adotassem novamente seus nomes de origem. Ademais, reconhecer um “procedimento exemplar” entre senhor e escravo seria reduzir a participação do cativo em sua luta pela liberdade a um papel quase nulo. Esse teria sido liberto das amarras da escravidão pela boa iniciativa do povo gaúcho branco.

Essa crítica à historiografia passo-fundense é necessária para entender a visão que a população, mais especificamente as elites políticas e econômicas da cidade, adquiriu sobre a formação social de Passo Fundo. No período em que suas obras foram escritas, o conhecimento histórico reduzia-se a uma história empírica, um levantamento de dados, em que era atribuída importância demasiada a personagens, à “vultos da história”. Era uma história na qual os juízos de valores eram válidos e conferiam espírito ao texto. Os autores citados são homens de seu tempo, de suas respectivas épocas.

¹¹⁹ FAGUNDES, Calvet. *Passo Fundo estudos geográficos do município*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Pôrto Alegre, 1962, p. 10.

¹²⁰ NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo Tchê!* Passo Fundo. Pe Berthier, 1992, p. 17.

¹²¹ GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. (v. II), p. 69-70.

Esta visão “elitista” da história marcou profundamente o imaginário do Rio Grande do Sul, e de forma singular, o imaginário passo-fundense. Em torno de Passo Fundo, construiu-se um imaginário de cidade-centro do planalto, uma cidade que, de fato, despontava economicamente a partir da década de 1950 e queria afirmar-se como a “capital do planalto”, através do estímulo ao desenvolvimento urbano e posteriormente ao desenvolvimento industrial. Com isso, as populações que viviam nas periferias do município, foram sendo esquecidas pela história, não havia mais espaço para seu convívio no que hoje se constitui como centro da cidade. O processo de modernização, iniciado na década de 1950, verticalizou o centro da cidade, banindo de sua malha urbana edificações que lembrassem diretamente grupos sociais, como os descendentes de escravos e demais populações marginalizadas, que com o crescimento foram sendo empurradas para as vilas. Esse processo ocorreu, de forma geral, nas grandes cidades brasileiras, como coloca Carvalho:

Nas grandes cidades brasileiras, presenciou-se a verticalização das áreas centrais; velhos casarões foram sendo abaixo porque representavam simbolicamente um período da história que se queria negar – o Brasil oligárquico e agrário –, surgindo em seus lugares arranha-céus que, de certa forma, davam uma idéia de prosperidade e grandiosidade.¹²²

Podemos verificar esse processo nas edificações que constituem o patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo. Dentro do centro urbano, encontramos apenas edificações tombadas pelo patrimônio que representam a memória do colonizador branco e das elites políticas do município. As demais edificações, que lembrariam segmentos excluídos do processo de modernização do mundo urbano, foram sendo derrubadas, e as poucas que ainda sobrevivem parecem não atrair a atenção suficiente do poder público municipal para serem tombadas como patrimônio.

O patrimônio histórico arquitetônico de Passo Fundo adquiriu um caráter elitista, semelhante à visão da historiografia tradicional local, aliás, podemos dizer que as justificativas históricas para o tombamento das edificações foram embasadas nessa historiografia. O patrimônio histórico do município eliminou de seu conjunto a identidade de escravos, operários, isso para não falar dos cainganges, totalmente marginalizados no processo histórico.

¹²² CARVALHO, Haroldo L. *Elementos para o estudo da urbanização brasileira*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, (Cadernos temáticos de cultura histórica; 4) p. 31.

Para exemplificar essa situação, podemos contrastar duas edificações que representam segmentos diferentes da sociedade: os prédios onde funcionaram a Intendência Municipal, a Câmara de Vereadores e o Clube Pinheiro Machado (hoje fazem parte do mesmo complexo cultural), tombados pelo município através de um projeto de lei, e o prédio onde funcionou o clube Visconde do Rio Branco, que não foi tombado, a despeito das iniciativas da comunidade afro-brasileira em tornar o local um centro cultural.

O complexo arquitetônico, que representa a maior expressão do poder público e de uma elite política (Intendência, poder público e Clube Pinheiro Machado, elite política), foi construído entre o final do século XIX e início do XX e guarda traços da influência de uma arquitetura positivista, que ostenta símbolos da república e marca, simbolicamente, no centro da cidade, a participação dessa elite no desenvolvimento urbano. Na época em que essa edificação foi construída, era um dos prédios mais modernos da região e símbolo do “progresso” frente aos municípios vizinhos. Com seu tombamento, foi cristalizada em torno do prédio essa memória política, de certa forma, essa memória elitista, pois apenas alguns segmentos encontram significado nessa memória.

O clube Visconde do Rio Branco, construído em 1913, representa a memória dos escravos da região. Era um clube, um ponto de encontro de negros, descendentes de escravos, um local de socialização desse segmento e foi excluído do processo de modernização da cidade. Tombar tal prédio seria cristalizar uma memória que foi excluída, no mínimo posta de lado, reduzida pela historiografia tradicional da cidade. Tombar essa edificação iria contra o imaginário de “progresso civilizatório” da cidade.

3.3 Descaso e abandono da memória edificada da cidade

Antes de iniciar as considerações sobre a memória patrimonial da cidade, é possível concluir que não há indícios de uma articulação entre segmentos da elite política da cidade na tentativa de construir uma memória patrimonial própria de seus respectivos grupos e excluir outras representações. Todavia, o quadro da memória patrimonial edificada na cidade se apresenta dessa forma: os bens patrimoniais representam, em seu conjunto, as experiências das

elites em busca da modernidade e do progresso, busca que constrói o imaginário de Passo Fundo como a cidade do futuro, a “capital do planalto”. Além de esclarecer essa situação, que conduz a uma elitização dessa memória, também vão ser analisadas as justificativas apresentadas para o tombamento de prédios exemplares da história política e econômica de Passo Fundo, bem como os principais pontos do Projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco, contendo as reivindicações desse segmento sobre seu direito a ter representada sua memória na cidade.

Este subcapítulo conclui a pesquisa do patrimônio histórico da cidade na década de 1990, quando esta já apresenta a configuração urbana atual. Os dois prédios estudados constituem-se em símbolos da identidade passo-fundense. A “antiga prefeitura” hoje museu de artes e de história, o prédio do teatro e da Academia de Letras, fazem parte do cotidiano dos munícipes. Muito embora descaracterizados, sofrendo com o descaso por parte dos poderes públicos, configuram toda a representação de uma memória política da região. O Clube Visconde do Rio Branco representa a memória dos negros na cidade. Ao contrário dos prédios que representam a memória política, o Visconde do Rio Branco não apenas sofre com o descaso, como está praticamente abandonado pelo poder público, uma ruína em pleno centro da cidade, mesmo havendo iniciativas de membros da comunidade negra em pedir auxílio para manutenção do prédio.

O conjunto arquitetônico que compreende os prédios da Intendência Municipal (hoje Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider), Câmara Municipal de Vereadores (hoje Teatro Municipal Múcio de Castro), o Clube Pinheiro Machado (hoje Academia de Letras Passo-fundense) são símbolos da comunidade. Os três remetem às experiências políticas da cidade e suas funções exercidas hoje encerram algumas das principais instituições culturais da cidade. No passado, as principais decisões políticas do município eram concretizadas nas dependências dessas edificações. Hoje, alguns dos principais eventos culturais são realizados nesses prédios. Tanto no passado, como no presente, são administrados por uma elite política e cultural. Delma Rosendo Ghem indica, em 1978, os prédios considerados símbolos do progresso na região:

Em 1914 a área urbana da cidade contava com 4 mil habitantes e 500 hectares. O número de prédios alcançava 600 e seus principais edifícios eram: a Intendência que se

dizia, na época, “moderno e bom”; a igreja matriz ainda não concluída, à praça Tamandaré; c apela São Teodoro, mais ou menos, em frente ao edifício que foi do Banco da Província e hoje é de propriedade do Banco Itaú, sita a rua Moron com a Bento Gonçalves; Clube Pinheiro Machado [...]; edifício da Sociedade Iolanda Margherita, à praça Marechal Floriano, rua Moron; Loja Maçônica Concórdia do Sul e a estação da viação férrea.¹²³

Ghem, comentando sobre o desenvolvimento urbano no início do século, apresenta como as principais referências edificadas de Passo Fundo apenas prédios que representam grupos que pertencem aos segmentos sociais das elites políticas. A Sociedade Iolanda Margherita tinha como objetivo o auxílio mútuo entre imigrantes italianos, era uma referência à identidade étnica européia. Também está edificada a referência à identidade religiosa ressaltada pela autora, juntamente com a Loja Maçônica. Esses prédios referem-se eminentemente às elites municipais.

No que diz respeito à construção da memória patrimonial edificada de Passo Fundo é possível, evidentemente, apontar diferenças mesmo entre as elites. Essa passagem da obra de Ghem é um exemplo disso. Transparece claramente as posições religiosas e políticas da autora, que deixa de citar, por exemplo, a Igreja Metodista, situada em um dos principais pontos da cidade, mesmo naquela época. No entanto, mesmo com conflitos étnicos, políticos e religiosos, a memória edificada dos grupos com maior representatividade política e maior poder econômico prevaleceu frente às transformações urbanas de Passo Fundo.

Dois prédios citados pela autora pertencem ao conjunto arquitetônico tombado em 1990¹²⁴. A Intendência Municipal, considerada “moderno e bom”, é o símbolo máximo da história política do município, conduzida evidentemente pelos homens brancos e conciliada com o poder econômico.

O Cel. Pedro Lopes de Oliveira, em 1902, adquiriu em nome do município de Passo Fundo o terreno onde seria construído o prédio da Intendência Municipal. Porém, apenas oito anos mais tarde, em 1910, a construção teve início, no período administrativo do Cel. Gervásio

¹²³ GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Multigraf, 1978, (v. I.) p. 181.

¹²⁴ “Art. 1º - Fica tombado e passa a integrar o patrimônio histórico do Município o conjunto arquitetônico localizado na Avenida Brasil Oeste e constituído pelos prédios onde funcionaram a Prefeitura e Câmara Municipal e também o prédio da Academia Passofundense de letras”. Lei nº 2.608 de 25 de setembro de 1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lucas Annes. Os detalhes arquitetônicos, como pintura, decoração, entre outros materiais usados nas obras, foram determinadas pela capital do Estado, Porto Alegre. Em 1976, foi construído o atual centro administrativo da cidade, e o prédio passou a abrigar a junta Militar e outros setores da prefeitura. Em 1977, é criado o primeiro museu da cidade, o “Museu Histórico Cultural”, abandonado no final da década de 1980, juntamente com o prédio, que só vai ser utilizado novamente para abrigar, em 1996, o Museu Histórico Regional e o Museu de Artes Visuais Ruth Shneider.

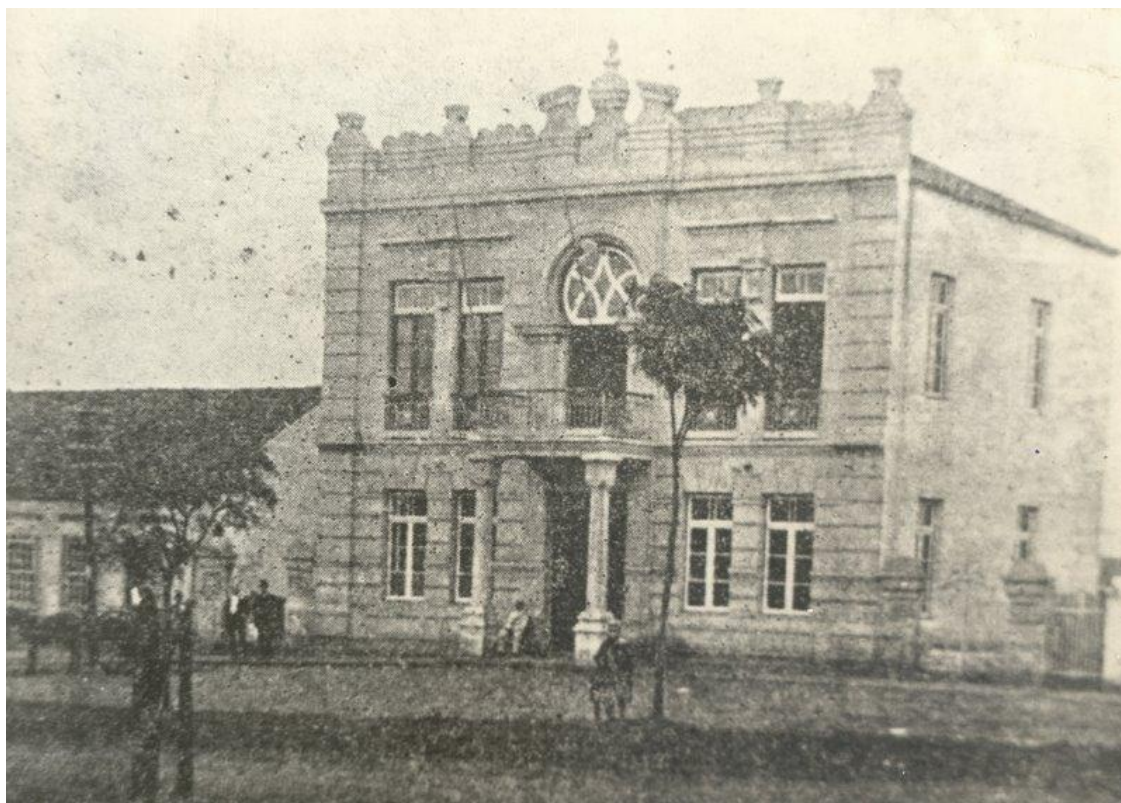


Figura 7: Intendência Municipal de Passo Fundo, 1914. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Em 1915, é construído o prédio sede do Clube Pinheiro Machado. Entre um dos principais articuladores, encontra-se Francisco Antonino Xavier e Oliveira. O Clube era uma instituição de cunho político, onde os articuladores do Partido Republicano Rio Grandense se reuniam para tomar decisões a respeito de suas alianças e seus projetos para cidade. Em 1938, o clube passou a ser uma instituição controlada pela Prefeitura Municipal, devido às alterações ocorridas com o Estado Novo, e foi transformado em Grêmio passofundense de letras, abrigando

também a biblioteca pública municipal e o Instituto Histórico e Geográfico. Em 1960, é inaugurada a Academia Passo-fundense de letras.



Figura 8: Academia Passo-fundense de Letras (antigo clube Pinheiro Machado) 1970. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

O outro prédio que pertence ao conjunto arquitetônico tombado em 1990 e também representa a memória política e cultural da cidade própria das elites é o Teatro Municipal. Sua construção foi iniciada em meados da década de 1880, finalizada apenas em 1889 para sediar o Clube Dramático Passofundense. Em 1911, a edificação começa a ser uma referência política para região, abrigando provisoriamente o Clube Pinheiro Machado e o poder Judiciário, bem como as instalações do jornal “O Gaúcho”, de orientação republicana. Posteriormente, entre

1940 e 1977, o poder legislativo ocupou o prédio. Em meados de 1990, o prédio passa a abrigar o Teatro Municipal Múcio de Castro.



Figura 9: Antiga Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Cedida pela Universidade de Passo Fundo/Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/ Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

A pesquisa do projeto de lei que determina o tombamento desse conjunto arquitetônico revela contradições entre a ação política do executivo municipal, do legislativo e das recomendações da secretária de cultura do Estado. Primeiramente, antes de entrar em maiores detalhes nessas contradições, é necessário perceber as justificativas apresentadas pelos membros

do legislativo para o tombamento do conjunto. O projeto de lei encaminhado pelo vereador Alberto Poltronieri consiste em um dos primeiros projetos que encaminham um tombamento na cidade. A justificativa apresentada diz que “os prédios que ora estamos propondo sejam tombados fazem parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-los a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso município”.¹²⁵

O parecer da “Comissão de Legislação e Redação” da Câmara Municipal de Vereadores revela uma preocupação importante e fundamental, porém, tal raciocínio não teve continuidade entre o legislativo e executivo. É possível afirmar a falta de continuidade de políticas de preservação e valorização do patrimônio histórico porque o município tem os primeiros indicativos de uma lei a respeito dessa questão apenas no início de 2000:

É obrigação do legislador preocupar-se com o acervo cultural e patrimonial do Município, a fim de que, não só as gerações presentes, mas para que as futuras gerações continuem valorizando aquilo que nos foi legado pelos que nos antecederam. Além da preservação dos prédios que constituem o patrimônio histórico de Passo Fundo, é preciso também que o Poder Público adote uma política de preservação e conservação desse patrimônio que será tombado, evitando-se sua deterioração e preservando, desta forma, seus valores históricos.¹²⁶

Existe, portanto, a consciência da necessidade de setores do poder público de não apenas tomar as edificações, mas também de não abandoná-las ao descaso. Porém, não teve continuidade esse pensamento. Ademais, é perceptível a exclusividade que essa memória política exerce nos membros do legislativo. Uma vez que na justificativa do vereador autor do projeto, aparece como dever preservar o “pouco” que ainda resta da cultura do município, e, na justificativa do parecer da Comissão da Câmara, é levantada a idéia de preservar os valores das gerações que antecederam a nossa. Edificações como o Clube Visconde do Rio Branco, e o pouco que ainda restava da memória de um segmento operário no centro da cidade certamente não estavam incluídos nos valores das gerações antepassadas, quanto mais aqueles descendentes de caingangues e caboclos da região.

As contradições comentadas acima, começam a aparecer no projeto quando a justificativa do vereador Meirelles Duarte propõe que o prédio da Academia de Letras seja tombado

¹²⁵ PROCESSO N° 043/90. Data: 05/04/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

¹²⁶ *Ibidem*.

parcialmente, tendo em vista as péssimas condições do interior do prédio, que tornavam inviável sua manutenção e restauração, conforme citado na emenda n°1 do processo:

Tombar o prédio todo, torna-se tecnicamente impossível, uma vez que além de ter sido destruído pelo tempo de sua existência, também não encontra hoje engenheiro ou arquiteto que garanta sua reconstrução nos moldes originais ou conservação que restou. A manutenção da fachada preservará todas as linhas arquitetônicas da época e possibilita que no restante da área se construa uma moderna academia sem desfigurar o que foi aquele centenário prédio.¹²⁷

A Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), em 04 de maio de 1990, envia uma correspondência, manifestando apoio ao tombamento do conjunto, mais precisamente da Academia de Letras. Na mesma correspondência, pede desculpas por não poder participar de uma reunião sobre esse tema, já que a data havia sido transferida. Em tal documento, anexado ao processo 043/90, o CPHAE e o CODEC deixam claras suas concepções sobre a definição de patrimônio:

A definição de patrimônio cultural é muito abrangente, baseado no conceito antropológico de Cultura, isto é, são todos bens de natureza material ou imaterial que, em qualquer período, até o contemporâneo, identifiquem uma Sociedade, quer como representativas das formas de expressão, criação, fazer e viver, quer como referências históricas, artísticas, tecnológicas. Esta definição se encontra no artigo 216 do C. federal.¹²⁸

Através da análise do processo 043/90, é perceptível as considerações a respeito da definição sobre o que é patrimônio histórico e porque é necessário para a sociedade o tombamento desses bens. A nível estadual, esses órgãos tinham uma concepção mais abrangente, melhor fundamentada teoricamente do que o poder legislativo e executivo municipal. Uma vez que não há menção entre toda a década de 1990 ao tombamento e/ou registro de bens imateriais, que poderiam representar alguns segmentos sociais já citados, como os indígenas ou caboclos. Outra consideração importante levantada por essas entidades, diz respeito à participação da comunidade no processo de seleção dos bens patrimoniais.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

Para ações como estas, é imprescindível a participação da Comunidade, essa não pode desconhecer a realidade, sob pena de ser acusada de omissa. Ainda sobre os efeitos da preservação temos a dizer que sob a ótica da História hoje somos seus reprodutores, ativa ou passivamente, e, a existência ou não do registro cotidiano é fato histórico.¹²⁹

As colocações das entidades estaduais a respeito do patrimônio histórico são concisas e deixam sua posição clara. As entidades se posicionaram a favor do tombamento do prédio da Academia de Letras Passo-fundense. Embora nessa correspondência ainda não tenha menção sobre o problema posto pelo vereador Meirelles Duarte, as considerações a respeito do tombamento da fachada ou da restauração do prédio.

No dia 05 de maio de 1990, a Comissão de Legislação e Redação posiciona-se a favor do tombamento do conjunto arquitetônico. Porém, admite e aconselha a aprovação da emenda proposta por Meirelles Duarte, na qual o tombamento do prédio da Academia deveria ser feito apenas em sua fachada. O vereador Izoldino Candaten, na qualidade redator do projeto, sugere que através da Câmara de Vereadores sejam estabelecidos contatos com a Academia de Letras para permitir que a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo realize um estudo do prédio para informar sobre suas condições e as possibilidades de restauro.

Ou seja, praticamente dois meses depois do projeto tramitar na Câmara, alguém pensa na possibilidade de enviar um engenheiro ou arquiteto para realizar um relatório sobre as condições físicas do prédio. Outra consideração, no mínimo estranha, é que a Câmara ainda não tinha estado em contato com representantes da Academia de Letras. Isso demonstra a falta de articulação entre os membros da própria elite política – intelectual e corrobora a hipótese de que, de fato, não existe uma tentativa articulada das elites em construir a memória edificada da cidade, mas sim iniciativas isoladas, sem participação da comunidade e sem um esclarecimento teórico suficiente para construir uma “cultura patrimonial” entre os passofundenses.

Estabelecidos os contatos com os representantes da Academia de Letras Passo-fundense, Irineu Gehlen, como presidente da gestão nesse período, manifesta sua opinião sobre o caso, precisamente em 22 de maio de 1990:

¹²⁹ Ibidem.

Quanto ao teor da mesma, externamos a nossa satisfação pelo interesse manifestado por essa Câmara em relação ao prédio da Academia Passo-fundense de Letras, problema que há várias décadas aflige os membros e cerceia o trabalho da instituição. Por outro lado, lamentamos constatar que só agora, depois de criticado com veemência e exaustão, o assunto passa a ser encarado com objetividade, sem interferências emocionais e pessoais. O ponto de partida é, se dúvida, o conhecimento das reais condições em que se apresenta o prédio ora em discussão.¹³⁰

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo realizou uma vistoria minuciosa. Vários problemas foram levantados, dentre os principais estavam a cobertura, praticamente descaracterizada e com a maioria das telhas removidas, o forro, quase todo destruído, as paredes internas e externas que também estavam em péssimo de conservação, o assoalho original de madeira que foi removido completamente, e as instalações elétricas e hidráulicas que estavam em mau estado de conservação. Os problemas do prédio eram graves, mesmo assim, a associação entendeu ser possível a recuperação da edificação através da restauração. “O antigo prédio sede da Academia Passofundense de Letras é recuperável. As lesões nele causadas pelo tempo e pelo uso poderão ser revertidas restituindo à cidade e ao povo passofundense o patrimônio cultural por ele constituído”.¹³¹ Contrariando à justificativa da emenda apresentada por Meirelles Duarte, o prédio, portanto, poderia ser recuperado através da restauração.

Mesmo com o parecer favorável a um projeto de restauração por parte dos engenheiros e arquitetos, a questão da utilidade funcional prevalece, uma vez que tanto o parecer da Comissão de Obras Públicas e Nomenclatura de Ruas, da Comissão de Educação e Bem Estar Social e da Comissão de Legislação e Redação aprovam o projeto de tombamento do conjunto arquitetônico dos três prédios, mas com a ementa que determina apenas o tombamento da fachada. Em telegrama anexo ao processo 043/90, a secretária de cultura do Estado critica essa determinação: “manifestamos nosso pesar pelo tombamento fachada prédio Academia Passofundense de Letras ato fere conceito de patrimônio cultural e identidade comunidade. Coordenadoria do patrimônio histórico e artístico do Estado”.¹³²

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

Em matéria publicada no jornal *O Nacional*, diversas entidades, próprias da elite política – cultural da cidade, manifestam-se contra o tombamento apenas da fachada. Pela primeira vez, em todos projetos de lei analisados, tais entidades estão presentes na documentação analisada. Entre esses grupos, estão o Grupo Pró – Memória, 3ª delegacia do Sindicato dos Arquitetos do R.S, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo, Instituto de Artes da UPF, Inspeção do CREA – R.S, Grupo de Resgate da Obra Antonino Xavier e Oliveira da UPF, C.D.E. Carlos Barone e Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Núcleo do CODEC.

Entendem que estes acontecimentos, “iniciados de forma ilegal e atendendo a vontade de grupos imobiliários”, devem ser impedidos pelo prefeito e vice-prefeito, ambos descendentes de famílias tradicionais da cidade, que para as entidades certamente se insurgirão contra estes atos de vandalismo a memória de Passo Fundo.¹³³

Depois da manifestação de diversas entidades da cidade, o conjunto arquitetônico foi tombado sem a ementa do vereador Meirelles Duarte, e o prédio da Academia Passofundense de Letras foi tombado integralmente, mesmo em péssimo estado de conservação. Durante a década de 1990, os projetos de restauração dessa edificação foram arrastados sem efetividade. É nos primeiros anos de 2000 que a Academia é restaurada, depois de ter sido interditada a área, com a fachada do prédio correndo o risco de cair na rua.

Pesquisar o processo de tombamento desse prédio é fundamental para compreensão dos conflitos comentados acima. Primeiro, os próprios conflitos internos entre segmentos das elites, entre o legislativo, executivo e os segmentos envolvidos no tombamento do prédio. Segundo, o fato de o Clube Visconde do Rio Branco, completamente abandonado pelos poderes públicos, nunca ter sido mencionado como uma edificação importante para ser patrimônio histórico cultural da cidade. Com graves problemas estruturais, o prédio do Visconde também necessitava de uma restauração. Os problemas eram tão graves quanto aqueles do prédio da Academia Passofundense de Letras, porém, os pedidos de restauração dessa edificação nunca foram atendidos pelos poderes públicos.

¹³³ *O Nacional*, Passo Fundo, agosto de 1990. Anexado no PROCESSO N° 043/90.

O Clube Visconde do Rio Branco guarda a memória dos grupos afro – descendentes de Passo Fundo. Como visto, as páginas da historiografia tradicional local não reservam grande espaço à sua trajetória, à sua contribuição para construção da cidade e muito menos às suas formas de socialização ou às experiências desse grupo. Não obstante, a edificação continua em pé, atestando que esse grupo não tinha uma existência amorfa e que eles não foram meros coadjuvantes na construção da cidade.

Muito embora esteja em ruínas, o Visconde do Rio Branco ainda é um símbolo da história desse segmento. Localizado na rua Moron, uma das ruas que caracterizou a “*belle époque*” passo-fundense, foi construído para ser um centro de auxílio mútuo entre ex-escravos. Depois da abolição da escravidão, muitos ex-escravos não tinham perspectivas de trabalho, pois no final do século XIX, o imigrante europeu chegava na cidade. Construído em 1913, foi fundado por diversas famílias de ex-escravos. Foi batizado primeiramente de Sociedade José do Patrocínio, rebatizado em 1916 como Clube Visconde do Rio Branco. Durante a década de 1990, o clube passou por dificuldades administrativas e financeiras e teve sua sede parcialmente destruída. Edy Isaias, descendente de umas das famílias fundadoras do clube, iniciou uma jornada para tentar restaurar e/ou transformar o clube em um centro cultural, jornada continuada por sua esposa Maria de Lourdes Isaias, que por enquanto não surtiu resultados.

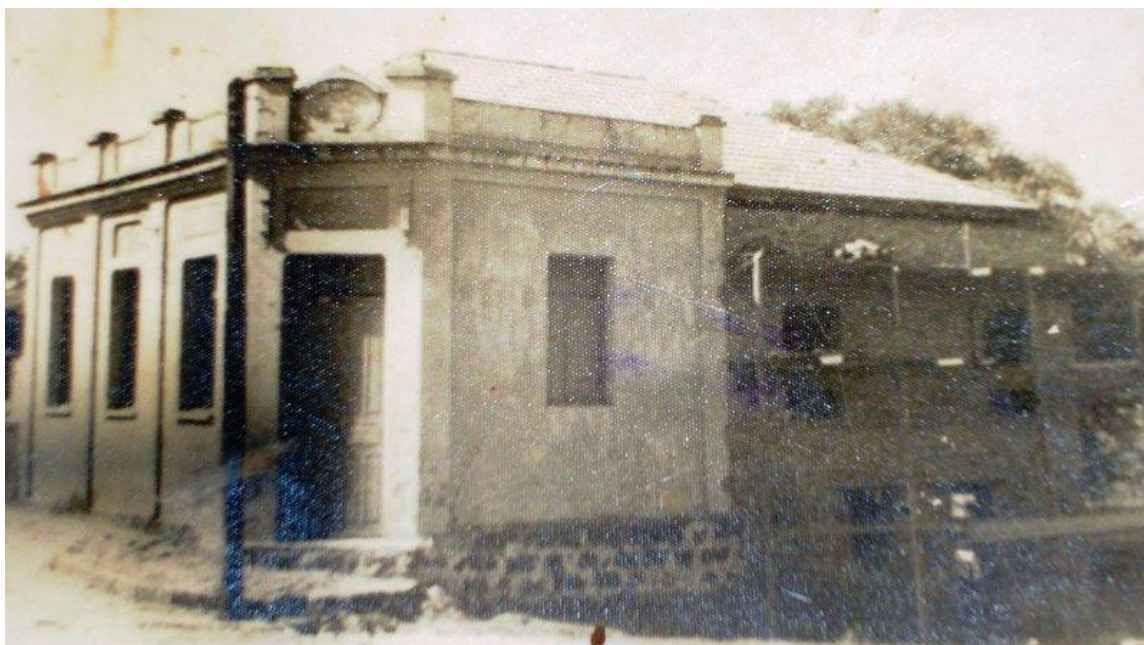


Figura 10: Clube Visconde do Rio Branco década de 1940. Cedida por Maria de Lourdes Isaias.

Edy Isaias, além de descendente de uma das famílias fundadoras do Visconde do Rio Branco, foi o primeiro negro formado em jornalismo em Passo Fundo, na década de 1960. Nessa época, fundou um jornal que servia para expressar e levar as manifestações culturais e políticas dos segmentos populares de Passo Fundo. Infelizmente, são poucas as edições arquivadas. No ano de seu falecimento, foi publicada uma edição em sua homenagem.

A atuação de Edy Isaias é importante para esse trabalho, porque se trata de um intelectual negro, que devido à falta de informações e pesquisas sobre seu segmento social, se engajou em esclarecer e promover atividades culturais para valorizar a presença de seu segmento em Passo Fundo. O Clube Visconde do Rio Branco é um dos mais importantes projetos de sua iniciativa. Entre outros projetos, Edy Isaias também esteve à frente do Grupo Zumbi, um grupo de estudos dedicado à pesquisa do folclore dos afro – brasileiros, que funcionava no Visconde do Rio Branco:

Com a fundação do Clube Visconde do Rio Branco, pelos filhos e netos dos escravos desta região, ficou estruturada a conservação da Cultura Negra em Passo Fundo, com apresentações teatrais. Na década de 70, criou-se dentro do Clube Visconde, o Grupo Zumbi, que reavivou todas as atividades dos antepassados, porém dentro de um trabalho, e dos mais altos estudos e pesquisas da tradição e do folclore afro brasileiros.¹³⁴

As atividades de Edy Isaias e de sua esposa, Maria de Lourdes Isaias, não são iniciativas isoladas, o que mostra que esse segmento social se identifica com uma memória que nem sempre esteve de acordo com a construção do imaginário “capital do planalto”. Constituem-se, assim, em sujeitos históricos que recusam a simples idéia que a historiografia do início do século XX formulou sobre o início do povoamento de Passo Fundo.

A exclusão historiográfica sofrida por esse segmento na região, bem como o abandono de sua memória edificada, acarretou ressentimentos perceptíveis, como mostra o documento “Projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco”, elaborado por Maria de Lourdes Isaias. No item “Histórico”, além de apresentar aspectos históricos do prédio, também está presente a percepção desse segmento sobre sua história:

¹³⁴ *O Expresso Jornal*, Passo Fundo, Outubro de 2001.

Em função das políticas de ocupação do estado, perpetradas pelo governo imperial e também no início da república, houve uma tentativa de brancanização do estado, com a entrada de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, mas as raízes da colonização inicial ficaram, os negros sempre foram relegados a um proposital esquecimento histórico, como se aqui não existissem negros, ou fossem muito poucos e de diminuída preponderância na história da região, mas, uma análise mais profunda das circunstâncias históricas da formação da região, nos mostra que os negros sempre tiveram papel preponderante na história do Rio Grande do Sul, sendo que na maioria das vezes, foram traídos pelos governantes e pelas elites da região.¹³⁵

O ressentimento levantado nessa justificativa histórica para restaurar o clube é evidente. Como já colocado, os escravos foram representados pela historiografia tradicional da região como sujeitos sem participação efetiva nas transformações sociais do município. Está claro que os descendentes desse segmento hoje percebem as posições e os julgamentos dessa historiografia, bem como percebem que não possuem uma memória edificada representada na cidade como patrimônio. O próprio projeto apresentado demonstra o interesse de sujeitos que pertencem a esse segmento em ter uma memória edificada e um centro cultural próprio. Entre alguns dos objetivos apresentados por Maria de Lourdes Isaías, destacam-se:

- a) Local para desenvolvimento de atividades relacionadas à difusão e aprimoramento das atividades e ações ligadas à cultura afro – brasileira na região.
- d) Resgate da Sociedade Visconde do Rio Branco, caracterizando-a como pólo de geração e estimulação das variadas ações da comunidade negra da região.
- f) A existência de uma comunidade de origem negra, que no entanto não dispõem de um local específico para cultivar e preservar suas raízes, bem como um ponto de encontro e referência social para esta comunidade.¹³⁶

Isso mostra que esses sujeitos não percebem o patrimônio histórico tombado como um referencial suficientemente forte para representar sua identidade e não identificam em outras instituições um espaço que valorize sua cultura. Está claramente colocado como objetivo do projeto de restauração a criação de um local destinado a “preservar suas raízes”, como um “ponto de encontro e referência”. Além de perceber a posição da historiografia do início do século XX,

¹³⁵ Outro parágrafo do item “Histórico”, do projeto elaborado por Maria de Lourdes Isaías, também deixa claro o ressentimento desse segmento frente a falta de atenção aos seus aspectos culturais: “Passo Fundo, pólo da região norte do estado, não deixa por menos, há uma forte influência do negro na sociedade e nos costumes da região, mesmo que se mascare muitas vezes pela imigração italiana, fato muito recente na nossa história regional, daí a importância de se dar condições para que as remanescentes comunidades negras da região tenham seus locais e pontos de referência, onde possam preservar esta rica e importante tradição cultural.”

PROJETO DE RESTAURAÇÃO CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO. Cedido por Maria de Lourdes Isaías.

¹³⁶ *Ibidem*.

esse segmento também percebe a exclusão de pontos de referência, a falta de uma memória edificada para representar sua identidade no mundo urbano.

Essa edificação também confirma que o patrimônio material não representa, por excelência, apenas segmentos da elite político – econômica da cidade. Parece evidente que, por força da necessidade, segmentos sociais como escravos, indígenas, entre outros, tenham desenvolvido práticas de preservação e transmissão de seus valores culturais através de meios diferentes da construção de símbolos materiais (de pedra e cal) nas cidades. Justamente por constituírem segmentos com um acesso restrito aos benefícios proporcionados pelo mundo urbano, encontraram outras formas de perpetuação de sua cultura, práticas culturais das mais variadas, festas, rituais, danças, etc. Essa cultura preservacionista relativa ao patrimônio cultural é uma prática que nasce nas elites políticas e culturais do Brasil, mas não é uma exclusividade sua.

Diversos segmentos sociais que não tinham participação nas decisões políticas – administrativas, que não possuíam grandes propriedades ou poder econômico suficiente para preservar sua cultura em formas materiais, encontraram outras alternativas para transmissão de seus valores. Mas isso não quer dizer que os aspectos materiais de sua cultura que conseguiram sobreviver, no caso de Passo Fundo, ao ímpeto de modernização iniciado na década de 1950, não podem ser preservados. Isso vale também para o contrário, as práticas culturais das elites também devem ser preservadas, mas esta não é a questão central deste capítulo.

A questão é pensar justamente em por que entre a década de 1990, quando Passo Fundo experimenta um certo “surto preservacionista”, um pequeno surto, diga-se de passagem, o prédio do Clube Visconde do Rio Branco não foi mencionado para ser tombado. A resposta a essa questão não é única. Uma das primeiras respostas é clara, a exclusão historiográfica que esse segmento sofreu na região. Outra resposta é a pequena, ou quase nula, representatividade política desse segmento, que não obteve espaço político para restaurar e tomba a edificação que simboliza materialmente sua participação na construção da cidade.

Consciente ou inconscientemente, a memória edificada de Passo Fundo representa uma elite e suas experiências, enquanto os grupos que não condiziam com as aspirações do imaginário projetado por esses grupos foram esquecidos. Por força da conjuntura histórica entre 1950 e 1980, a configuração urbana cedeu espaço apenas para edificações que pertenciam às instituições públicas, às indústrias ou a grupos com influência político – econômica suficiente para conseguir manter viva suas representações no cenário urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira e mais íntima ligação do patrimônio de Passo Fundo com o processo de urbanização/modernização, verificado na década de 1950, é justamente a relação entre o imaginário progressista, caracterizado pela “capital do planalto”, e os valores históricos atribuídos aos bens patrimoniais presentes nos projetos de lei. Essa é uma relação indireta, pois como já colocado, o conjunto de bens patrimoniais da cidade constitui-se em edificações do final do século XIX e início do XX.

No entanto, esse patrimônio foi tombado na década de 1990, quando todas as experiências em busca da modernização, da urbanização e industrialização de Passo Fundo da segunda metade do século XX tinham ocorrido. Experiências que a historiografia tradicional valorizou e atribuiu à uma elite que detinha o poder político – econômico. É com essa carga ideológica que o patrimônio vai ser tombado. Isso está exemplificado nas justificativas apresentadas pelos vereadores para os respectivos tombamentos. As próprias edificações demonstram essa ligação e a valorização do progresso, caracterizado por experiências de desenvolvimento econômico e industrial, juntamente com a força política. Foram tombados um banco, duas indústrias, três edifícios do poder público, prédios ligados a grupos religiosos, com marcante influência no cenário político e econômico da cidade.

A segunda relação que é possível destacar é mais uma contradição do processo de definição dos espaços sociais no município. Contradição porque é justamente essa ideologia progressista, modernizadora (que encontra sua expressão máxima no título de “capital do planalto”) que elege essas edificações como símbolos da cidade. O patrimônio histórico – arquitetônico, portanto, é um bem cultural “objetivado” dessa cultura política, dessa ideologia, que é a mesma que constitui a maior ameaça aos prédios históricos da cidade, que inclusive ameaça os próprios bens patrimoniais protegidos por lei (a exemplo, a derrubada da Casa Gabriel Bastos). A verticalização tomou-se um símbolo de progresso tão forte quanto o próprio patrimônio e muito mais lucrativo.

Esse ímpeto da construção civil em Passo Fundo torna-se uma ameaça maior aos prédios históricos, justamente porque seu próprio patrimônio é símbolo do progresso municipal associado a uma pequena elite, uma pequena parcela da população que está impregnada por essa ideologia progressista e não respeita nem mesmo a sua própria memória. Abandona o passado em prol do futuro e da lucratividade. Esse patrimônio representa poucos, e, pelo seu abandono, ao que parece, poucos encontram significado nele.

Ocorre um grande problema quando formas arquitetônicas construídas pelas elites na tentativa de recriar o sublime para afirmar sua identidade são tombadas como patrimônio histórico. Poucos segmentos da sociedade compreendem o sentido desse patrimônio, não abstraem significado algum dele. Coelho diferencia aquilo que chamou de “cultura objetivada” (presente em museus, bibliotecas, arquivos, e diferentes elementos que pertencem ao campo da memória patrimonial) da “cultura subjetiva” (as práticas de vida, os significados abstraídos e criados no cotidiano da sociedade). O autor chama atenção para um problema grave, o abismo existente entre cultura objetivada e cultura subjetiva.

Muitas vezes, o patrimônio tombado não tem presença marcante no cotidiano da sociedade, isso acontece, de forma mais radical, quando os bens tombados referem-se às experiências elitistas em busca da configuração do “sublime”, do “poder” e da “opulência” de certos grupos sociais cristalizadas no patrimônio. Segundo Coelho, poderíamos chamar esse abismo entre o sentido do patrimônio e sua presença na vida cotidiana da sociedade e de alguns segmentos que constituem a maioria social, de *inércia cultural*:

O inerte cultural permite que identifiquemos uma falha na hegemônica representação a cultura que hoje conhecemos, a de cultura como positividade, e que consubstancia outro dos paradoxos culturais, outra das tragédias da cultura. A cultura surge do eterno conflito entre cultura da vida, a cultura subjetiva, produtora de formas culturais ativas postas em prática aqui-e-agora pelos *indivíduos criadores* (insisto nessa expressão) e as formas culturais reificadas, congeladas, que constituem a cultura objetivada. A cultura objetivada está repleta de formas vazias, estruturas ocas preservadas nessa esfera e que se oferecem como modelos aos indivíduos mas que são formas carentes de vida, carentes de animação, e das quais os indivíduos inerentemente não podem desfrutar assim como não podemos desfrutar a não ser simbolicamente da luz das estrelas que vemos nos céus.¹³⁷

¹³⁷ COELHO, Teixeira. Representações da cultura em relação à violência: cinco peças difíceis. In: SERRA, Monica Allende. *Diversidade cultural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 45.

Coelho realiza uma crítica cultural não apenas às práticas preservacionistas relativas ao patrimônio histórico, mas também uma crítica contundente às percepções, às representações sobre “cultura” correntes na atualidade. Tombar edificações, sem pensar em práticas de educação, ou estratégias para integrar esse patrimônio à comunidade, acabam produzindo grandes “estrelas” distantes, e a sociedade desfruta apenas “simbolicamente” de sua luz.

Não é intenção defender que os bens patrimoniais que pertencem a uma elite econômica, por exemplo, não devem ser tombados, ou que aqueles bens já tombados devem ser esquecidos. É ilusão pensar que o patrimônio histórico, mais especificamente quando se trata de uma obra arquitetônica, vai representar todas as esferas da sociedade. Porém, as iniciativas relativas à preservação devem ser pensadas no sentido de tomar diferentes bens que representem diferentes segmentos sociais. Ademais, o valor histórico – científico, entendido por Coelho como uma cultura objetivada, é válido, pois o patrimônio deve ser encarado como uma fonte primária de pesquisa, sem criar um abismo entre o patrimônio e a sociedade.

Antes de se pensar em tomar certo prédio deve se pensar em práticas de educação patrimonial, que visem a difusão do sentido do patrimônio na comunidade, para que cada indivíduo (pertencente a esferas sociais diferentes) realize uma leitura histórica clara do papel que aquela edificação tem na sua formação como sujeito histórico, seja a edificação pertencente às elites que dominaram o cenário político e econômico, ou aos segmentos que foram dominados.

Quando Françoise Choay menciona que “o culto que se rende hoje ao patrimônio deve merecer de nós mais do que simples aprovação”¹³⁸, acrescentamos que é preciso refletir sobre aquilo que uma sociedade está preservando e sobre as políticas de educação patrimonial antes de pensar em tomar inúmeras edificações e, depois, abandonar o patrimônio ao descaso. Principalmente, levando em consideração a realidade de diversos municípios, que, sem uma legislação calara a respeito de questões patrimoniais, tem seus bens tombados de acordo com as

¹³⁸ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 12.

justificativas de algumas poucas pessoas, que traduzem, muitas vezes, imaginários sociais próprios de determinados segmentos da sociedade.

A intenção desta pesquisa é chamar a atenção da sociedade para iniciar um processo democrático de educação patrimonial, em que todos os segmentos participem e tenham o direito de ter sua memória representada, mas, fundamentalmente, esse trabalho chama atenção para o descaso e o abandono que o patrimônio vem enfrentando, e o risco que Passo Fundo corre de perder mais edificações históricas frente ao acelerado processo de verticalização verificado nos últimos anos. Com a demolição da história, não é apenas a cidade que perde, mas a região, o Estado e o próprio país, acima de tudo, a sociedade perde seus referências de identidade e parte de sua memória.

Pode-se concluir que o resultado de contrastes como o representado pelas edificações do Clube Visconde do Rio Branco e o complexo cultural que abrange os prédios do Museu, Teatro e Academia de Letras, é apenas um exemplo dentre outros que poderiam ser citados. Possamai, analisando a preservação de edificações nas cidades, dá um exemplo de diferentes conflitos e diferentes situações que as práticas de preservação enfrentam:

No caso da preservação de determinado prédio em uma cidade [...], entrarão em jogo as discussões relacionadas ao planejamento urbano, ao direito à propriedade, ao uso do solo, para citar apenas alguns. Nesse jogo, emergem conflitos advindos de diferentes visões e diferentes interesses ligados ao espaço urbano, como a especulação imobiliária, exemplo de uma força presente em inúmeras cidades. É importante ressaltar que o historiador se colocará, necessariamente, como um agente do campo do patrimônio, pois ao contribuir para identificação de valores históricos estará inserindo na construção discursiva justificativas para preservação de dado bem.¹³⁹

Alguns dos diferentes conflitos identificados por Possamai foram abordados nesse trabalho. Porém, o mais significativo é o contraste entre a memória edificada das elites brancas, grupo ao qual a historiografia tradicional atribuiu a responsabilidade pelo crescimento da cidade, e os segmentos esquecidos por essa historiografia, que tiveram a sua memória edificada também esquecida.

¹³⁹ POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências e Letras* Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, jan/jun. 2000. p. 20.

Comparar o projeto de lei que determinou o tombamento do conjunto arquitetônico que compreende os prédios acima citados com as iniciativas de membros da comunidade negra para valorizar sua identidade é um exemplo significativo desse “esquecimento”, na medida em que ambas edificações foram locais de socialização de segmentos diferenciados. Hoje os símbolos desses segmentos continuam diferenciados, uma edificação abriga os museus da cidade, o teatro e uma Academia de Letras, e a outra encontra-se em ruínas, fruto de um descaso do poder municipal que não se esforçou em conservar a memória desse segmento.

Esse contraste entre a conservação do patrimônio edificado de uma elite e a não-conservação do patrimônio de segmentos populares, somado ao acelerado processo de modernização do espaço urbano torna crítica a situação da memória da cidade. Esse processo prejudica a história regional, pois a cada prédio derrubado é um documento histórico a menos para o historiador investigar. Essa situação também gera conflitos entre a memória social de certos segmentos, como os descendentes de escravos e de senhores de escravos. Como Holanda afirma, o Estado, a(s) sociedade(s) política(s) do nosso país, da nossa região e do nosso município são extensões do âmbito familiar, em que os interesses de poucos (os segmentos que dão origem à sociedade política) sobrepujam o interesse da maioria da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANAIS do III Encontro Estadual sobre Museu, Preservação de Patrimônio, Memória e Identidade, de 16 a 17 de setembro de 2005. Lajeado: UNIVATES, 2005.

BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A modernização em Porto Alegre e a modernidade do Majestic Hotel*. 1994. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. *Elementos para o estudo da urbanização brasileira*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. (Cadernos temáticos de cultura histórica; 4).

CARVALHO, Haroldo Loguercio. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.) *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. Representações da cultura em relação à violência: cinco peças difíceis. In: SERRA, Monica Allende (org). *Diversidade cultural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DAL MORO, Selina Maria. KALIL, Rosa Maria Locatelli. TEDESCO, João Carlos (orgs.) *Urbanização, exclusão e resistência estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DIEHL, Astor Antônio (org.) *Passo Fundo uma história várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. DALBOSCO, Vera Lúcia. KUJAWA, Henrique. (orgs.) *Visões da história do planalto Rio-grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.) *Produzindo o passado estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAGUNDES, Calvet. *Passo Fundo estudos geográficos do município*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Pôrto Alegre, 1962.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História & memória a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupef, 1998.
- FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. (orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. (v.I, v. II).
- HAIGERT, Cynthia Gindri. Memória: do individual ao coletivo. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.) *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM. LEPA, 2005.
- HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: EditoraFGV, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. (26. ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Em Busca da democratização do patrimônio cultural. In: POSSAMAI, Zita. *A memória cultural numa cidade democrática*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretária Municipal da Cultura, 2001.
- MIRANDA, Fernando. MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.
- MIRANDA, Fernando. Memória e “memoricídio”: dois grupos políticos discutem o nome *Presidente Vargas* para uma Avenida em Passo Fundo. In: *Semina*, UPF Editora, 2004.
- MORIGI, Valdir José. O Significado da Memória Social e do Patrimônio Cultural no Mundo Contemporâneo: Algumas Reflexões. In: *Anais do I e II Encontro Estadual Sobre Museu, Preservação de Patrimônio, Memória e Identidade, de 11 de julho de 2003 e 18 de julho 2004*. Lajeado: UNIVATES, 2004.

- NASCIMENTO, Márcia do. *Prazer marginal e política alternativa: a zona do meretrício em Passo Fundo (1939-1945)*. (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo Tchê!* Passo Fundo. Pe Berthier, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Histórico*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo*. Passo Fundo, 1949. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Passo Fundo na viação nacional*. Passo Fundo, 1949. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (orgs.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Outro no tempo. In: *História Debates e Tendências* Revista do Programa de Pós-Graduação em História. VI Encontro Estadual de História – ANPUH/RS Ser Historiador Hoje. Programa de Pós-Graduação em História, Vol. 1, Passo Fundo: UPF, 1999.
- POHL, Ângelo Inácio. Patrimônio Cultural e Representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.) *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM. LEPA, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revistas Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 1989.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Entre lembranças e esquecimentos o Rio Grande do Sul nos lugares de memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.) *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências e Letras* Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, jan/jun. 2000.
- RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- ROSA, Angelita da. Educação Patrimonial: uma nova proposta. In: *Anais do I e II Encontro Estadual Sobre Museu, Preservação de Patrimônio, Memória e Identidade, de 11 de julho de 2003 e 18 de julho 2004*. Lajeado: UNIVATES, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo v. 15, n° 30, 1995.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Do Armazém da Esquina ao Shopping Center: a transformação do consumo em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M. ROVATTI, João F. (orgs.) *Estudos urbanos Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

SILVA, Zélia Lopes da. (org.) *Arquivos, patrimônio e memória trajetórias e perspectiva*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, 2004.

TEDESCO, João Carlos. SILVA, Paola. Terceiro Setor: nova cultura entre esferas política e social?. In: TEDESCO, João Carlos. PASTORE, Elenice. (orgs.) *Ciências sociais temas contemporâneos*. Passo Fundo: Méritos, 2005.

TEDESCO, João Carlos. SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global*. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

WEIMER, Günter. A Capital do Positivismo. In: PANIZZI, Wrana M. ROVATTI, João F. (orgs.) *Estudos urbanos Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

WICKERT, Ana Paula (org.) *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

WICKERT, Ana Paula. *Linha 15: patrimônio, memória e cultura*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado*. (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: 2006.

FONTES

Cadafalso. Passo Fundo, setembro de 2006.

Cadafalso. Passo Fundo, agosto de 2006.

Cadafalso. Passo Fundo, março de 2006.

Diário da manhã. Passo Fundo, setembro de 1963. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

GUIA ILUSTRADO Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Comemorativo da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa. 1939. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Expresso Jornal. Passo Fundo, Outubro de 2001. (Cedido por Maria de Lourdes Isaias).

O Nacional. Passo Fundo, outubro de 2006. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, março de 2006. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, agosto de 1990. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, janeiro de 1976. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, janeiro de 1969. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, maio de 1957. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, abril de 1957. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, junho de 1957. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, fevereiro de 1957. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O Nacional. Passo Fundo, janeiro de 1957. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Lei nº 3.911, de 10 de junho de 2002. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lei Nº 3.122 de 27 de junho de 1996. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lei nº 2.608 de 25 de setembro de 1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lei Nº 2.133/1984. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lei Nº 745, de 12 de junho de 1957. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Lei Nº 744, de 12 de junho de 1957. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata nº 15 – Ata da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, para tratar de assuntos de interesse ao Município. (17 de outubro de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata nº 10 – Ata da reunião do Conselho para estudar a possibilidade da Instalação de uma fábrica de Alpargatas nesta cidade. (29 de agosto de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Passo Fundo – 1960. Ata Nº 8 – Ata da provável instalação de uma indústria de tecelagem nesta cidade. (25 de julho de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Livro de Atas do Conselho de Desenvolvimento Integrado. – CDDI. Ata Nº 1.1974. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

PAIVA, Edvaldo et al. *Passo Fundo: Plano Diretor*. Passo Fundo, Prefeitura Municipal: 1953. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo – UPF).

PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo 26 a 28 de julho de 1989. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1989. (Biblioteca da Universidade de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 638/01. Data: 27/11/2001. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 162/84. Materia: Prjeto de Lei Nº 18/84. Ementa: Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Data: 07/04/1984. Câmara Municipal de Passo Fundo. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 414/97. Data: 14/08/1997. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 095/94. Data: 12/04/1994. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 066/94. Data: 28/03/1994. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 421/93. Data: 06/10./1993. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 279/90. Data: 21/11/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROCESSO Nº 043/90. Data: 05/04/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

PROJETO DE RESTAURAÇÃO CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO. (Cedido por Maria de Lourdes Isaias).

SEVERO, Paulo Antonio Busi de. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979*. (Cedido pela Secretária do Planejamento de Passo Fundo).

Viaeco. Passo Fundo, Maio de 2006.